

**UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM**

VANESSA JUNQUEIRA MEGALE

**QUEIJO ARTESANAL DE MINAS – PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E
IDENTIDADE: O DISCURSO DO DOSSIÊ/IPHAN**

POUSO ALEGRE – MG

2021

UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

VANESSA JUNQUEIRA MEGALE

**QUEIJO ARTESANAL DE MINAS – PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E
IDENTIDADE: O DISCURSO DO DOSSIÊ/IPHAN**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, da Universidade do Vale do Sapucaí, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Ciências da Linguagem.

Área de concentração: Linguagem e Sociedade

Linha de Pesquisa: Análise de Discurso

Orientadora: Prof^a Dr^a Luiza Katia Castello Branco

POUSO ALEGRE – MG

2021

MEGALE, Vanessa Junqueira.

Queijo artesanal de Minas – patrimônio, memória e identidade: o discurso do Dossiê/IPHAN / Vanessa Junqueira Megale. Pouso Alegre, Univás, 2021. 165 f.

Tese (Doutor em Ciências da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS, 2021. Orientadora: Profª Drª Luiza Katia Castello Branco

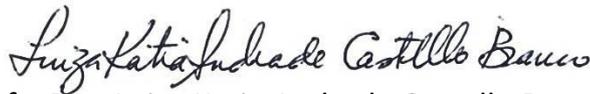
1. Queijo Artesanal. 2. Análise de Discurso. 3. Memória. 4. Identidade. 5. Sociedade. 6. Patrimônio Cultural.

I. Universidade do Vale do Sapucaí. II. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem. III. Título.

CDD: 401.41.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

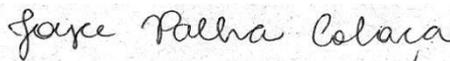
Certificamos que a tese intitulada “QUEIJO ARTESANAL DE MINAS - PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E IDENTIDADE: O DISCURSO DO DOSSIÊ/IPHAN ” foi defendida, em 5 de fevereiro de 20 21, por VANESSA JUNQUEIRA MEGALE , aluna regularmente matriculada no Doutorado em Ciências da Linguagem, sob o Registro Acadêmico nº 98013175, e aprovada pela Banca Examinadora composta por:



Profa. Dra. Luiza Katia Andrade Castello Branco
Universidade do Vale do Sapucaí- UNIVÁS
Orientadora



Prof. Dr. José Simão da Silva Sobrinho
Universidade Federal de Uberlândia - UFU
Examinador



Profa. Dra. Joyce Palha Colaça
Universidade Federal de Sergipe - UFS
Examinadora



Prof. Dr. Atílio Catosso Salles
Universidade do Vale do Sapucaí- UNIVÁS
Examinador



Profa. Dra. Joelma Pereira de Faria Nogueira
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS
Examinadora

DOCUMENTO VÁLIDO SOMENTE SE NO ORIGINAL

A cultura de um povo é o seu maior patrimônio.
Preservá-la é resgatar a história, perpetuar valores,
é permitir que as novas gerações não vivam sob as trevas do anonimato.
(Nildo Lage)

Mas...

O sentido não para; ele muda de caminho.
(Eni Orlandi, *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*)

Então...

[...] cultura são práticas não dissociadas dos modos sócio-
históricos de produção, reprodução, resistência e
transformação dos sentidos.

[...] a noção de cultura supõe um forte vínculo ao laço
social na relação que se estabelece com a alteridade [...]

[...] ou, ainda, trata-se de discutir o narcisismo que não
tolera as diferenças ou limites.

(Bethania Mariani, *Sujeitos e discursos contemporâneos*)

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que sempre primaram pela minha educação, por permitirem um ambiente familiar íntegro, amoroso, aconchegante, por acreditarem em mim e não medirem esforços para concretização dos meus sonhos. Em especial, à minha mãe, Nadir Junqueira Megale (*in memoriam*), pelo amor incondicional por todos os dias da sua vida e ao meu pai, Gelásio Marinelli Megale, pelo amor e paciência para comigo.

À minha irmã, Débora Junqueira Megale, pela insistência, cobrança, paciência e amor.

À minha orientadora, Prof^a Dr^a Luiza Katia Castello Branco pela paciência, dedicação, por sempre me incentivar e acreditar em mim, obrigada pelo seu apoio e generosidade.

Aos Docentes do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem – UNIVÁS, pelos ensinamentos teóricos e científicos, dedicação, carinho e, acima de tudo, generosidade por acompanharem minha trajetória acadêmica e todos os meus conflitos pessoais.

Aos Professores, que foram desligados do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem – UNIVÁS, que foram de suma importância em meu ingresso inicial sobre a compreensão da Análise de Discurso.

Aos colegas e amigos que fiz durante o curso, no qual compartilhamos nossas vivências e trocamos experiências.

Aos meus amigos, que compartilharam minhas angústias em reuniões informais, e sempre acreditarem em mim, em especial a Mônica, Luana, Letícia, Priscila, Gorete e Clayton.

Ao meu filho, Joaquim, por entender que a mamãe precisava estudar e às vezes precisava ficar longe.

A todos os funcionários da secretaria que sempre estiveram à disposição para ajudar no decorrer desta jornada. Obrigada pelo fim e pelo início....

RESUMO

Nessa pesquisa, propomos compreender o funcionamento discursivo do documento intitulado Dossiê/IPHAN do queijo Artesanal de Minas como Patrimônio Cultural, considerando a historicidade da(s) discursividade(s) sobre as condições de produção do queijo dessa região, como patrimônio histórico cultural, analisando seu discurso, que trata do patrimônio histórico no Estado de Minas Gerais. Propomos, ainda, compreender o modo como o sujeito produtor desse queijo, diante do ato de fazê-lo, se subjetiva/se reconhece e é subjetivado/é reconhecido a partir dos dizeres do Dossiê. Nossa tese se filia à teoria da Análise de Discurso segundo Michel Pêcheux e Eni P. Orlandi, a partir de que mobilizamos conceitos fundamentais como discurso, historicidade, memória discursiva, condições de produção, dentre outros, para, num movimento de vai-e-vem em nosso arquivo de leitura, analisarmos o Dossiê/IPHAN do Queijo Artesanal de Minas, em relação a outros materiais como notícias da mídia, imagens do próprio Dossiê, leis sobre patrimonialização, para compreender o funcionamento discursivo dos dizeres sobre o *fazer queijo de minas* significado como patrimônio histórico cultural do Brasil. A hipótese de pesquisa é que o presente documento *Dossiê/IPHAN do queijo Artesanal de Minas Gerais*, apesar de trazer em seu dizer fortes marcas de memória e identidade cultural do “povo mineiro” (mais especificamente da região da Serra da Canastra - em que se dá o fazer e a comercialização do queijo), significando-o como mais um registro no patrimônio nacional desse sujeito e de seu fazer, falha ao desconhecer o movimento histórico que o constitui não conseguindo imobilizá-lo. Como resultado, concluímos que os efeitos de sentido produzidos pelo documento provocam uma tensão entre o dever/poder ser patrimonializado e a impossibilidade de fazê-lo, já que o funcionamento da memória a respeito do queijo, do seu fazer e do sujeito que o produz em seu fazer se atualiza e/ou se transforma em seu percurso na história.

Palavras chave: Dossiê/IPHAN. Queijo Artesanal. Análise de Discurso. Patrimônio histórico-cultural. Identidade.

ABSTRACT

In this research, we propose to understand the discursive functioning of the document entitled Dossier / IPHAN of Minas Cheese Handmade as Cultural Heritage, considering the historicity of the discourse(s) on the conditions of cheese production in this region, as a cultural historical heritage, analyzing the discourse, which deals with historical heritage in the State of Minas Gerais. We also propose to understand how the subject producing this cheese, in the face of the act of making it, subjectivates / recognizes themselves and is subjectivated / is recognized from the Dossier. Our thesis is affiliated with the Discourse Analysis theory according to Michel Pêcheux and Eni P. Orlandi, from which we mobilize fundamental concepts such as discourse, historicity, discursive memory, production conditions, among others, for, in a come-and-go movement throughout our reading archive, we analyze the Dossier / IPHAN of Minas Cheese Handmade, in relation to other materials such as news from the media, images of the Dossier itself, laws on patrimonialization, to understand the discursive functioning of the sayings about making Minas cheese meaning as a cultural historical heritage of Brazil. The research hypothesis is that the present Dossiê / IPHAN document of the Minas Gerais Cheese Handmade, despite bringing in its discourse strong marks of memory and cultural identity of the people of Minas Gerais (more specifically of the Canastra Mountain region) meaning them as another record of this subject and his making, fails to ignore the historical movement that constitutes them and does not immobilize them. As a result, we conclude that the effects of meaning produced by the document cause a tension between the duty / power to be patrimonialized and the impossibility of doing so, since the functioning of memory about the Minas cheese, its making and the subject that produces it in its doing it is updated and / or transformed at every moment of its journey in history.

Keywords: Dossier / IPHAN. Handmade Cheese. Discourse Analysis. Historical and cultural heritage. Identity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1	23
ARQUIVO DE LEITURA E TEXTUALIDADE DO DOSSIÊ/IPHAN - QUEIJO ARTESANAL DE MINAS	23
1.1 O IPHAN, o Dossiê/IPHAN e sua historicidade	26
1.2 Noções sobre memória do/no Dossiê/IPHAN	55
1.3 Noções sobre identidade no Dossiê/IPHAN	67
CAPÍTULO 2	81
MODOS DE FAZER DO QUEIJO ARTESANAL DE MINAS - CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO	81
2.1 Condições de Produção no/do Dossiê/IPHAN	84
2.2 O modo artesanal de produção de queijo para o patrimônio cultural	91
2.3 O discurso do patrimônio cultural sobre o queijo artesanal de Minas	106
CAPÍTULO 3	114
O SUJEITO QUEIJEIRO E SUA ARTESANIA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL	114
3.1 Sobre a noção de sujeito na Análise de Discurso	116
3.2 Do Sujeito na “tradição” do fazer artesanal do queijo de Minas	124
3.3 Significados da prática social para a(s) posição(ões) sujeito queijeiro	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
REFERÊNCIAS	148
ANEXOS	153

INTRODUÇÃO

Esta tese de Doutorado tem como tema dar visibilidade ao funcionamento discursivo do Dossiê/IPHAN¹ do Queijo artesanal de Minas Gerais, documento que trabalha uma tensão entre o que tem que e deve ser preservado e aquilo que foge a esse controle. Buscamos dar visibilidade, assim, ao processo de produção de sentidos que, por um lado, significa o fazer / a artesanaria desse queijo como um patrimônio cultural, patrimônio cultural brasileiro, esperando garantir uma homogeneidade, uma totalidade, e permanência nesse fazer, e, por outro lado, evitar que esse fazer cultural desapareça, que esse fazer cultural seja esquecido, que esse fazer cultural se modifique a ponto de descaracterizar o modo cultural/artesanal de fazer o queijo de Minas Gerais do Brasil.

Falar sobre patrimônio faz parte da minha prática docente, afinal sou Bacharel em Turismo e meu trabalho tanto de conclusão de curso, da especialização *lato sensu* e do mestrado foram desenvolvidos dentro do tema de patrimônio histórico, tema este que sempre tive afinidade e vários questionamentos, além de ministrar há mais de 10 anos a disciplina de patrimônio histórico. Desse modo, ao constatar que o termo patrimônio cultural imaterial é usado como forma de preservação e conservação de um bem cultural que se inscreve no âmbito das instituições estatais (tanto do executivo quanto do legislativo), e no IPHAN, cuja função confere o registro de patrimônio cultural imaterial para assegurar sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras, nos inquietou compreender o modo tenso com que se dá a questão da memória e do esquecimento, a questão do controle e da dispersão quando se trabalha com a dimensão do patrimônio que, teoricamente, preserva, conserva e busca garantir a não mudança, ou aquilo que precisa não mudar, ou, ainda, busca controlar o movimento da história, o movimento do sujeito na história. Como essa tensão de dá e (não) se resolve foi o que me trouxe a esse tema sobre a necessidade de preservação e controle sobre a artesanaria de um objeto cultural como o queijo de minas.

¹ Neste trabalho, chamamos a atenção para a autoria da textualidade do DOSSIÊ/IPHAN, que, apesar de ser um documento institucional, consta como autor José Newton Coelho Meneses.

Assim, a temática patrimônio cultural se conjuga com a singularidade da escolha do objeto de estudo e análise nessa pesquisa, qual seja, o modo de fazer do queijo artesanal. Compreendemos aqui que as discursividades sobre essa artesanaria são múltiplas e contraditórias porque são constituídas na e pela história da região onde se faz o queijo (com suas características geopolíticas), na e pela história dos sujeitos queijeiros que produzem essa artesanaria, e na e pela história do documento que textualiza e que busca cristalizar essa artesanaria.

Nessas discursividades, buscamos compreender o modo como o documento significa uma prática cultural que (re)produz memória pela materialidade da prática do próprio fazer que, por sua vez, significa o produto e seu sujeito queijeiro.

Desse modo, ao buscar compreender essa tensão entre as discursividades de unidade e heterogeneidade, entre paráfrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente, entre o que não muda e o que muda, fizemo-nos questões como: Porquê registrar este bem cultural? É possível? É preciso? Para ser um bem cultural tem que ser registrado? Somente podemos considerar patrimônio cultural se registrarmos quaisquer bens culturais? (Não) há uma tensão existente entre o Estado e o movimento do sujeito na história? A quem interessa registrar? Para quem? Para os sujeitos produtores do queijo artesanal se filiares a um discurso institucionalizado pelo documento de registro do IPHAN? Registrar é sinônimo de manter viva a tradição? Os bens imateriais (não) podem ser esquecidos? (não) podem deixar de ser produzidos? (Não) podem adaptar novas tecnologias ao longo do tempo? Sinônimo de descaracterização?

Para compreendermos esse processo de produção de sentidos sobre a tensa relação entre a necessidade e a não necessidade da existência de um órgão de preservação de bens imateriais como o IPHAN, esclarecemos ao leitor um pouco mais sobre essa instituição. O IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Turismo responsável pela preservação, conservação e salvaguarda do Patrimônio Cultural Brasileiro, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras (BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO, 2020). Cabe ainda esclarecer que o IPHAN significa bens materiais como móveis e imateriais como imóveis, o que será tratado no primeiro capítulo deste trabalho.

É importante, aqui, esclarecermos ainda o modo de funcionamento do IPHAN ao classificar e registrar os bens imateriais, sobre que, no desenvolvimento desta pesquisa, vamos nos deter, especialmente. Assim, é na questão do patrimônio imaterial, local, que encontramos os bens registrados. Nessa subdivisão dos bens imateriais, encontramos os bens imateriais registrados por estados brasileiros. Em uma subdivisão dessa anterior, encontramos os bens imateriais categorizados por região. Chamamos a atenção para o que nos interessa nessa pesquisa, ou seja, a região do sudeste brasileiro, em que encontramos, no estado de Minas Gerais, o registro do “Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas, nas Regiões do Serro e das Serras da Canastra e do Salitre”. Vinculado a este registro, existe o Dossiê que aqui foi tomado como a principal textualidade de análise, pois nos possibilitou compreender o processo de produção dos sentidos do fato histórico do registro² do queijo artesanal de Minas como patrimônio.

Nesta tese, o termo *registro* se refere ao ato reconhecido pelo IPHAN, do modo de fazer do queijo artesanal de Minas.

O termo ‘registro’, neste contexto, significa o conjunto de atos autênticos tendentes a ministrar prova segura e certa de procedimentos administrativos, que tem por fins fornecer meios probatórios fidedignos, cuja base primordial descansa na publicidade, que lhe é imanente. Essa publicidade de que se reveste o registro tem função específica: provar a situação jurídica do ato registrado e torná-la conhecida de terceiros (FERREIRA, 2020, p. 33).

Nesse momento, compreendemos pelo dizer de Ferreira (2020) o modo como a instituição - no caso o IPHAN - determina e sobredetermina a produção de sentidos que parecem controlar, garantir como necessário o fazer homogeneizado do queijo artesanal, uma vez que o termo “registro” especifica, prova juridicamente e torna conhecido o modo artesanal de fazer o queijo mineiro das regiões do Serro e das Serras da Canastra e do Salitre, autenticando esse fazer por um discurso que toma uma direção única, fidedigna, filiado a uma região de saber institucionalizada. Perguntamos: É possível homogeneizar um

² O Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, que constituem patrimônio cultural brasileiro encontra-se presente no Decreto nº 3551, de 4 de agosto de 2000 (BRASIL, 2000).

fazer artesanal em diferentes regiões produzido por diferentes sujeitos, sem que haja furos, falhas, rupturas nesse gesto?

Nessa direção, trazemos um dizer de Branco (2013) sobre o modo de funcionamento dos discursos produzidos por instituições ocupadas em patrimonializar bens culturais,

Nesse jogo de determinação do que entra na lista de preservação e do que não entra, fica bem marcada a relação de forças entre quem define o que deve ser considerado "patrimônio cultural imaterial", e quem está nas práticas simbólicas produzindo o "patrimônio", pois, aí se colocam duas impossibilidades: a de se resgatar e preservar a cultura, como se ela estivesse em algum lugar já completa e acabada, e a de atualizar regularmente o patrimônio, como se a sociedade pudesse ser parada, e a identidade do sujeito não fosse um movimento na história (BRANCO, 2013).

Se considerarmos modos de significar o termo patrimônio, é preciso não esquecermos que a noção de patrimônio cultural ficou vinculada durante muito tempo somente a bens materiais (tangíveis) como edificações históricas, obras arquitetônicas e outros bens móveis.

Foi, no final do século XX, que a noção de patrimônio ampliou-se, nela, inserindo-se todo o legado cultural de um povo, os bens imateriais (intangíveis), tais como suas lendas, festas, folguedos, costumes, crenças, modos de fazer, dentre outros; ou seja, tudo o que existisse como elemento essencial considerado para o registro da memória histórica, de arquivo, e que pudesse contribuir com a formação do sentimento de pertença de uma comunidade. Um modo de caracterizar e de registrar que generaliza e estabiliza sentidos, considerando o tudo, e o todo numa perspectiva universalizante, ou seja, silenciando o singular, e o que está em movimento na história, com a sempre possibilidade da contingência, da possibilidade, do acontecimento.

Este é um trabalho que considera a materialidade da língua, do discurso e da ideologia, ou seja, sustentamos nossa proposta de análise considerando o trabalho da história e da memória na determinação dos processos de produção de sentidos. Portanto, nesse trabalho de pesquisa e análise, filiamo-nos ao referencial teórico da Análise de Discurso, primeiramente, por estarmos vinculados a um programa de pós-graduação em Ciências da Linguagem, fundado e mantido por muito tempo pela norteadora e principal expoente da

Análise de Discurso no Brasil, Eni Orlandi, e, também, pela teoria fundada por Michel Pêcheux, na França. Com essa ciência, fundamentamos as reflexões sobre as noções discursivas aqui trazidas, porque compreendemos que a relação entre história, sujeito, sentido e língua é constitutiva. E essa possibilidade material de compreensão do sentido nos permitiu devolver a opacidade à leitura das textualidades do arquivo para compreender o funcionamento do processo de produção de sentidos do discurso do patrimônio cultural sobre o modo de produção do queijo artesanal de Minas em sua tensa relação entre o que deve e pode ser preservado e o que não deve e não pode ser preservado.

Nesse estudo, buscamos compreender não só o discurso do IPHAN sobre patrimônio cultural do modo de produção do queijo artesanal de regiões do sul de Minas Gerais, mas também, dar visibilidade nas análises ao funcionamento discursivo dos sujeitos envolvidos com os procedimentos do modo de fazer do queijo artesanal de Minas, os sujeitos queijeiros. Isso porque, como qualquer outra produção discursiva, esse dizer é atravessado por vários outros, que circulam dentro e fora do espaço delimitado da região sudeste de Minas, local significado pela tradição da produção do queijo artesanal de Minas e também pelo dizer que se estende/circula em todo país, que permitiu essa nomeação de patrimônio cultural brasileiro; e, assim, obtivesse seu espaço no IPHAN.

Assim, nossa leitura de arquivo sobre esses dizeres busca dar visibilidade a certa contradição, a uma tensão, que parece estar silenciada pelo movimento de controle do Estado, do IPHAN de homogeneizar, de garantir que os sujeitos se reconheçam em determinado documento registrado, um sentimento de pertença daquele lugar, do modo artesanal de fazer o queijo, por estar investido de autoria enquanto instituição governamental, como um gesto singular e único de produção, ou seja, o patrimônio cultural brasileiro. Nesse sentido, perguntamos: o discurso do IPHAN sobre a preservação do modo de fazer o queijo artesanal de Minas homogeneíza o produto para este ter uma confiança, uma garantia, uma marca estabilizada no comércio? Ao mesmo tempo existe um movimento de dispersão do sujeito, sujeito na história que rompe, que falha, que acontece? Afinal, será que não existem falhas no processo de fabricação do queijo? O que dizer sobre as mudanças de gerações que produzem este queijo artesanal? Não existe um embate entre os sentidos produzidos pelos dizeres dos

envolvidos na produção e tradição do queijo artesanal em relação ao discurso de preservação do IPHAN?

De forma mais específica, ao tratarmos dessa tensão, sabendo com Pêcheux (2009), que não há ritual sem falha, procuramos apontar que esse discurso do IPHAN sobre a necessidade de patrimonializar o bem imaterial de uma sociedade parece não ter furo, ou seja, parece ser um dizer verdadeiro para todos, como se essa necessidade fosse da vontade coletiva, em que todos, sem exceção, partilhassem da mesma opinião. A tensão fica apagada, a contradição fica silenciada, por exemplo, como quando fizemos uma pesquisa no site de busca do Google, com frases como “quem é contra o patrimônio imaterial do queijo de minas?”, ou “opiniões contrárias ao patrimônio imaterial”, ou “queijo artesanal de minas pessoas que não querem ser patrimonializadas” cujas respostas da busca retornaram como, “crimes contra o patrimônio imaterial”, ou “perguntas frequentes sobre patrimônio imaterial”, ou “receitas com queijo-receitas com leite”, ou “descubra a vitamina uai - o jeitinho mineiro que só a Itambé tem”, e outras assemelhadas ou não. O fato é que não houve retorno em relação a opiniões contrárias à patrimonialização. Esse silêncio fala. Ao não dizer, ao silenciar, diz, pela ausência de que não há diferentes opiniões sobre esse tema. Porque não responde à busca, não interessa responder à busca deixando falar a contradição, o diferente. Segundo Orlandi (2007),

Desse modo, nesta nossa reflexão, procuramos indicar as várias pistas pelas quais alcançamos esse princípio da significação: o silêncio como fundador. Paralelamente, aprofundamos a análise dos modos de apagar sentidos, de silenciar e de produzir o não-sentido onde ele mostra algo que é ameaça.

Assim, quando dizemos que há silêncio nas palavras, estamos dizendo que elas são atravessadas de silêncio; elas produzem silêncio; o silêncio “fala” por elas; elas silenciam. (ORLANDI, 2007, p. 14)

Assim, buscando compreender os efeitos de sentido de "patrimônio cultural", "bem imaterial", nos dizeres do IPHAN e de sujeitos produtores mineiros, há momentos em que estes significam essas expressões com orgulho, dando importância à salvaguarda das técnicas da tradição. Mas, há momentos em que a arte do artesão, em sua prática de décadas, não pode ser silenciada e, portanto, não homogeneizada e parada como algo em um museu. Contudo

sabemos que esse silêncio é constitutivo, é fundante de qualquer dizer. A partir disso, surgem mais questões de pesquisa: Como o discurso dos modos de fazer do queijo artesanal de Minas do Dossiê/Iphan significa e faz circular o modo de produção do queijo artesanal? Que efeitos isso produz no modo de produção que está em movimento na história ao significá-lo como bem imaterial que precisa ser preservado e conservado? Como esses sujeitos se reconhecem na sua totalidade com esse dizer sobre? É o funcionamento dessa tensão que buscamos compreender discursivamente e dar visibilidade nas análises, buscando mostrar como um discurso sempre aponta para um outro discurso e como a disputa por sentidos está sempre presente nos dizeres de acordo com as posições sujeito que tomam ao enunciar; dito de outra forma, discurso é efeito de sentidos entre locutores, discurso é comunicação e não-comunicação (PÊCHEUX, 2009).

Para pensar a questão do patrimônio em relação à memória e à identidade no fazer artesanal do queijo mineiro das regiões do Serro e das Serras da Canastra e do Salitre, construímos um arquivo de leitura. Chamamos a atenção para o modo como compreendemos “arquivo” discursivamente. A questão do arquivo em Análise do Discurso é entendida como um conjunto de formulações, dizeres, textualidades, materialidades significantes que são colocadas em atravessamento pelo próprio modo de questionamento do analista em relação a seu objeto, àquilo que o inquieta. Esse arquivo é construído de forma heterogênea e incompleta, ao mesmo tempo, constituído por marcas de regularidade sintática e semântica na materialidade linguística, que apontam indicialmente para regularidades na sua materialidade discursiva. Esse arquivo é construído pela dispersão de sentidos, em que perguntamos pela contradição, pela diferença, deixando falar o silêncio constitutivo do material. Sobre arquivo, para esclarecermos ainda, trazemos Dias (2015, p.973), que nos diz:

não o consideramos [o arquivo] como um acúmulo de documentos organizados e chancelados por uma instituição ou área de conhecimento. Não se trata do arquivo como absoluto de materiais ou campo de documentos pertinentes sobre uma questão. (DIAS, 2015, p. 973)

Ainda, sobre sentidos de arquivo para a Análise de Discurso, trazemos Mariani (2016) que nos adverte, dizendo:

Em um arquivo, portanto, o pesquisador se depara com textos que se entrecruzam uma vez expostos ao seu olhar - leitor no momento de sua pesquisa. E esse olhar, se não for um olhar ludibriado por uma aparente transparência e pelas construções de evidências; se for um olhar que não se deixa ludibriar, também, com a quantidade de material disponível, vai localizar outros textos, vai se deixar apanhar por enunciados, em suma, vai fazer descobertas, associações, anotações e depois, eventualmente, esquecê-las, ou recomençar novas descobertas, associações e anotações sucessivamente. (MARIANI, 2016, p.15)

Nessa pesquisa, nosso arquivo de leitura foi construído por um olhar não ludibriado pela transparência e nem pela quantidade de material disponível. Sabendo que a materialidade linguística é histórica, ou seja, os sentidos não são claros e sim opacos, difusos, e sabendo que o que buscamos no material é a regularidade das marcas e não a quantidade, passamos a apresentar o material que constituiu nosso *corpus* de análise. Para essa pesquisa trazemos: a textualidade do "Registro do Dossiê do queijo artesanal de Minas – Patrimônio Cultural do Brasil", nas Regiões do Serro e das Serras da Canastra e do Salitre", - documento oficial do IPHAN de 2008; a textualidade das notícias em sites do G1 que circularam na rede até hoje sobre a patrimonialização oficializada em 2008; o Decreto nº 3551, de 04 de agosto de 2000 sobre a legitimação do patrimônio cultural e imaterial; e fotos do processo de fabricação do queijo artesanal retiradas do Dossiê de 2008.

A partir disso, trazemos para análise recortes do Dossiê referenciado anteriormente, no qual buscamos compreender como um produto artesanal pode se tornar bem imaterial, ou seja, patrimônio nacional, preservado e conservado em sua homogeneidade que silencia sua heterogeneidade constitutiva de todo dizer. Sendo assim, precisamos compreender como este documento produzido pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) significa, como se filia a determinadas formações discursivas, como produz sentidos para espaço, no caso, a uma determinada região mineira em que esse modo de fazer se pratica como cultura e para o processo de produção de queijo; buscamos, ainda, compreender o funcionamento da memória discursiva que permeia esse

documento, e especialmente, o modo de produção e o próprio produto queijo artesanal de Minas como um bem imaterial do nosso patrimônio cultural.

Compreender sentidos produzidos para o dizer “patrimônio histórico” passa por compreender o conceito memória em Análise de Discurso, uma vez que esse dizer aponta para sentidos já ditos e formulações que se repetem fazendo com que tais efeitos se materializem como hegemônicos, únicos, dependendo de quem os enuncie. Trazer à opacidade esse dizer “patrimônio histórico” nos obriga a compreender a historicidade que sustenta seus efeitos como evidentes, ou seja, não podemos esquecer de que nesse dizer há o equívoco se produzindo, o silêncio se constituindo, nos dizendo que o sentido sempre pode ser outro, ou que aquilo que é mais importante nunca se diz - modos de existir dos sentidos, do silêncio e dos dizeres. Isso nos remete à compreensão do que é memória discursivamente. Segundo Orlandi (1999),

para que uma palavra faça sentido, é preciso que ela já tenha sentido. Essa impressão do significar deriva do interdiscurso- o domínio da memória discursiva, aquele que sustenta o dizer na estratificação de formulações já feitas, mas esquecidas, e que vão construindo uma história de sentidos. (ORLANDI, 1999, p. 46)

Dessa forma, pudemos observar nas análises o processo de produção de sentidos sobre patrimônio cultural, sobre o modo de fazer cultural como patrimônio, e a disputa por sentidos, no momento em que a instituição determina os sentidos para o modo de produção de queijo artesanal como aquele que deve ser conservado e preservado, imobilizado para ser considerado como bem imaterial pelo Estado. E a pergunta retorna: é possível imobilizar a cultura? Expondo essa contradição histórica, nossas análises se dão a ver.

Para a construção de nossas análises, além dos capítulos de introdução e de considerações finais, o texto estrutura-se em três capítulos teóricos sobre o tema.

No capítulo 1, intitulado "Arquivo de leitura e textualidade do DOSSIÊ/IPHAN - queijo artesanal de Minas", tratamos da delimitação do *corpus* da pesquisa. Neste primeiro espaço de discussão, dedicamo-nos à apresentação do *corpus*, buscando esclarecer ao leitor os objetivos e funções do órgão IPHAN. Assim, apresentamos o Dossiê que contém os requisitos

normativos, no qual, está registrado o queijo artesanal de Minas, designado como um bem cultural do patrimônio imaterial. Discorremos, ainda, sobre a memória histórica e a identidade desse Dossiê em relação ao IPHAN e aos efeitos de sentido dessa expressão 'bem cultural do patrimônio imaterial' em relação à Análise de Discurso, pensando a memória discursiva, no sentido de que um discurso sempre aponta para outros. Também consideramos relevante significar o Dossiê como um documento fundamental do Iphan, compreendido pelo Ministério da Cultura, como um instrumento que reconhece um bem que tem amplitude e significados que, adequados às normas do IPHAN, o que o torna objeto e/ou suas técnicas de produção, por sua tradição na elaboração, digno de receber os atributos de um bem de nossa cultura. É importante apontarmos que, o Dossiê/IPHAN, neste trabalho, foi compreendido, também, como um arquivo documental que pressupõe valores históricos, conhecimento de uma determinada população sobre as técnicas de produção do queijo artesanal de Minas, relacionando o território a que pertence tais técnicas à identidade cultural da população, que pretendeu a salvaguarda, nesse processo de consolidação, tão dependente do apoio de cada cidadão. E o Dossiê se diz como o documento que legitima essa cultura.

No capítulo 2, intitulado "Condições de produção dos modos de fazer do queijo artesanal de Minas", dedicamo-nos à discussão sobre a noção de condições de produção na Análise de Discurso, com ênfase no contexto em que são produzidas as técnicas de elaboração do queijo artesanal de Minas, no Dossiê junto ao IPHAN, fazendo-o significar a relevância desse produto na região da serra do Serro, Canastra e Alto Parnaíba. Além disso, apresentamos as características específicas reconhecidas na região que são marcadas pela população e que deram voz à importância da confecção do queijo artesanal de Minas, tornando sua produção um meio de alavancar a economia da região.

Ainda, neste capítulo, apresentamos os efeitos de sentidos, considerando as condições de produção constitutivas do modo de significar a produção do queijo artesanal pelo IPHAN, como patrimônio, aqui, dando sentido ao nosso objeto de investigação, no âmbito do Patrimônio Cultural Imaterial, visto e reconhecido como "fonte de diversidade cultural e garantia de desenvolvimento sustentável". O patrimônio não gera apenas deleite, prazer, fruição etc. Ele,

também, se apresenta como fonte de renda, como instrumento político e valorização da cultura/tradição da população que teve o bem cultural preservado. Percorrendo, ainda, o discurso do patrimônio cultural sobre a produção do queijo artesanal de Minas, buscamos compreender os efeitos de sentido produzidos nesse dizer, ao lermos os termos “respeito” e “conscientização do valor patrimonial” colocado nesse “bem cultural”. Ressaltamos, também, as marcas de ocorrências do termo “desvalorização” sofrido nas manifestações pertencentes à inclusão do “bem” à categoria de “patrimônio cultural/imaterial”, considerando os gestos de respeito com o dito e do silêncio e do não-dito, que teria pretensões na salvaguarda da tradição, no modo de fazer do queijo artesanal de Minas. E, principalmente, no desejo de promover a conscientização do valor cultural desse bem, quando este não era reconhecido, nem registrado como patrimônio imaterial. Após seu reconhecimento, de seu modo de fazer, no Dossiê/IPHAN, a produção cultural própria possibilitou uma maior finalidade do produto em questão: sendo esta a ‘marca’ que sugere que uma determinada conjuntura político-ideológica deva ser suplantada por outra que aceite, incorpore e contemple em seus quadros o chamado patrimônio imaterial.

No Capítulo 3, intitulado "O sujeito queijeiro e a artesanaria como patrimônio cultural", descreveremos os sujeitos nascidos na região de Minas, implicados no processo de registro do queijo artesanal, de seu discurso, e os modos como significa para esse povo, sendo essa tradição de grande relevância social e econômica para os envolvidos. Com isso, cria-se uma noção para os sujeitos de pertencimento à cultura e patrimonialização desse bem regional. As noções de patrimônio e memória histórica, por sua vez, são discutidas em relação à memória discursiva para compreender como se significa essa relação de cultura e patrimônio, processo de produção de sentidos, inclusive, que tem sua consolidação tão dependente do apoio de cada cidadão. Desenvolvemos, aqui, a noção sobre sujeito na Análise de Discurso.

Ainda, nesse capítulo, devolvemos à opacidade do texto, os significados da prática social para o sujeito, que parece apontar para um reconhecimento da importância do registro no patrimônio cultural. Discutimos aspectos relevantes sobre a identidade dos profissionais, que são parte dessa tradição e

responsáveis pelo processo de registro. E, no desfecho das discussões, apresentamos a conclusão.

Nosso trabalho, apresenta ainda as conclusões finais, a bibliografia e um capítulo com anexos pesquisados e constitutivos do arquivo de leitura que nos ajudaram a compreender a questão do patrimônio e de sua falha como ritual no que concerne à historicidade dos conceitos de cultura, identidade e patrimônio que se atravessam e se intersustentam no processo discursivo de produção de sentidos sobre sujeito/espço/artesania/língua.

CAPÍTULO 1

ARQUIVO DE LEITURA E TEXTUALIDADE DO DOSSIÊ/IPHAN - QUEIJO ARTESANAL DE MINAS

Penso, então, que a construção de um arquivo de pesquisa, do ponto de vista discursivo, nunca está pronta ou finalizada, pois depende dos gestos de compreensão analítica feitos pelos pesquisadores. Discursivamente, um arquivo está sempre em movimento histórico e afetado pela materialidade da língua.

(B. MARIANI, *Arquivo e língua nacional: percursos de pesquisa*)

Considerações iniciais

Considerando que na Análise de Discurso um discurso sempre aponta para outros, e que a noção de história conforme nos aponta Pêcheux (2002, p. 42) é “uma disciplina de interpretação, e não uma física de tipo novo”, no sentido de que é preciso deixar de “supor que 'as coisas-a-saber' que concernem o real sócio-histórico formam um sistema estrutural, análogo à coerência conceptual-experimental galileana” (PÊCHEUX, 2002, p. 42), compreendemos que, em seu trabalho, a Análise de Discurso “percorre menos o acúmulo de conhecimentos positivos e mais os efeitos de certeza que esses conhecimentos produzem, fazendo a história de suas ciências” (ORLANDI, 2002, p. 9).

Sendo assim, neste capítulo, pensando a historicidade dos acontecimentos sobre a patrimonialização do modo de fazer do queijo de Minas, buscamos ler discursividades que nos ajudassem a compreender o fato de que é (não é) possível classificar, museificar, engessar um modo cultural tradicional de fazer um objeto precíval e, por natureza, por ser um saber fazer, mesmo

segundo as normativas, ele é sempre um saber ressignificado a cada gesto de fazer.

Nesse sentido, servimo-nos da noção de arquivo, discursivamente, como uma construção que nunca está pronta ou finalizada mas que está sempre em movimento histórico e afetado pela materialidade da língua, conforme Mariani (2010), para que pudéssemos, nesse conjunto de saberes e dizeres sobre o modo de fazer como patrimônio cultural, compreender os processos de produção de sentidos que ora apontam para o patrimônio como algo desejável e necessário à comunidade/grupo, ora como intervenção numa cultura que está em constante movimento; ou seja, esse arquivo nos possibilita colocar em suspenso essa tensão metafórica, ora parafrástica, ora polissêmica.

A partir desse arquivo de leitura ao qual “descemos e subimos” no batimento entre procedimentos teóricos e procedimentos analíticos, chegamos a marcas linguísticas que nos apontaram para o modo como patrimônio / patrimônio cultural/ patrimônio cultural imaterial significam nessa tensão metafórica.

Seguindo esse movimento de leitura, de ir e voltar do arquivo, direcionados por nossos questionamentos, demos visibilidade a alguns recortes que trouxemos para análise. Assim, desse arquivo, recortamos, metodologicamente, o nosso *corpus* de análise que se constituiu por arquivos documentais que simulam uma estabilização de sentidos como: o registro do Dossiê/IPHAN inscrito no Livro dos Saberes, aqui também compreendido como um arquivo documental, isto é, com seus sentidos parecendo estar estabilizados; o Decreto nº3551 de 04 de agosto de 2000; o artigo 216, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o “Material de divulgação do sistema de tesouros humanos vivos” - 142ª reunião do Conselho Executivo da UNESCO (1993); o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial / (PNPI) - decreto nº 3551/2000 (anexo III), regulamentado pela resolução nº 001/2006 (anexo IV); e imagens tratadas como fotos do processo de fabricação do queijo artesanal retirados do Dossiê/IPHAN (2008); além de notícias em sites do G1, arquivos estes significados pelo senso comum como os que “retratam”, “informam” “a verdade”.

Em relação aos recortes, compreendemos esse processo de recortar do modo como nos aponta Orlandi (2015, p. 61),

(...) a construção do *corpus* e a análise estão intimamente ligadas: decidir o que faz parte do *corpus* já é decidir acerca de propriedades discursivas. Atualmente, considera-se que a melhor maneira de atender à questão da constituição do *corpus* é construir montagens discursivas que obedecem a critérios que decorrem de princípios teóricos da análise de discurso, face aos objetivos da análise, e que permitam chegar à sua compreensão. (ORLANDI, 20145, p. 61).

Ao citarmos a autora acima, percebemos que a constituição do *corpus* se deu a partir de nosso interesse ao pesquisar o tema: modos de significar os modos de fazer do queijo artesanal de Minas estão materializados no fio do discurso, ou seja, na superfície linguística, em que o discurso se materializa. Ler discursivamente a materialidade do arquivo – constitutivo de arquivos documentais que procuram direcionar os sentidos como se fossem evidentes e únicos – nos possibilita devolver a opacidade ao modo de funcionamento dessas textualidades, nos permite compreender histórica e ideologicamente os dizeres sobre as técnicas do processo administrativo de registro do “bem cultural imaterial” (modo de fazer o queijo artesanal de Minas) que se encontra significado institucionalmente no discurso do IPHAN, por exemplo.

Quando mencionamos anteriormente a expressão “fio do discurso”, aproveitamos para desenvolver essa noção pelas palavras de Malidier (2003, p. 45): ele (o discurso) liga todos os fios: “da lingüística e da história, do sujeito e da ideologia, da ciência e da política”. Dizemos aí que é um efeito sobre a linearidade da enunciação (modo de o sujeito queijeiro fazer o queijo artesanal de Minas) que nos permite compreender o funcionamento desse imbricamento sintático, dessa superfície linguística, em que o discurso se materializa; o discurso em sua relação com os sujeitos e, principalmente, com a ideologia. Ou seja, dizer fio discursivo é dizer sobre o modo como se organiza o dizer, na relação entre o já dito e o que está a dizer, que decorre do jogo entre a constituição do sentido e sua formulação. Nesta tensão notamos que há deslocamentos entre o dizer e o já dito; ou seja, tensão entre patrimônio/intervenção e resistência.

E para proceder a este deslocamento do fio do discurso para o discurso, ou seja, do deslizamento na análise 'do modo de produção do queijo artesanal de Minas' para 'bem imaterial'/ 'patrimônio cultural e imaterial' foi fundamental mobilizar algumas noções, tais como a de processo discursivo da expressão 'patrimônio cultural e imaterial' e seu funcionamento no discurso do IPHAN, a de formação discursiva sobre o bem registrado, e o espaço em que é produzido (região sudeste de Minas), pois elas são essenciais para dar visibilidade às análises que buscam compreender o processo de produção de sentidos do Dossiê/IPHAN e das outras textualidades do arquivo que dizem sobre o modo de produção artesanal de fazer o queijo de Minas pelo sujeito queijeiro.

1.1 O IPHAN, o Dossiê/IPHAN e sua historicidade

O IPHAN é um instituto criado em 13 de janeiro de 1937, pela Lei nº 378, no Governo de Getúlio Vargas. É um órgão, hoje, vinculado ao Ministério da Cultura. Coube a Rodrigo Melo Franco de Andrade a tarefa de implantação do Serviço do Patrimônio e, a Mário de Andrade, a elaboração de um anteprojeto de Lei para salvaguarda desses bens. Em 30 de novembro de 1937, foi promulgado o Decreto Lei nº25, que organiza a “proteção do patrimônio histórico e artístico nacional” (BRASIL, 1937).

Interessa-nos discutir e compreender, no referido Dossiê, os processos de produção de sentido sobre “modos de fazer do queijo artesanal de Minas” como patrimônio.

Antes de passarmos à discussão do documento, é importante esclarecermos o modo como tomamos a noção de compreensão, em Análise de Discurso. Baseado em Orlandi (2015):

compreender é saber como um objeto simbólico produz sentidos. É saber como as interpretações funcionam. Quando se interpreta, já está preso em um sentido. A compreensão procura a explicitação dos processos de significação presentes no texto e permite que se possam “escutar” outros sentidos que ali estão, compreendendo como eles se constituem. (ORLANDI, 2015, p. 24)

O Dossiê de registro, ao ser considerado uma construção discursiva, dizemos que nele coexistem os discursos enunciados por várias posições sujeito envolvidos na sua elaboração e em sua interpretação.

Para tal investigação, a Análise de Discurso, conforme nos aponta Orlandi (2015, p. 32), “se propõe construir escutas que permitam levar em conta esses efeitos e explicitar a relação com esse ‘saber’ que não se aprende não se ensina, mas que produz seus efeitos”.

Importante, aqui ressaltar, também, que “é pela referência à formação discursiva que podemos compreender, no funcionamento discursivo, os diferentes sentidos” (ORLANDI, 2015, p. 42).

Assim, pensamos este documento como um acontecimento discursivo, em que se encontram diferentes formações discursivas e memória discursiva que (re)produzem diferentes efeitos de sentido que atravessam os sujeitos que viveram este acontecimento, do qual “a memória (...) é o saber discursivo que faz com que, ao falarmos, nossas palavras façam sentido. Ela se constitui pelo já dito que possibilita todo dizer” (ORLANDI, 2010, p. 64).

Por acontecimento discursivo entendemos com Pêcheux (2006) que o modo como a língua se inscreve na história como um ponto de encontro de uma atualidade e de uma memória produz novos efeitos de sentidos. No nosso caso, o fato da patrimonialização como aquilo que salvaguarda como necessário o bem social produz efeitos de sentidos que se tornam hegemônicos como se fossem verdadeiros e únicos. Ou seja, se não patrimonializar, o bem desaparece, se perde, como se não houvesse memória discursiva em que aquele bem, para ser considerado bem, já está inscrito, para poder ganhar existência simbólica, na história para os sujeitos. Queremos dizer com isso que os sentidos de patrimônio cultural imaterial, ou o fato de patrimonializar, se (re)produzem como tal pelo desconhecimento do real da história considerado na sua relação com o discurso.

Pode-se compreender então com Pêcheux (2006) que o acontecimento discursivo provoca uma nova possibilidade para o enunciado produzir outros significados; entretanto, ele não apaga os significados anteriores, ou seja, o Dossiê é um acontecimento discursivo que possibilita todo o dizer discursivo em que haja este dito repetido, como citado do documento:

A dinâmica das culturas, no entanto, nos leva a pensar a história como processo de construção de saberes, de fazeres, de estruturas materiais e simbólicas, de sentidos e de representações da realidade. Assim, entendendo como patrimônio cultural a herança histórica e a sua dinâmica transformação (da mesma forma histórica) é que podemos pensar na interpretação e no reconhecimento de modos de fazer tradicionais de um produto *sui generis* importante economicamente para um determinado território cultural. (DOSSIÊ/IPHAN, 2008, p. 7; 8)

O Dossiê “Queijo artesanal de Minas – Patrimônio cultural do Brasil” foi registrado em junho de 2008 no Livro dos Saberes, onde são registrados os registros de bens imateriais que reúnem conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades. Os Saberes são conhecimentos tradicionais associados a atividades desenvolvidas por atores sociais reconhecidos como grandes conhecedores de técnicas, ofícios e matérias-primas que identifiquem um grupo social ou uma localidade. Geralmente estão associados à produção de objetos e/ou prestação de serviços que podem ter sentidos práticos ou rituais. Trata-se da apreensão dos saberes e dos modos de fazer relacionados à cultura, memória e identidade de grupos sociais. (IPHAN, 2008).

Cabe ressaltar que o Dossiê, segundo Brettas (2014, p. 52),

“É um procedimento administrativo pelo qual o Estado reconhece, protege e inscreve, em livro próprio o patrimônio cultural, bens de natureza imaterial, com o objetivo de garantir a continuidade de expressões culturais. A proposta geralmente é feita pelos membros dos conselhos do patrimônio cultural, mas também pode ocorrer por parte de órgãos e entidades públicas da área de cultura, educação ou turismo ou por entidade ou associação civil produtora da manifestação cultural sobre a qual se pleiteia o registro” (BRETTAS, 2014, p. 52).

Vale observar, entretanto, que somente no final do século XX, a concepção de patrimônio ampliou-se, nela se inserindo todo o legado cultural dos sujeitos envolvidos, como festas, danças, manifestações artísticas, dentre outras e tudo que existe como elemento essencial para o registro da memória, ou seja, os bens imateriais (intangíveis). Isto possui um significado na esfera institucional/governamental dentro de uma qualificação que enseja um registro

como um dado e não como um fato ilusório de patrimônio. Afinal, podemos começar a indagar aqui, para quem ou por que de fato estamos registrando este “bem imaterial? Pois os documentos e arquivos que foram aqui expostos à opacidade da leitura discursiva, são ‘fatos’, ‘verdades’ significados pelo IPHAN, a partir de uma narratividade hegemônica, institucional, nacional. Entretanto, ao registrar um “bem cultural imaterial”, será que não estamos cristalizando, ou seja, patrimonializando, ao mesmo tempo, o saber fazer esse bem?

No Brasil, a ideia de que patrimônio não se compõe apenas de edifícios e obras de arte remonta aos anos 1930 e se encontrava no projeto que o poeta modernista Mário de Andrade elaborou para o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, em 1936.

Como se sabe, o conceito revolucionário e visionário de patrimônio do poeta paulista não vingou nessa época, nem chegou a ser codificado em termos legais. Entretanto, Sant’Anna (2003, p. 51)

salienta que Mário de Andrade foi, na prática, um pioneiro do registro dos aspectos imateriais do patrimônio cultural, pois documentou sistematicamente manifestações dessa natureza ao longo de sua vida, deixando para posteridade fotografias, gravações e filmes que realizou em suas famosas viagens do Nordeste. (SANT’ANNA, 2003, p.51)

Pensado como uma tendência da política patrimonial mais recente, o patrimônio imaterial é, na verdade, uma alternativa para o reconhecimento de outras histórias não presentes nos bens considerados como monumentos históricos e culturais até a década de setenta do século passado.

Aqui cabe reforçar, mais uma vez, nossa questão de suspender os sentidos de patrimônio como necessidade de salvaguardar bens considerados e eleitos pelo IPHAN como dignos de pertencerem a uma categoria que teça narrativas sobre determinada cultura, determinado tempo e determinado sujeito e espaço. Perguntamos, para quem é necessário? Perguntamos, ainda, nessa atitude de proteção, não está também um gesto de intervenção na tentativa de parar o que acha que deve ser parado, ignorando/não reconhecendo o movimento da história constitutivo de um saber fazer e de um sujeito que faz?

A valorização da cultura típica, como gastronomia local, manifestações de danças, espetáculos teatrais, festas, dentre outros, surge como elementos da cultura, e, nesse sentido, tem se alimentado daquilo que chamamos de *patrimônio*. É com esses sentidos do termo 'patrimônio' que, parte do Estado/IPHAN, e, também, juridicamente, o Decreto nº3551/2000 reconheceram o registro considerando, conforme o Dossiê (2008, p.79), três valores indissociáveis que reconhecemos nele pelo ato de registro, sendo eles:

- 1 – valor identitário, que considera o patrimônio como gerador constante de construção de imagens, significados e identidades;
- 2 – valor econômico, que coloca o reconhecimento e registro do patrimônio como instrumento do desenvolvimento e gerador de oportunidades econômicas;
- 3 – valor social, que transforma os reconhecimentos e registros como veículos de melhoria da qualidade de vida da comunidade. (DOSSIÊ/IPHAN, 2008, p. 79).

No que tange ao patrimônio imaterial, isso se expressa das mais diferentes formas. Às vezes em eventos gastronômicos como o *Fest Gourmet* realizado na cidade de Tiradentes – Minas Gerais, ou festas tais como o Círio de Nazaré em Belém do Pará, o empadão Goiano, o queijo artesanal de Minas Gerais, que é o objeto de pesquisa desta tese, dentre outros. Obviamente, tanto um como outro são saberes que foram sendo repassados de geração a geração, caracterizando, porém, o processo de transformação e adaptação pelo qual passaram e vêm passando. É neste sentido que, contrariamente ao Dossiê, compreendemos cultura, como movimento na história, práticas sociais, em que sujeitos trocam saberes, podendo haver ou não mudanças, e a cultura não significa “engessamento”, “cristalização”.

Apesar de o Dossiê, como vimos, considerar “como patrimônio cultural a herança histórica e a sua dinâmica transformação (da mesma forma histórica)”, não é isso que acontece na realidade do modo de fazer dos queijeiros do sudeste de Minas Gerais, já que há uma normatização específica e detalhada no documento do IPHAN sobre a produção, intervindo nessa dinâmica de transformação constituinte da própria historicidade de fazer o queijo. Podemos citar como exemplo desta tentativa de controle, de padronização o saber fazer

diário de algo simples, como o feitiço de produzir um bolo, ou seja, mesmo seguindo a receita passo a passo (normas/rituais), o modo de fazer falha, desliza.

Atualmente, devido à ampliação da concepção de patrimônio e a nela estar inserido todas as suas práticas político-culturais - o “legado cultural” - dos sujeitos envolvidos, como suas lendas, festas, costumes, dentre outros, tudo o que existe como elemento essencial para o registro da memória histórica ou social, e que possa contribuir com a formação do sentimento de pertença de uma comunidade é considerado patrimônio cultural imaterial pelo IPHAN.

Nesse ponto em que trazemos uma reflexão sobre a necessidade e a obrigatoriedade de patrimonializar e, portanto, controlar essas condições de produção do modo de fazer que, na verdade, são históricas e, por isso, da ordem da contingência, do acontecimento, suspendemos, mais uma vez, esses sentidos para relacioná-los ao modo de produção capitalista neoliberal em que existimos como sujeitos, como sujeitos queijeiros, no caso de nossa pesquisa.

Pensamos, assim, que, como produtores de queijo em um espaço específico, esses sujeitos favorecem com sua produção a produção de cultura, uma prática político-histórico-social, um modo específico e artesanal de subsistência de uma comunidade/grupo; e que, ao produzir o queijo de Minas, esse sujeito também produz sentidos sobre sua identidade, sobre o espaço em que vive, sobre sua relação com outros sujeitos, sobre como se subjetiva e se reconhece como tal. E, nesse movimento na história, esse sujeito é significado pelo Estado/IPHAN como algo que, junto com seu produto, deve ser patrimonializado, o que quer dizer, padronizado e parado em sua dinâmica, porque é preciso que esse produto, e seu produtor sejam reconhecidos em seu modo de fazer padronizado, sempre o mesmo, para que o mercado possa confiar e vender e lucrar com esse gesto de artesanaria. E, a artesanaria aqui acaba sendo significada como mercadoria, porque há um mercado a que precisa responder para poder existir.

Será que este desejo de homogeneizar para que haja uma identidade com que os sujeitos se identifiquem não seria para estabilizar uma marca, um produto artesanal para facilitar a comercialização no mercado, um reconhecimento do produto de uma cultura como um objeto lucrativo neste mundo

neoliberal/capitalista? Perguntamos, ainda, se é preciso, de acordo com as leis governamentais, que um sujeito seja interpelado àquilo que vem de cima para baixo, como, por exemplo, ser interpelado pelo discurso institucional do Estado/IPHAN, nesse movimento, será que não haverá falha nessa interpelação?

Abreu (2003, p. 81), ao escrever sobre os “tesouros humanos vivos”, em um programa intitulado com este nome, que tem por objetivo valorizar os mestres em diferentes ofícios e assegurar a transmissão às novas gerações do “saber fazer” dos mestres da arte a partir de políticas públicas para salvaguarda dos bens imateriais, traz a definição da Unesco (1993)³ para o conceito de “patrimônio cultural imaterial ou intangível” como:

O conjunto das manifestações culturais, tradicionais e populares, ou seja, as criações coletivas, emanadas de uma comunidade, fundadas sobre a tradição. Elas são transmitidas oral e gestualmente, e modificadas através do tempo por um processo de recriação coletiva. Integram esta modalidade de patrimônio as línguas, as tradições orais, os costumes, a música, a dança, os ritos, os festivais, a medicina tradicional, as artes da mesa e o “saber fazer” dos artesanatos e das arquiteturas tradicionais. (UNESCO, 1993).

Nesse sentido de patrimônio que o Dossiê busca regularizar como evidente, observamos que o artigo 216, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, vai na mesma direção, e define “patrimônio cultural” como “bem material e imaterial”; e, foi somente em 04 de agosto de 2000, que foi instituído, por meio do Decreto 3.551 (cf. subcapítulo Anexo I deste trabalho), o registro do patrimônio imaterial que constitui o patrimônio cultural brasileiro e a criação do programa nacional do patrimônio imaterial. Os bens imateriais do Brasil já selecionados e categorizados estão inscritos nos livros de registro do IPHAN e cada “bem imaterial” registrado possui seu próprio Dossiê como um documento institucional que atende ao que determina o Decreto 3.551. Os bens selecionados, categorizados pelo IPHAN, como dito anteriormente, são inscritos em livros denominados como segue:

³ UNESCO, Material de divulgação do sistema de tesouros humanos vivos, 142ª reunião do Conselho Executivo. Paris, 1993. (mimeo)

- 1) Livro de registro dos saberes: para o registro de conhecimentos e modos de fazer;
- 2) Livro das celebrações: para as festas, os rituais e os folguedos;
- 3) Livro das formas de expressão: para a inscrição de manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;
- 4) Livro dos lugares: destinado à inscrição de espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

Para melhor visualizarmos o que se define por "patrimônio cultural" como "bem material e imaterial" em cada livro, expomos os quadros abaixo.

Quadro 1 – Livro dos saberes

Livro dos Saberes
1- Ofício das Paneleiras de Goiabeiras.
2- Modo de Fazer Viola-de-Cocho.
3- Ofício das Baianas de Acarajé.
4- Modo artesanal de fazer Queijo de Minas, nas regiões do Serro e das serras da Canastra e do Salitre.
5- O modo de fazer Renda Irlandesa produzida em Divina Pastora (SE).

Quadro 2 - Livro das Celebrações

Livro das Celebrações
1- Círio de Nossa Senhora de Nazaré

Quadro 3 - Livro das Formas de Expressão

Livro das Formas de Expressão
1- Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi
2- Samba de Roda do Recôncavo Baiano.

3- Jongo no Sudeste.
4- Frevo.
5- Tambor de Crioula.
6- Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: Partido Alto, Samba de Terreiro e Samba-Enredo.
7- Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira.
8- O toque dos Sinos em Minas Gerais.

Quadro 4 - Livro dos Lugares

Livro dos Lugares
1- Cachoeira de Iauaretê – Lugar sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri.
2 - Feira de Caruaru.

A finalidade de trazer esses quadros, correspondentes aos 04 (quatro) livros de Registro dos bens de natureza imaterial, é contribuir e/ou elucidar ao leitor exemplos de registros de “bens imateriais” que foram registrados, assim como o queijo artesanal de Minas. Em outras palavras, compreender a necessidade do processo de produção dos registros das diversas manifestações culturais, dos “bens imateriais” existentes no Brasil e categorizá-las nos respectivos Livros de registro de acordo com as normativas do IPHAN.

Importante ressaltar novamente que o objetivo desta pesquisa é buscar compreender os sentidos de patrimônio e como esses sentidos constituem a identidade do sujeito que tem seu produto patrimonializado. Nesse caso, estamos dando visibilidade à textualidade do Dossiê/IPHAN, dentre outras constituintes de nosso *corpus*. Nesse sentido, apresentamos esses quadros com os nomes dos livros e de seus objetos já patrimonializados chamando a atenção para a forma de lista que esses bens tomam, parecendo apartados de toda a sua historicidade. Assim, ao vermos listados “Samba de Roda do Recôncavo Baiano, Frevo, Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira, ou Feira de Caruaru ou o Modo artesanal de fazer Queijo de Minas, nas regiões do Serro e das serras da Canastra e do Salitre”, objeto de estudo aqui, a dinâmica presente no modo

como se transformam a cada momento em que se realizam como ofício, como festa, como modo artesanal não comparece, isto é, tornam-se produtos vendáveis e lucráveis. A liberdade de não se realizar como festa, ou de se realizar de um outro modo fica cerceado. Patrimonializar remete para os sentidos de intervenção para não mudar. O cultural em sua dinamicidade histórica parece desaparecer na lista de bens patrimonializados.

Nessa discussão sobre o modo de significar o "patrimônio cultural", é importante trazermos o Decreto nº3.551/2000 que estabeleceu que as ações serão desenvolvidas no âmbito do programa nacional do patrimônio imaterial, que tem como objetivo implementar uma política pública de identificação, inventário e valorização desse patrimônio. Ao considerar a dinâmica dessas manifestações e com o objetivo de acompanhar suas transformações, prevê-se que o registro seja refeito, no mínimo, a cada 10 (dez) anos. Isso, na tentativa de imaginar ser possível acompanhar a mudança, a transformação que, por exemplo, os sujeitos queijeiros em sua artesanaria produzem ao longo do percurso histórico por eles vivenciados.

Brettas (2014, p. 53) aponta que:

O dossiê de registro demanda um considerável trabalho de campo e pesquisa, com a atuação de uma equipe composta por arquitetos, historiadores e/ou antropólogos, que devem acompanhar, analisar e documentar as diversas práticas culturais. Existe, também, um modelo a ser seguido, com uma metodologia elaborada para direcionar o trabalho executado. O modelo exige o seguinte conteúdo básico: contextualização (histórica/ antropológica/outras); informações sobre o objeto (histórico, descrição, relação da atividade com o lugar, identificação dos agentes envolvidos, recursos, produtos, público alvo, identificação de atividades correlatas); inventário do bem cultural e dos bens associados; medidas de salvaguarda e valorização; documentação fotográfica; registro audiovisual; pareceres; atas; notificações, comunicações e recibos. (BRETTAS, 2014, p. 53).

Sant'Anna (2003, p. 52) ressalta que "o registro imaterial corresponde à identificação e à produção de conhecimento sobre o bem cultural de natureza imaterial e equivale documentar, pelos meios técnicos mais adequados, o

passado e o presente dessas manifestações, (...)” (SANT’ANNA, 2003, p. 52). Advertimos que nessa observação não se considera o futuro do “bem imaterial”, ou seja, seu movimento na história de uma formação social. Afinal, não existe uma preocupação com relação aos futuros aprendizes do ofício, da arte de saber fazer a artesanaria? Nesse sentido, parece que simplesmente os saberes que são passados de geração a geração é o deve e pode ser transferido. Mas, e se a geração futura não pretender ser um mestre de ofício da arte de fazer X? Ou se essa geração resolver mudar o modo de fazer X?

A partir de agora, vamos apresentar o caminho que os processos de requerimento para a patrimonialização de um “bem cultural imaterial” devem seguir no IPHAN.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), conforme previsto no decreto nº 3551/2000 (anexo III), regulamentado pela resolução nº 001/2006 (anexo IV), e de acordo com a decisão do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural em sua 49ª reunião, realizada em 03 de agosto de 2006, determina os procedimentos a serem observados na instauração e instrução do processo administrativo de registros de bens culturais de natureza imaterial.

O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI)⁴, instituído pelo Decreto nº 3551/2000, viabiliza projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do patrimônio cultural. É um programa de fomento que busca estabelecer parcerias com instituições dos governos federal, estadual e municipal, universidades, organizações não-governamentais, agências de desenvolvimento e organizações privadas ligadas à cultura, à pesquisa e ao financiamento.

O requerimento para a instauração do processo administrativo de Registro pode ser apresentado pelo Ministro de Estado da Cultura, pelas instituições vinculadas ao Ministério da Cultura, pelas Secretarias Estaduais, Municipais e do Distrito Federal e por associações da sociedade civil. Sempre será dirigido ao Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), podendo ser encaminhado diretamente a este ou por intermédio das demais Unidades da instituição.

⁴ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Programa Nacional do Patrimônio Imaterial**. Ver anexo II

O requerimento deve ser apresentado em documento original, datado e assinado, acompanhado das seguintes informações e documentos:

- I. Identificação do proponente (nome, endereço, telefone, e-mail, etc.);
- II. Justificativa do pedido;
- III. Denominação e descrição do bem proposto para registro, com indicação da participação e/ou atuação dos grupos sociais envolvidos de onde ocorre ou se situa, do período e da forma em que ocorre;
- IV. Informações históricas básicas sobre o bem;
- V. Documentação mínima disponível, adequada à natureza do bem, tais como fotografias, desenhos, vídeos, filmes, gravações sonoras ou filme;
- VI. Referências documentais e bibliográficas disponíveis;
- VII. Declaração formal de representante da comunidade produtora do bem, ou de seus membros, expressando o interesse e a anuência com a instauração do processo de Registro.

Caso o requerimento não contenha a documentação mínima necessária, o Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) oficiará ao proponente no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável mediante solicitação justificada, sob pena de arquivamento do pedido.

A instrução técnica do processo administrativo de registro consiste, além da documentação mencionada acima, na produção e sistematização de conhecimentos e documentação sobre o bem cultural (está previsto um prazo de até 18 (dezoito) meses para execução desta etapa) e deve, obrigatoriamente, abranger:

- I. Descrição pormenorizada do bem que possibilite a apreensão de sua complexidade e contemple a identificação de atores e significados atribuídos ao bem; processos de produção, circulação e consumo; contexto cultural específico e outras informações pertinentes;
- II. Referências à formação e continuidade histórica do bem, assim como às transformações ocorridas ao longo do tempo;

- III. Referências bibliográficas e documentais pertinentes;
- IV. Produção de registros audiovisuais de caráter etnográfico que contemplem os aspectos culturalmente relevantes do bem, a exemplo dos mencionados nos itens I e II deste artigo;
- V. Reunião de publicações, registros audiovisuais existentes, materiais informativos em diferentes mídias e outros produtos que contemplem a instrução e ampliem o conhecimento sobre o bem;
- VI. Avaliação das condições em que o bem se encontra, com descrição e análise de riscos potenciais e efetivos à sua continuidade;
- VII. Proposição de ações para a salvaguarda do bem.

Finalizada a fase de pesquisa e documentação, o material produzido na instrução do processo administrativo de Registro será sistematizado na forma de um Dossiê, que será examinado pelo IPHAN, que emitirá parecer técnico.

Após a conclusão da instrução técnica do processo administrativo de Registro e do seu exame pela Procuradoria Federal, o Presidente do IPHAN determinará a publicação, na imprensa oficial, de Aviso contendo o extrato do parecer técnico do Iphan e demais informações pertinentes, para que a sociedade se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação.

Se a decisão do Conselho Consultivo for favorável, o IPHAN procederá à inscrição do bem no Livro de Registro correspondente, conforme o estabelecido no Decreto nº 3.551/ 2000, e emitirá Certidão de Registro. Se a decisão do Conselho Consultivo for contrária ao Registro, o IPHAN arquivará o processo e comunicará o ato formalmente ao proponente.

Sendo assim, é necessário, portanto, que os “bens imateriais” sejam registrados de forma a preservar sua trajetória no tempo, segundo as normativas do IPHAN. O conhecimento gerado no processo de registros, sobre essas formas de expressão, permite identificar de modo bastante preciso as maneiras mais adequadas de apoio à sua continuidade. Porque, segundo a filosofia que

acompanha a produção do documento, é preciso respeitar-se as dimensões do tempo, as ressignificações que acontecem, a carga simbólica conferida no passado a um bem cultural. Contudo, com relação a isso, ressaltamos que é preciso suspender esses sentidos de patrimônio e lembrarmos de estar atentos ao modo como se dá a negociação da escolha dos “bens imateriais” e ao modo como esse processo imprime/resgata novos sentidos para a e da cultura local, inevitavelmente, alterando relações sociais entre os sujeitos, comunidade/grupo e desses com a sociedade em geral (COSTA; CASTRO, 2008).

Diante do exposto acima, tomamos o Dossiê do Modo Artesanal de Fazer o Queijo de Minas como textualidade para análise propondo recortes, como o que segue - Recorte 1. Decidimos trazer o passo a passo de uma busca na internet materializando esse gesto nos sintagmas digitados para chegarmos ao Dossiê propriamente dito, como documento institucional, a partir do site institucional do IPHAN.

Recorte 1

- 1- IPHAN.
- 2- Patrimônio Cultural.
- 3- Patrimônio Imaterial.
- 4- Bens registrados.
- 5- Região sudeste.
- 6- Minas Gerais.
- 7- Dossiê do modo artesanal de fazer o queijo de Minas.
- 8- Modos de fazer.

Para entendermos o funcionamento discursivo nos diferentes sentidos de patrimônio cultural no Dossiê, temos que compreender o *discurso de e sobre* o patrimônio. A compreensão sobre a construção destes diferentes sentidos que permeiam a noção de patrimônio cultural ajudou-nos a compreender e analisar os processos de historicização, deslizamento, formulação e circulação de dizeres *de e sobre* patrimônio fundamentados no dispositivo teórico-analítico da Análise de Discurso, sobretudo, nos estudos de Pêcheux e Orlandi.

Fazer a diferença entre as expressões *discurso de* e *discurso sobre*, tomadas aqui como funcionamentos, significa que todo discurso é constituído por outros discursos, por outras textualidades, por outras materialidades significantes que se fazem ressoar nele pela memória buscando sustentar uma atualidade. Dito isto, compreendemos com Orlandi (1990) que

‘os discursos sobre’ são uma das formas cruciais da institucionalização dos sentidos. É no ‘discurso sobre’ que se trabalha o conceito da polifonia. Ou seja, o ‘discurso sobre’ é um lugar importante para organizar as diferentes vozes (dos discursos *de*). Assim, o discurso *sobre* o samba, o discurso *sobre* o cinema é parte integrante da arregimentação (interpretação) dos sentidos do discurso *do* samba, *do* cinema etc. O mesmo se passa com o discurso *sobre* o Brasil (no domínio da história). Ele organiza, disciplina a memória e a reduz” (ORLANDI, 1990, p. 37).

Todo discurso *de*, portanto, é um discurso *sobre*. O discurso *de* e o discurso *sobre* se atravessam em seu funcionamento na materialidade discursiva, posto que os compreendemos como imbricados histórico-ideologicamente – aquilo que é da memória com aquilo que é da atualidade.

O *discurso da* patrimonialização do IPHAN marca o sujeito e seu fazer como algo original, “imaterial” e determinante de um espaço e tempo que deverão ser resguardados para a posteridade cultural como característica que define e faz reconhecer e reconhecer-se como tradição e cultura um sujeito e seu fazer, no caso do sujeito queijeiro que produz o queijo da região da Serra da Canastra em Minas Gerais. É possível pensar num fazer o queijo inaugural? É possível desconhecer a existência de uma historicidade antes da patrimonialização, como se não houvesse referências anteriores? Perguntamos, ainda: É preciso que se marque esse momento inaugural do fazer o queijo? Por quê? A quem interessa?

O *discurso do* Dossiê é também um *discurso sobre* - e, nesse momento, por *discursos sobre* compreendemos os dizeres *sobre* patrimônio produzidos pelas instituições governamentais, especialistas em patrimônio, estudiosos de patrimônio, e o discurso dos interessados em que haja patrimônio do modo de fazer algo como um “bem imaterial”, por exemplo. Tendo isso em vista, sabemos que o *patrimônio*, - nome que o discurso *sobre* e *de* patrimonialização dá àquilo que precisa ser resguardado e protegido, e significado como característica

cultural que não pode perecer, sob pena de ser esquecido como bem cultural, perguntamos: é necessário, é possível não esquecer, é ruim esquecer?

Robin (2016 [2003]) nos diz que “não é possível compreender o trabalho memorial [diríamos, o patrimonial também] sem considerar as camadas do tempo, esses ‘esquecimentos’ eficazes que permanecem como bases, essas heterogeneidades, esses recuos e disjunções” (ROBIN, 2016 [2003], p. 36).

Voltando à historicidade da palavra *patrimônio*, observamos que tem origem latina, *patrimonium*, e, primordialmente, estava relacionada com bens de família, herança e posses. Cabe ressaltar ainda que a palavra patrimônio é utilizada no nosso cotidiano com frequência, falamos de patrimônios financeiros, imobiliários e econômicos, além de relacionarmos esta palavra com bens de família, herança e posses, ou seja, tudo aquilo que podia ser legado por testamento.

Afinal como nos aponta Cervo (2012, p. 25), “a história do patrimônio começa na propriedade privada e familiar e vai deslizando em diferentes condições de produção até assumir o caráter do coletivo e público, sem, no entanto, deixar de ser sempre uma propriedade”. Esse dizer é importante para pensar a análise de patrimônio, porque sempre estará atravessado pelo dizer capitalista da propriedade privada – mesmo sendo público é propriedade de um: ao perguntarmos a quem pertence, consideramos que é pertencente aos sujeitos envolvidos, ao público(?). E, assim, podemos levantar algumas questões, tais como: a cultura e a história podem ser significadas como propriedades (privadas)? Podem ser propriedades privadas e públicas ao mesmo tempo? Se considerarmos que a cultura/tradição passa a ser significada como propriedade (*res*) pública, ao patrimonializar não deixa de continuar a pertencer e identificar a região produtora de queijo artesanal de Minas, e principalmente, a construção identitária dos saberes que envolvem os modos de fazer - pois o que resta como produto - o queijo - é material de venda e de lucro para um (privado) e não para todos (público). Essa é uma das tensões que o gesto da patrimonialização produz em sua discursividade.

Podemos ainda dizer que a palavra *patrimônio* possui diversos sentidos de acordo com a posição sujeito que a enuncia, mesmo se reconhecendo dentro de uma mesma cultura, no caso do nosso objeto – o da artesanaria dos modos de

fazer o queijo; ou seja, mesmo estando filiado a sentidos de uma mesma formação discursiva, já que os sentidos mudam de acordo com suas posições enunciativas e discursivas a partir do modo como esses sujeitos (se) imaginam sobre o processo da patrimonialização em relação ao fazer o queijo. Compreendemos que os sujeitos dizem a partir das formações ideológicas, pois compreendemos que as práticas do dia a dia, ao serem denominadas como cultura, passam a significar culturalmente o sujeito desse fazer cultural, pelos processos ideológicos constitutivos dos sujeitos e de suas práticas. Compreendemos, assim, a ideologia determinando os sentidos de uma cultura - em que suas práticas, os modos de fazer, a artesanania de produzir o queijo e significar o que é patrimônio, relaciona-se ou não ao sentimento de pertença àquele determinado grupo; ou seja, o sujeito, ao ser interpelado ideologicamente, filia-se e a suas práticas e rituais a determinados sentidos, o que pode/deve ser reproduzido ou transformado, pela própria prática social que, por sua vez, nunca está dissociada da historicidade, condições de produção de existência dos sujeitos.

Nesse sentido, encontramos Pêcheux (2009 [1975], p. 146) que afirma: "é a ideologia que, através do 'hábito' e do 'uso', está designando, ao mesmo tempo, o que é e o que deve ser". Entendemos assim que através do hábito e do uso, estas práticas se tornam parte da cultura e são estabelecidas como evidentes, de acordo com as posições sujeito que ocupam no seu dizer sobre patrimônio e em seus lugares sociais ocupados na sociedade.

Podemos então dizer, que ao longo de sua historicidade e com as posições sujeitos que enunciaram a palavra patrimônio, o conceito de patrimônio cultural foi-se corporificando, ganhando e perdendo sentidos, resignificando-se; as ideias de patrimônio cultural ficaram vinculadas, durante muito tempo, a edificações históricas, prédios, cidades e outros bens materiais, visando estabelecer um movimento de proteção a impedir que estes fossem substituídos por novas formas arquitetônicas – numa tentativa de preservação e de não transformação.

A concepção de patrimônio modificou-se durante a Idade Média e passou a ser associada à ideia de algo que se respeita, que é sagrado, diferente do período Renascentista, quando o patrimônio começou a ser identificado com o

passado histórico, onde os objetos passaram a ter valor histórico como produtos culturais de uma época determinada como nos aponta Dias (2006).

Nessa época, ainda conforme Dias (2006, p.70):

[...] o patrimônio passou a ter um interesse histórico e um interesse artístico, buscou-se recuperar e conservar os bens do passado. Há um processo de valorização substancial do que é antigo, pela civilização grega, romana e egípcia.

Entretanto, com a Revolução Francesa, em 1789 houve uma mudança significativa em todo esse processo, com a ascensão da burguesia ao poder em inúmeros países europeus, os bens e as coleções de obras de arte se reuniram em quatro grandes museus que foram criados, sobretudo, na França em 1791: Museu República (atual Museu do Louvre), Museu de História Natural, Museu de Monumentos Franceses e Museu de Artes e Ofícios. (DIAS, 2006, p.70).

Este acontecimento fez com que houvesse um aumento significativo de museus por toda a Europa, além de os museus ganharem uma função política que Dias (2006) coloca como “o fortalecimento dos recém-criados Estados nações, para apresentar um valor simbólico significativo na construção da identidade nacional, que precisava ser fortalecida” (DIAS, 2006, p. 70). Diríamos que, por essa citação, podemos compreender esses museus e os sentidos de patrimonialização como significados por uma prática burguesa de significar a história como algo que pode ser parado e museificado como deleite e privatizado.

A definição de patrimônio, em termos políticos, assumiu um novo papel simbólico, o de representar a comunidade identificada com a nação (agora compreendida como “o Estado burguês”), e com inúmeras funções simbólicas elencadas por Dias (2006):

- a) Reforçar a noção de cidadania, ao identificar, no espaço público, bens que pertencem a todos os cidadãos e que são resguardados e geridos pelo Estado;
- b) Contribuir para tornar visível e real essa entidade ideal que é a **nação**;
- c) Funcionar como documentos “como provas materiais das versões oficiais da história nacional, que constrói o mito de

origem da **nação** e uma versão da ocupação do território, visando a legitimar o poder atual”. (DIAS, 2006, p. 71)

Dessa forma, a conservação/preservação (patrimônio/patrimonialização) desses bens passou a ser justificada por estar a serviço da educação dos cidadãos.

Pontuando a leitura, observamos a repetição da palavra “nação” na definição de patrimônio. Parece, aqui, que essa forma material *nação* se vincula à ideia de patrimônio, ou seja, dos bens patrimoniais ao Estado/Nação, o patrimônio ganha valor político-nacionalista e passa a ser identificado com o Estado/Nação. Percebemos então que os sentidos da palavra patrimônio estão em movência, mudam de caminho e vão deslizando em diferentes outros sentidos em função das diferentes condições de produção, como por exemplo, é patrimônio de todos ou de uma classe?

Cabe aqui ressaltar a definição de Françoise Choay (2001) sobre patrimônio:

O mundo acabado do passado perdeu a continuidade e a homogeneidade que lhe conferia a permanência do fazer manual dos homens. O monumento histórico adquire com isso uma nova determinação temporal. Doravante, a distância que dele nos separa se desdobra. Ele está refugiado num passado do passado. Tal passado já não pertence à continuidade do devir e a ele nada será acrescentado pelo presente ou futuro. (FRANÇOISE CHOAY, 2001, p. 136).

Neste sentido, podemos perceber o fortalecimento da imagem do museu como depositário do passado, de um monumento histórico em que a manifestação artística predominava, anteriormente, à produção em massa propiciada pela Revolução Industrial (DIAS, 2006).

Entretanto, Fonseca (2005) diz que:

No caso dos patrimônios, essa capacidade de evocar a ideia de nação decorreria da atribuição, a esses bens, de valores da ordem da cultura – basicamente o histórico e o artístico. A noção de patrimônio é, portanto, datada, produzida, assim como a ideia de nação, no final do século XVIII, durante a Revolução

Francesa, e foi precedida, na civilização ocidental, pela autonomização das noções de arte e história. (FONSECA, 2005, p. 37)

Desta forma, podemos perceber que a definição de patrimônio sofre um processo de ressignificação ao longo de sua historicidade, nas concepções de diversos documentos, discursos, nos levando por caminhos interessantes sobre a forma com que patrimônio é compreendido na atualidade, para nos ajudar a compreender a formulação no processo de produção de sentidos sobre patrimônio cultural.

Sendo assim, cabe aqui ressaltar o que Fonseca (2005) observa sobre política patrimonial:

Considero que uma política de preservação do patrimônio abrange necessariamente um âmbito maior que o de um conjunto de atividades visando à proteção de bens. É imprescindível ir além e questionar o processo de produção desse universo que constitui um patrimônio, os critérios que regem a seleção de bens e justificam sua proteção; identificar os atores envolvidos nesse processo e os objetivos que alegam para legitimar o seu trabalho; definir a posição do Estado. Trata-se de uma dimensão menos visível, mas nem por isso menos significativa, das políticas de preservação. (FONSECA, 2005, p. 36)

Como dissemos anteriormente, a palavra patrimônio possui sentidos outros de acordo com a posição sujeito dentro de um determinado contexto, afinal, como nos diz Ferreira (2006), a palavra patrimônio compõe uma multiplicidade de sentidos e definições que a ela podem ser atribuídos. Sendo assim, voltamos a questionar a patrimonialização, a preservação de um “bem imaterial” como um engessamento, uma cristalização da cultura. Seria isso possível? Um silenciamento do sujeito produtor do queijo nos modos de fazer do queijo? É possível registrar a continuidade de um modo de fazer, um saber fazer artesanal sem considerar a falha que aí se inscreve historicamente? É possível manter o movimento do sujeito na história nesse registro sobre a manutenção e preservação de tradições e costumes conforme as normativas do IPHAN, as normativas institucionais?

Compreendemos que essa tensão não se desfaz, apesar de tentar ser silenciada, pois, ao registrar o bem, o movimento é colocado em suspenso. O registro busca corresponder, diretamente, um *dizer sobre* aquilo que existe na realidade. Esse registro apresenta como evidência a possibilidade de manter viva as tradições, de documentar por meios técnicos os “bens culturais imateriais, os modos de fazer, o veículo dinâmico da cultura daquela comunidade ou dos “mestres” que fazem “os modos de fazer”; o discurso sobre o bem como patrimônio ou patrimônio cultural imagina estar entrelaçando os símbolos que representam uma determinada comunidade, no nosso caso, o grupo social que produz o queijo artesanal de Minas.

Nesse momento, relembramos o modo como compreendemos língua/linguagem discursivamente, para esclarecermos a impossibilidade de representação direta entre nome e coisa a ser nomeada.

Língua/linguagem para a Análise de Discurso não é tratada de um modo empírico, conforme em outras ciências da linguagem, porque não é possível dissimular o acesso direto ao real pela língua. Ou seja, o que passa a ser nomeado, classificado, é a representação imaginária da coisa e não a coisa em si. Só se tem acesso ao real, àquilo que nos demanda sentido, pela linguagem, pela materialidade da língua. Ou seja, só se toca o real pelo simbólico. De outro modo, tudo estaria nomeado e mapeado sem nenhuma dúvida. É justamente a irrepresentabilidade própria ao real, ou seja, a falta, que impede essa completez, essa totalidade entre língua e mundo (RODRIGUES; BRANCO, 2020). Nesse sentido, concordamos com o filósofo sofista Górgias, segundo o qual a linguagem não diz o que é, mas, em alguma medida, faz ser o que diz (cf. MARTINS, 2001, p. 453).

Assim, ao materializar na língua a expressão “preservar um bem”, há, nesse gesto de denominação, disputa por sentidos em relação a ‘preservar’ e a ‘bem’. Por exemplo, “A preservação resulta da negociação possível entre os diversos setores sociais, envolvendo cidadãos e poder público. O significado atribuído ao patrimônio também se modifica segundo as circunstâncias de momento”, nos diz Rodrigues (2003, p.16).

Algumas perguntas que poderiam surgir a partir disso seriam: Quais seriam estas circunstâncias de momento? Seria compreender os efeitos de

sentido de patrimônio? Seria a (re)significação do silêncio e dos dizeres do sujeito produtor de queijo? Seria contradição do Estado buscar homogeneizar a patrimonialização de um bem cultural sendo a cultura heterogênea?

Pensemos essa questão a partir da reflexão de Orlandi (1999, p. 45):

“Não há sentido sem interpretação, e, além disso, diante de qualquer objeto simbólico o homem é levado a interpretar colocando-se diante da questão: o que isto quer dizer? Nesse movimento de interpretação o sentido aparece-nos como evidência, como se já estivesse sempre lá”. (ORLANDI, 1999, p. 45).

Podemos dizer que a expressão “patrimônio cultural” segue em constante movimento, produzindo efeitos de sentidos outros conforme sua textualidade nas condições de produção em que se realiza, levando-nos a interpretar conforme reflexões de Orlandi: “o que isto quer dizer?” Como escolher patrimonializar um “bem cultural imaterial” sendo que ele está associado a outros bens simbólicos? Há “bem imaterial”, ou seja, sem história?

Conforme dissemos, a palavra patrimônio pode produzir diversos sentidos, dependendo de quem a enuncie e em que condições de produção o faz. Há efeitos de sentido que produzem para patrimônio o conceito de patrimônio cultural como um ato que depende das concepções que cada época tem a respeito do quê, para quem e por que preservar. Neste contexto, preservar e conservar é função do patrimônio cultural, e é visto como necessário já que esse patrimônio pode estar exposto a constantes riscos de depredação e até mesmo de extinção. O patrimônio cultural funciona como gesto necessário à utilização de formas legais de preservação destes bens “em risco”. Nesse sentido, preservar e conservar não é “engessar” e/ou “cristalizar” a cultura, até porque a cultura está em constante movimento, mas, sim, uma forma de manter vivo o legado cultural de uma nação, o sentimento de pertença de uma comunidade, deixando registrado ou tombado os bens que são de relevância à nossa história, ao passado, à memória, à importância do objeto patrimonial e ao simbolismo que representam.

Ainda nesse sentido hegemônico de patrimônio, de patrimônio cultural, de patrimônio cultural de “bem imaterial” (re)produzido pelas instituições governamentais e por interessados em compartilhar desses efeitos de sentido, cabe aqui acrescentar a seguinte reflexão sobre a cultura com lugar de identificação/reconhecimento/partilha (do/pelo) nacional. Conforme Lopes (2001):

“símbolos são utilizados entre seus membros para a identificação com essa comunidade, cujo sentido é uma cultura partilhada para a identificação nacional. Ressalta-se a necessidade de observar o posicionamento de quem esta enunciando as características sobre esse sentimento do que é nacional, ou seja, deve-se atentar de que modo o sujeito está inserido na estrutura social: raça, grupo, etnia, classe social”. (LOPES, 2001, p. 66).

Nesse sentido, a patrimonialização de um “bem imaterial” incorpora e reproduz relações simbólicas daquela comunidade/grupo que produz o queijo artesanal de Minas conforme os sujeitos que se inscrevem em diferentes formações discursivas a partir de uma determinada conjuntura na qual o sujeito está inserido. Reforçando esses efeitos de sentido, o Dossiê (2008) diz,

“As comunidades municipais costumam comemorar a produção de queijo artesanal em festas e em concursos de produção de queijo. São ocasiões de exercício de sociabilidade entre as famílias dos produtores e, também, de confraternização comunitária, de retorno à cidade natal e de eventos técnicos para aprimorar a mão-de-obra da fatura do produto” (DOSSIÊ/IPHAN, 2008, p. 38).

Nesse processo de patrimonialização de um “bem material ou imaterial”, cabe ressaltar que, conforme o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), além da legislação nacional específica, a preservação de bens culturais é, ainda, orientada por cartas, declarações e tratados nacionais e internacionais, além de outros instrumentos legais, tais como as legislações que tratam de questões ambientais, de arqueologia e de turismo cultural.

É importante explicar que, de acordo com o IPHAN, os “bens materiais ou tangíveis” são tombados, e os “bens imateriais ou intangíveis” são registrados.

Isto implica em compreender que todo movimento em prol do reconhecimento de “patrimônios imateriais” desemboca numa esfera de valorização de práticas que são tradicionais, mas, sobretudo dinâmicas, porque estão em constante transformação e atendem sempre às necessidades culturais de um povo. E, nesse sentido, a cultura contém as práticas.

Para ilustrar a especificidade do que se está entendendo por patrimônio imaterial, valemo-nos de um exemplo citado por Fonseca (2003):

“a arte dos repentistas, embora a presença física dos cantadores e de seus instrumentos seja imprescindível, é a capacidade de os atores utilizarem, de improviso, as técnicas de composição de versos, assim como sua agilidade, que produz, a cada performance, um repente diferente”. (FONSECA, 2003, p. 66).

Nessa direção, salientamos que o Dossiê do modo artesanal de fazer o queijo de Minas é uma forma de valorizar, de acordo com a normativa do IPHAN e de órgãos institucionais, os modos de fazer artesanais de queijo a partir do leite cru, como uma tradição que é passada de geração à geração, como um sentimento identitário de pertença daquela comunidade. Para o IPHAN (2008), “Interpretar os saberes e as técnicas de fatura de um produto artesanal é, sobretudo, enquadrá-lo em um repertório de expressões da cultura que se referenciam a constituição identitária de grupos sociais” (DOSSIÊ, 2008, p. 08). Ainda, sobre a cultura do fazer o queijo artesanal (DOSSIÊ, 2008),

A confecção do queijo artesanal de Minas se estabeleceu, com variações por todo território das Minas Gerais dos tempos antigos e, hoje, tem características específicas reconhecidas para regiões geográficas distintas do Estado de Minas Gerais com condições físico-naturais, econômicas e socioculturais particulares.

Serro, Canastra, Alto Parnaíba (serra do Salitre ou do Cerrado), Araxá e serras do sul de Minas são microrregiões onde se estabelecem e de edificam em dinâmica tradição os modos de fazer de um queijo reconhecido como “artesanal tipo Minas” (DOSSIÊ/IPHAN, 2008, p. 08).

Nessa discursividade sobre cultura como algo que une, que traz o sentimento de pertença e de identificação com um passado comum, lemos, ainda, no Dossiê (2008, p. 07): “quando a construção passada é permanência e tradição vivas e arraigadas na dinâmica das construções culturais, esse conforto se transforma em orgulho identitário e supera o temor pelo esquecimento que geraria sentimentos de perda”.

Compreendemos que, nesse sentido hegemônico, os modos de fazer artesanais, a arte dos mestres do ofício do saber fazer que são passados de geração à geração, presentes na textualidade no Dossiê/IPHAN conforme citação acima, podem ser significados como o sentimento de identidade cultural daquela comunidade, reforçando sua identidade naquele determinado grupo que foi categorizado pelo Dossiê/IPHAN conforme sua normativas.

O conhecimento gerado no processo de registros, sobre essas formas de expressão cultural, é a maneira pela qual o Estado e/ou IPHAN têm de catalogar, identificar, significar estes fazeres, a arte de saber fazer dos “bens imateriais” como uma forma de manter viva as práticas culturais daquela comunidade, do saber fazer ser passado de geração a geração para manter viva aquela cultura.

Uma das características desse processo de construção cultural reside exatamente no fato de que, quanto maior a carga simbólica conferida no passado a um bem cultural, tanto mais ricas serão as possibilidades de sua utilização futura. O valor social das práticas culturais aumenta e estas consolidam sua função de símbolo que identifica grupos culturais determinados.

“Para os habitantes do território do queijo artesanal de Minas, essas interpretações tradicionais da história econômica colonial são fundamentos de valores e de conhecimentos que lhes motivam e lhes dão lugar na história da região. Respeitemos esses valores e tentemos interpretá-los como construções identitárias importantes” (DOSSIÊ/IPHAN, 2008, p. 20).

Estes elementos de identidade cultural, segundo o Dossiê/ IPHAN, fazem com que exista a necessidade de um resgate e de valorização da identidade da sociedade local, para que se crie a possibilidade de um reconhecimento daquilo que fala deles para eles mesmos. Nesse gesto de interpretação, simula-se o

desejo de fazer com que estes sujeitos não sejam absorvidos pelo processo de globalização, ou seja, não farão parte de um todo homogêneo.

Nesse ponto, podemos dar visibilidade novamente a este conflito, a esta tensão que se produz pela falha, pelo equívoco em considerar a cultura como algo que só amalgama e não separa, não dispersa, não contraidentifica ou faz contraidentificar-se. Este movimento de controle e dispersão do discurso do Estado/IPHAN parece querer determinar/garantir a homogeneização, paradoxalmente, para que haja uma identidade, para que os sujeitos se reconheçam como pertencentes aquele lugar/região onde se produz artesanalmente o queijo de Minas; e parece também querer determinar/garantir o movimento do sujeito, da história, do acontecimento, da historicidade, dos outros sentidos e de outras formações discursivas de outros sujeitos inseridos neste contexto da artesanaria do queijo. Afinal, como bem já dissemos, será que não existem falhas neste processo? Será que as novas gerações querem continuar a aprender estas técnicas e artes de saber fazer dos mestres artesãos?

Dias (2005), que compartilha a mesma direção de sentido hegemônico de patrimônio e de cultura defendido pelo Dossiê, afirma, quase com um saudosismo, que a valorização da cultura, suas histórias e tradições locais, todo o seu legado cultural regional em oposição ao global, sempre manterão vivas:

a valorização das coisas locais, em contraposição à globalização da economia e da comunicação, reveste de importância a manifestação de identidades específicas, que garantem às pessoas a referência do seu lugar. O passado e suas referências marcadas no território, as manifestações culturais tradicionais, repassadas de geração em geração, as formas de fazer – objetos, alimentos, festas – voltam, na virada do milênio a ser valorizadas.

Ainda Dias (2006) afirma que cultura tem a ver com herança, com etnicidade, com passado comum, e, dessa forma, podemos perceber que o conceito de patrimônio não se restringe somente a edificações, prédios e monumentos históricos, mas também a várias manifestações artísticas e culturais de uma nação, ou seja, todas as tradições culturais que não advém somente das elites, mas, também, de classes populares, que ainda mantêm suas

festas, rituais, saberes, modos de fazer, que são passados de geração para geração como uma “herança cultural”.

Afinal como nos aponta Dias (2006):

“atualmente, a definição de patrimônio, além dos valores históricos, artísticos, científicos, educativos e políticos, incorpora outros, que se relacionam com o território e com a construção da identidade cultural de uma população. Essa é uma das características mais relevantes do patrimônio: ser tomado como referência para a construção de identidades culturais pelas mais diversas estruturas sociais e mesmo pelos cidadãos, em nível individual, de forma a converter-se no capital simbólico da sociedade”. (DIAS, 2006, p. 73).

Podemos dizer, então, que o patrimônio cultural é o “legado cultural”, que no idioma inglês traduz em uma palavra o que patrimônio significa – *“heritage”*: aquilo que nos é deixado por nossos antepassados, sejam “bens materiais ou imateriais”. Segundo Dias (2006), a identidade de um povo refere-se a algo que herdamos e que, por conseguinte, deve ser protegido.

A esse dizer de Dias (2006), acreditamos que seja necessário um breve comentário sobre cultura como herança. Se considerarmos que o que determina o pertencimento a um grupo é o fato de seus membros terem em comum uma origem e um passado comum e, por isso, poderem partilhar de uma “herança cultural”, representada por “símbolos identitários” (como língua, costumes, tradições) “transmitidos de geração em geração ao longo da história”, compreendemos essa produção de sentido para cultura como uma espécie de “consenso etnocultural” (RODRIGUEZ-ALCALÁ, 2010) que

produz um duplo efeito de exclusão: para dentro do grupo social, pelo efeito de homogeneização produzido pela ideia de afinidade baseada nas tradições – quem não se reconhece nesses *símbolos identitários* está excluído; e para fora do grupo social, pelo vínculo social no passado, na mesma origem – quem não partilhar dessa origem nunca será 'parte integrante' do grupo, o que é base de posturas xenofóbicas. (BRANCO, 2013, p. 103 – grifos da autora)

Assim, esse efeito de homogeneidade – desejado e supostamente garantido que se instaura nesse modo de interpretar as práticas sociais –

aprofunda a incompreensão das diferenças e das desigualdades de uma comunidade.

Em se tratando de patrimônio cultural internacional, esclarecemos que para que um bem seja declarado patrimônio da humanidade deve conseguir a concordância dos governos nacionais e das comunidades próximas ao sítio a ser preservado, mesmo quando o patrimônio não se identifica com a cultura da comunidade naquele momento histórico. Isso só pode ser obtido através de um trabalho de conscientização, de parceria entre a comunidade e os órgãos administrativos municipais, estaduais e federais, e mais a iniciativa privada; e, também, da predominância de uma ideologia que reconheça valores universais se sobrepondo aos valores nacionais e até mesmo religiosos.

Sendo assim, conforme nos remonta Fonseca (2005), e como dito anteriormente, a noção de patrimônio “é, portanto, datada, produzida, assim como a ideia de nação, no final do século XVIII, durante a Revolução Francesa. O histórico e o artístico assumem, nesse caso, uma dimensão instrumental, e passam a ser utilizados na construção de uma representação de nação”.

Fonseca (2005) ainda diz que, enquanto prática social, a constituição e a proteção do patrimônio estão assentadas em um estatuto jurídico próprio, que torna viável a gestão pelo Estado, em nome da sociedade, de determinados bens, selecionados com base em certos critérios, variáveis no tempo e no espaço. A norma jurídica, nesse caso, funciona como linguagem performativa de um modo bastante peculiar: não apenas define direitos e deveres para o Estado e para os cidadãos como também inscreve no espaço social determinados ícones, figurações concretas e visíveis de valores que se quer transmitir e preservar.

Cabe ainda ressaltar, que a Unesco realizou, no México, em 1982, a Conferência Mundial sobre Políticas Culturais, cujo documento (Anexo V) define patrimônio cultural:

O patrimônio cultural de um povo compreende as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida. Ou seja, as obras materiais e não materiais que expressam a criatividade desse povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares e monumentos históricos,

a cultura, as obras de arte e os arquivos e bibliotecas. Qualquer povo tem o direito e o dever de defender e preservar o patrimônio cultural, já que as sociedades se reconhecem a si mesmas através dos valores em que encontram fontes de inspiração criadora. (DECLARAÇÃO DO MÉXICO, 1982, p. 01).

Por esse documento, compreendemos que o patrimônio cultural deve andar juntamente com a comunidade local. De nada adiantará investir na proteção e conservação dos “bens móveis e imóveis” sem a colaboração direta da sociedade nessas ações, envolvendo-a numa participação responsável, criando ao mesmo tempo uma parceria consciente, e estimulando a noção de cidadania, decorrente da preservação da memória cultural de uma nação.

A partir das discursividades produzidas sobre patrimônio e cultura apresentadas, compreendemos que, ao tomar cultura como uma forma pela qual as pessoas desenvolvem suas práticas sociais e maneiras de fazer em seu cotidiano despretensiosamente, leva-nos a compreender cultura como uma categoria sem historicidade, uma categoria que defende um funcionamento social homogêneo, apaziguador, reconfortante – a sociedade/comunidade como lugar de conciliação; em contradição, o atrito, o desconhecimento, a resistência, a desigualdade, a heterogeneidade, a diversidade não parecem ter lugar nesse conceito saturado de cultura que vimos ser o efeito de sentido hegemônico para os que trabalham com patrimonialização.

Nascimento (2017), no seu texto “Ler a cultura hoje: a construção do consenso nas políticas culturais do Estado brasileiro”, compreende a palavra “cultura” produzindo efeitos de contraditório pelo e no equívoco. O autor observa que há dificuldade de se definir o que é cultura, já que a noção de cultura vem sendo submetida a disputas de sentidos e, ao mesmo tempo, a um apagamento pela forte difusão e “democratização” pela qual vem passando essa palavra.

Como, na Análise de Discurso, trabalhamos com a falha, com o equívoco, ou seja, conforme Orlandi (2015), a presença do equívoco, do sem-sentido, do sentido “outro” e, conseqüentemente, do investimento em “um” sentido é falar em “efeitos de sentido”, na relação das diferentes formações discursivas, na relação entre diferentes sentidos. Portanto a cultura na textualidade do Dossiê/IPHAN pode ser compreendida no sentido de homogeneizar aquele determinado sujeito que produz o queijo. Novamente perguntamos: será que não

existem falhas no ritual da artesanaria e produção do queijo artesanal de Minas? E se compreendemos que a cultura é de difícil definição em função do contraditório pelo e no equívoco, isso nos afasta do modo como cultura é compreendida no Dossiê – cultura como uma forma de homogeneização.

Cabe ressaltar que a busca de uma identidade cultural é da ordem da ilusão. Ou seja, a busca pela afirmação de uma diferença e de uma semelhança, ao mesmo tempo, produzem efeitos de sentido contraditórios e também imprevisíveis. Quando se busca o que se entende no senso comum como “identidade cultural”, ou seja, ao procurar-se identificar o sentimento de solidariedade grupal, compreendemos que trabalha aí o mecanismo da ideologia, fazendo parecer que a cultura aproxima e não afasta – isso se apresenta já como efeito da interpelação ideológica. O passado comum, a mesma etnia, a mesma prática social, a partilha das tradições, não garantem a harmonia, a homogeneidade, porque há discurso. Ou seja, há disputa por efeitos de sentido entre locutores, e o sentido é político – muda de direção. Pertencer a uma mesma família, a uma mesma comunidade linguística, a uma mesma região, a uma mesma cidade, a um mesmo país, nada disso garante da mesma forma a harmonia, a homogeneidade, porque há discurso, há divisão de sentidos.

A categoria cultural não ultrapassa o material, o histórico, o ideológico, o político, porque haverá sempre vidas a serem vividas em práticas sociais, culturais, econômicas, políticas, filosóficas, dentre outras, vivenciadas pelos sujeitos produtores do queijo que constantemente estão produzindo novos sentidos, significando os bens definidos como culturais imateriais, no registro do IPHAN, de modos os mais variados possíveis.

1.2 Noções sobre memória do/no Dossiê/IPHAN

Discutir a relação da memória, da história pela Análise de Discurso é fundamental para que se possa compreender o funcionamento da memória discursiva e o processo de produção de sentidos do modo de produção do queijo artesanal de Minas.

A Análise de Discurso nos ajuda a interpretar situações, analisar textualidades, como o Dossiê do IPHAN, e significá-los como acontecimento histórico e discursivo, e discutir os fatos socioculturais que estão presentes na sua textualidade, mas que, por serem materialidades históricas, e, aos quais, precisamos devolver a opacidade em sua leitura, não são evidentes. Afinal, como diz Pêcheux (1999):

“(…) a Análise de Discurso é uma posição enunciativa que é também aquela de um sujeito histórico (seu discurso, uma vez produzido, é objeto de retomada), que se esforça por estabelecer um deslocamento suplementar em relação ao modelo”. (PÊCHEUX, 1999, p. 122).

Sendo assim, o trabalho com memória é fundamental para buscarmos compreender os diferentes significados discursivos que envolvem as práticas socioculturais do modo de saber fazer o queijo, pois compreendemos que:

“As recordações não são meras exposições da memória, mas um olhar através do tempo múltiplo, um olhar que reconstrói, decifra, revela e permite a passagem de um tempo a outro e, especialmente traz a possibilidade de atualização do passado no presente”. (GUIMARÃES NETO, 2006, p. 44).

Entender este modo de saber fazer o queijo artesanal como acontecimento discursivo é avançar no registro histórico, ir além do oficializado, pois o mesmo tem sentido diferente, envolve diferentes sujeitos e ocupa múltiplos espaços da cidade. Pêcheux (1990), ao tratar do discurso na obra *Discurso: estrutura ou acontecimento*, propõe “entrecruzar os caminhos do acontecimento, da estrutura e da tensão entre descrição e interpretação”, o que nos leva a compreender que o acontecimento discursivo é resultante do acontecimento histórico que passa a ser discursivizado, ou seja, a ser dito “no ponto de encontro de uma atualidade e de uma memória” (Pêcheux, 1990, p. 17). Assim, o acontecimento discursivo é a consequência do dito (de sentidos/efeitos) que permite a inscrição do acontecimento histórico no interdiscurso. Um acontecimento discursivo estabelece uma ruptura (rompe com a “estabilidade” anterior) e inaugura uma nova “estabilidade” discursiva, mas não

logicamente organizada. Em nossa pesquisa, observamos essa ideia ao momento que o queijo artesanal rompe a estabilidade dos dizeres anteriores ao registro/reconhecimento como bem cultural e a partir de tal registro o reconhecimento eleva outros dizeres e inaugura uma nova estabilidade do discurso após o seu reconhecimento como patrimônio cultural. Isto é visto em nossa pesquisa como um acontecimento discursivo.

No olhar de Pêcheux (1990), sobre acontecimento discursivo, ele pondera uma desestabilização do que está posto e considera a possibilidade de um novo vir a ser, reorganizando “o espaço da memória que ele [o acontecimento] convoca e que já começa a reorganizar” (PÊCHEUX, 1990, p. 19). Quando Pêcheux refere-se ao “espaço da memória que ele [o acontecimento] convoca”, registra que um acontecimento discursivo, concomitantemente, funciona como “uma interrupção e como uma emergência”.

Pêcheux (1999) afirma que é no entrecruzamento das diferentes memórias que se apresenta a tensão no processo de inscrição do acontecimento, isto ocorre na constituição da memória, assim ele observou uma dupla forma-limite:

Para tratar do memorável é preciso entender o acontecimento inscrito no espaço da memória sob dupla forma-limite: (1) o acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a se inscrever; (2) o acontecimento que é absorvido na memória como se não tivesse acontecido. (PÊCHEUX, 1999, p. 50).

É necessário, nesse ponto, que apresentemos formulações sobre o conceito de memória, que, em Análise de Discurso, se afasta dos domínios da fisiologia e da psicologia. A memória é assim condição da história, significando não como físico-biológica, nem como computacional, nem “no sentido diretamente psicologista da 'memória individual'” (PÊCHEUX, 1999, p. 50), mas como uma *memória discursiva*, afetada pelo esquecimento, lugar da falta e da falha (ORLANDI, 2003).

Para a Análise de Discurso, a possibilidade de todo dizer está no retorno de uma memória que o sustente. Essa memória é denominada memória discursiva: um saber discursivo que retorna sobre o que é dito sob a forma de pré-construído – um saber construído alhures que funciona como um “sempre-

já-aí" no âmbito da formulação, ou seja, como uma evidência – sustentando cada tomada de palavra.

Isto quer dizer que a memória na ordem de discurso considera uma retomada de interpretação, de compreensão, de deslocamentos, de outros sentidos que são produzidos conforme a posição sujeito dos queijeiros, no nosso caso, de sentidos outros que ficam silenciados, pelo trabalho simbólico e ideológico.

A memória, para a Análise de Discurso, é necessariamente “dupla, um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos, de retomadas, de conflitos e de regularização” (PÊCHEUX, 1999, p. 56). Para ele os sentidos começam a constituir-se a partir da tensão no processo de inscrição do acontecimento.

Compreender o que é efeito de sentidos, em suma, é compreender a necessidade da ideologia na construção dos sentidos e dos sujeitos (ORLANDI, 2007, p. 21).

Se tomarmos o dizer seguinte, como lemos no DOSSIÊ/IPHAN (2008, p. 79), podemos relacionar à noção de memória discursiva.

a identidade que o queijo artesanal de Minas Gerais e o seu modo de fazer conferem à comunidade que se envolve com sua produção e ao mineiro, de modo geral, justifica o reconhecimento e o seu registro como patrimônio cultural. Esse reconhecimento deve ser instrumento de dinamização do seu próprio fazer-se pela comunidade que o construiu e que o mantém em dinâmica transformação. (DOSSIÊ/IPHAN, 2008, p. 79).

Isto implica compreender que todo movimento em prol do reconhecimento de “patrimônios imateriais” desemboca numa esfera de valorização de práticas que são tradicionais, mas, sobretudo dinâmicas, porque estão em constante transformação e atendem sempre às necessidades culturais de um povo. O patrimônio refere-se às pessoas, às origens, a história de toda uma comunidade; á memória que se constrói no passado se reproduz no presente, se projetando para o futuro. Um sentido de memória que foge ao que formulamos anteriormente.

Poderíamos definir memória como aquilo que se faz e refaz a cada dia, por meio das experiências que cada sujeito vivencia, pois ela é movimento e está em constante processo de construção. A memória é uma atualização do passado ou a presentificação do passado e é também registro do presente para que permaneça como lembrança (CHAUÍ, 1996). Mas, ainda aqui, apaga-se o conceito de historicidade e de esquecimento/atualização.

Para Pêcheux, a memória discursiva diz respeito à recorrência de dizeres que emergem a partir de uma contingência histórica específica, sendo atualizada ou esquecida de acordo com o processo discursivo, é algo que fala sempre, antes, em outro lugar (PÊCHEUX, 2016, p. 3).

Assim, Eni Orlandi, formula sobre a memória como memória discursiva, aquela trabalhada pela noção de interdiscurso. Trata-se do que chamamos saber discursivo. É o já dito que constitui todo dizer. A memória discursiva é diferente de lembranças pessoais, está na esfera coletiva e social, possibilita o retorno do já dito, é um espaço plástico de facetas que autoriza, que se desloca, que reinventa; são recorrências de dizeres, sendo atualizada ou esquecida. Ou seja, todo dizer se acompanha de um dizer já dito e esquecido que o constitui em sua memória. A esse conjunto de enunciações já ditas e esquecidas e que são irrepresentáveis é que damos o nome de interdiscurso, ou memória discursiva.

A memória discursiva é entendida como interdiscurso por Orlandi, pois “alguma coisa fala antes, em outro lugar e independente” (PÊCHEUX, 1999). Ela faz parte de um processo histórico, onde há uma linguagem em funcionamento, em disputa, que se apropria da memória e se manifesta de formas e discursos diferenciados.

O Dossiê artesanal do queijo é carregado de significados construídos ao longo do tempo. Por ser constituído e determinado pela ideologia, afirma de forma evidente e natural – produzindo e, ao mesmo tempo, formulando a partir de um discurso institucional/governamental – uma certa identidade daquela comunidade que fabrica o queijo. Corroborando essa ideia de memória discursiva de alguma coisa que fala antes, seja para demarcar o lugar, as pessoas e o próprio bem (queijo artesanal) é parte e forma de discursos diferenciados que compreendem materialidades para a identidade da tradição

que envolve o processo do registro e sua inclusão como bem do patrimônio cultural da região de Minas Gerais, conhecida como terra do queijo.

Entendemos que o registro de “bens imateriais” não deve ser visto como o “engessamento” das manifestações populares, mais, sim, como um modo de preservar a existência e até mesmo recuperar identidades locais. Entretanto, perguntamos: é possível registrar sem engessar as manifestações populares? A proteção excessiva de um “bem imaterial” não pode expor as manifestações culturais ao risco de uma cristalização artificial? É possível recuperar identidades locais? O conhecimento gerado no processo de registros, sobre essas formas de expressão, permite identificar de modo bastante preciso as maneiras mais adequadas de apoio à continuidade ou de resgate das mesmas?

Pensem essa questão a partir da reflexão de Orlandi (1999):

Não há sentido sem interpretação, e, além disso, diante de qualquer objeto simbólico o homem é levado a interpretar colocando-se diante da questão: o que isto quer dizer? Nesse movimento de interpretação o sentido aparece-nos como evidência, como se já estivesse sempre lá. (ORLANDI, 1999, p. 45).

Conforme Orlandi (2015, p.46) “a ideologia faz com que existam sujeitos. O efeito ideológico elementar é a constituição do sujeito”. O sujeito é sempre sujeito do discurso, e um discurso só existe em relação a outro discurso. Não há discurso sem sujeito e sem ideologia, ou seja, não existe um só, são entrelaçados, caminham juntos.

Observamos, então, pela Análise de Discurso, que os sentidos dependem de como cada sujeito vai articular, significar, produzir sentido, ou seja, não podemos deixar de relacionar o discurso com suas condições de produção, sua exterioridade, questão ideológica e simbólica. Neste caso a posição sujeito são os produtores do queijo artesanal que sofrem a determinação do lugar que ocupam, da ideologia e da história referendada pela tradição que passa de geração em geração como a manutenção da experiência de técnicas (modo de fazer) que legitimam a tradição do ‘modo de fazer do queijo artesanal’, ou seja, dessa cultura que coube como registro no IPHAN. E, isso fez estabelecer e

garantir uma relação de continuidade entre as experiências temporais sobre esse bem.

Pensar a memória sedimentada da história dos profissionais que atuam, ou seja, dos envolvidos/responsáveis pela cultura do queijo artesanal implica pensar pela perspectiva de considerá-la a experiência seletiva de vestígios do passado. Isto é observado pela marca dessa experiência que nos alerta para atentar não para o passado em si mesmo, mas para dar maior atenção ao que dele está significando na existência ativa do presente, para as disputas travadas cotidianamente em torno de que passado queremos preservar, modificar a cultura, 'a memória'. E, principalmente, as maneiras pelas quais um argumento histórico opera como uma força política, evidenciando a relação presente/passado com os valores e práticas culturais que organizam uma memória.

Desse modo, observamos que as culturas podem ser objetificadas e, ao se tornarem objeto de nossa compreensão, desvelam identidades, representações, saberes e fazeres construídos e em construção (DOSSIÊ, 2008, p.10). Chamamos a atenção aqui para a noção de cultura no Dossiê que nos remete à memória documental, a que registra. Observa-se no discurso do Dossiê o modo como os sujeitos ali categorizados compartilham uma mesma origem de classe, afinados ou ligados aos grupos dominantes na política e na vida econômica, os proprietários, os envolvidos/responsáveis na produção do queijo artesanal de Minas, representantes do papel de divulgador[es] do pensamento desses grupos. Isso faz da cultura/tradição uma memória sem esquecimentos, que introduz um efeito de sentido sob uma forma estável e sedimentada, ou seja, da regularização de repetição do mesmo significante 'patrimônio' significando o modo de produção de queijo artesanal, harmônica e homogeneamente.

Esse conceito de memória se apoia necessariamente sobre o reconhecimento do que é repetido, sendo este reconhecimento da ordem do formal que assegura a regularização e seus segmentos, situando-os dentro de espaços, população e, principalmente, dentro de saberes.

Nesse entender, retomamos o que Orlandi (2009) diz a respeito de memória. (ver edição 2015).

A memória, por sua vez, tem suas características quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. (ORLANDI, 2009, p. 31).

Dessa forma, “a memória (...) é o saber discursivo que faz com que, ao falarmos, nossas palavras façam sentido. Ela se constitui pelo já dito que possibilita todo dizer” (ORLANDI, 2010, p. 64).

A memória e o discurso tornam-se fundamentais para buscarmos interpretar os efeitos de sentido que envolvem as práticas socioculturais do modo de fazer o queijo artesanal de Minas, bem como o discurso que vem sendo construído neste acontecimento, afinal, a memória se faz e refaz a cada dia, por meio das experiências que cada sujeito produtor de queijo vivencia, pois ela é movimento e está em constante processo de construção.

Bosi (2003) diz que:

(...) pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “descola” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. “A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora. (BOSI, 2003, p.36).

Segundo a citação de Bosi (2003), o processo de construção pela memória se presentifica no Dossiê pelo modo de fazer tradicional do queijo que caracteriza uma complexa construção de identidades.

No Dossiê (2008, p. 27) de registro podemos observar que:

o queijo artesanal feito no Brasil, as bases originais do modo de fazer queijo nas Gerais, vêm da tradição portuguesa da serra da Estrela. Como todo produto cultural, transforma-se dinamicamente e busca aderir-se à realidade local, fundamentando estruturas, instrumentos, técnicas e fazeres que lhes são próprios.

A noção de memória, como nos dizem Domingues e Carrozza (2013), não se confunde com a capacidade cognitiva que os indivíduos têm para lembrar algo, uma vez que abarca o conjunto das formulações que circulam na forma de um já dito, cujos elementos atravessam e se constituem no fio do discurso.

Compreendemos então, que os produtores do queijo artesanal de Minas no que diz respeito aos modos de fazer o queijo, significam e ressignificam sua produção conforme o padrão de cada região e suas especificidades, como podemos ver no Dossiê (DOSSIÊ/IPHAN, 2008, p. 29):

O queijo em Minas, desde os primórdios, vai utilizar o leite de vacas coagulado, no início, com coagulante feito à base de retículo (parte do estômago) seco e salgado de bezerro ou cabrito. Na região da Canastra foi comum em tempos antigos, o uso de segmentos do estômago de tatus para o mesmo efeito. Tecnicamente esse coalho, que hoje é industrial, possui duas enzimas – a pepsina e a renina – que proporcionam a coagulação do leite. A tradição do queijo, no Serro, na serra da Canastra, na serra do Salitre, em Araxá, no sul de Minas e em outras regiões, refletindo os processos de reinvenção das tradições, vai utilizar matéria prima local, desde o momento inicial de sua produção. Com exceção do sal, na maioria das vezes importado de outras regiões, o artesanato do queijo já nasce usando o trabalho dos marceneiros locais que, transformando madeiras nobres, também da região, em formas e bancas queijeiras, dão suporte material à fatura do produto lácteo. (DOSSIÊ/IPHAN, 2008, p. 29).

Cabe destacar, neste momento, na citação acima do Dossiê, o momento em que se diz 'que hoje é industrial' para pensar a contradição do patrimônio/industrial com o cultural/artesanal. Perguntamos: como algo industrial pode ser artesanal? Será que isso é possível, visto que a tradição diversifica, ressignifica ao longo do tempo e no espaço, fazendo com que o movimento da história venha ao lado do industrial; de outro um cultural ao lado do artesanal em movimento, dinâmico, mutante, que se renova?

Ainda conforme o DOSSIÊ/IPHAN (2008, p. 30), a dinâmica da tradição reflete, mesmo que lentamente, as mudanças de concepções técnicas, de padrões de higiene e valores culturais.

Compreendemos discursivamente que fazer o queijo é, então, não uma forma de manutenção, mas de (res)significação das tradições, um veículo

dinâmico de demonstração da tradição e de afastamento dessa tradição, que está em constante transformação, onde os sentidos sempre podem ser outros, e o discurso e a ideologia estão em constante movimento de acordo com a posição sujeito do queijeiro.

Fazer o queijo artesanal de Minas passa então, a ser entendido como um acontecimento discursivo e histórico, tornando ao mesmo tempo, espaço de discurso, de linguagem, de memória, de troca de saberes e de interpretações de ressignificações, onde se vê elementos que permaneceram desde seus primórdios, mas que têm se apresentado sob a forma de novas interpretações.

Podemos observar, segundo o IPHAN (2008), que, quando inventariou as regiões do Serro, Serra da Canastra e Serra do Salitre (Alto Paranaíba):

[...] lá predominam fazendas que mantêm a tradição de fazer um queijo reconhecido mundialmente como “artesanal tipo Minas”. Cada uma dessas regiões forjaram um modo de fazer próprio, expressado na forma de manipulação do leite, dos coalhos e das massas, na prensagem, na cura e até no comércio. Apesar de os queijos de cada região terem aparência e sabor específicos, há aspectos comuns. Em todos os locais, os produtores usam o leite cru, com a adição de pingo, um fermento láctico natural recolhido a partir do soro que drena do próprio queijo (ver o esquema abaixo). Esse ingrediente transfere para o queijo as características do solo, clima e vegetação da região. (DOSSIÊ/IPHAN, 2008).

Percebemos, aqui, a formação ideológica que funciona na reprodução das relações de produção, pela interpelação ou assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico. Cada indivíduo é levado a ocupar seu lugar em um dos grupos ou classes de uma determinada formação social, mesmo que ele tenha a impressão de ser senhor de sua própria vontade.

Entretanto, a posição sujeito, as condições de produção e os sentidos podem ser (re)produzidos; afinal, na Análise de Discurso, o sentido não está estagnado, não é fixo, ele se transforma ao longo da história. Os sentidos sempre podem ser outros, mas não quaisquer uns. Cada um faz uma interpretação do acontecimento em função da ideologia, ou seja, do mecanismo produtor de evidências.

Nesse dizer do IPHAN no Dossiê, parece que é próprio e natural do mineiro fazer queijo e ser patrimonializado.

O mineiro desenvolveu um saber próprio da produção de queijo, que hoje é uma das tradições mais marcantes de sua cultura. A identidade que o queijo artesanal de Minas e seu modo de fazer conferem à comunidade é um dos principais fatores para o seu reconhecimento como patrimônio cultural brasileiro. (IPHAN, 2008).

A identidade que o saber próprio do modo de fazer confere à comunidade parece resultar no reconhecimento, ou seja, pelo registro no IPHAN como patrimônio cultural. Esse reconhecimento leva a pensar a história como processo de construção de saberes, de estruturas materiais e simbólicas.

A formação ideológica tem como um de seus componentes as formações discursivas, ou seja, os discursos são governados por formações ideológicas. Passamos assim à conceituação de formações discursivas segundo Pêcheux que a partir de Althusser considera que a noção de ideologia é essencial para o desenvolvimento do conceito de formação discursiva:

A noção de formação discursiva insere a história e a ideologia perfeitamente, esclarecendo que as ditas “circunstâncias” das condições de produção do discurso e a troca de impressões imaginárias, feitas pelos sujeitos se dão dentro de um conjunto de regras específico que, não só delimita o que se pode dizer, como ordena o que se deve dizer. (PÊCHEUX, 1993, p.169).

Pensar a cultura é poder dizer que os sentidos de cultura são constituídos e determinados pela ideologia, já que, nessa relação, cultura funciona, por exemplo, como a que fornece a seus sujeitos membros a ilusão de unidade, de pertencimento através de suas práticas e rituais (a serem) significados e (re)produzidos. Como nos aponta Orlandi (2015):

O sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio - histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido

segundo as posições daqueles que as empregam. (ORLANDI, 2015, p. 40).

Como podemos observar no Dossiê (2008, p. 20):

A mitologia em torno do produto queijo é, no entanto, fator importante na construção identitária da região e, assim, deve ser respeitada como construção cultural popular. Para os habitantes do território do queijo artesanal de Minas, essas interpretações tradicionais da história econômica colonial são fundamentos de valores e de conhecimentos que lhes motivam e lhes dão lugar na história da região.

A Análise de Discurso trabalha com o modo que cada um (e o outro) vai se constituir, se significar, produzir sentido pelo outro, com o outro e para o outro, ou seja, no discurso temos o social e o histórico em constante movimento de constituição do sujeito. Ou seja, se pensarmos sobre o sujeito em tela na pesquisa, para cada produtor do queijo artesanal de Minas (para cada sujeito) produz-se um sentido, sentido este que está em constante resignificação. Quando falamos em sentido, estamos compreendendo como as técnicas tradicionais da produção do queijo são significadas – ora como as que são baseadas nas técnicas de Portugal, ora já resignificadas. E, em cada uma das três regiões aqui pesquisadas, compreendemos que se constroem formas de saber fazer próprias. Aqui, observamos que a relação discursiva entre sujeito/espaco/artesania/língua está sempre presente e é constitutiva do processos discursivos de produção de sentidos para cada sujeito queijeiro seja qual for a posição discursiva tomada.

Ainda conforme o DOSSIÊ/IPHAN (2008):

(...) com pequenas diferenças, tratadas como “segredos bem guardados”, cada fazenda produtora no território do queijo artesanal mineiro busca dar uma especificidade ao seu produto, mesmo reconhecendo as qualidades do outro produtor e, até, indicando quem está fazendo um queijo “de dar gosto”, como é expressão corriqueira entre eles. (DOSSIÊ/IPHAN, 2008, p. 61)

Ao falarmos em sentido acima, compreendemos que o discurso institucional ao significar a posição sujeito profissional/responsável pela produção do queijo artesanal atribui a ela formas de dizeres sociais que engendram a cultura como laço que homogeneiza e resguarda do outro. Contudo, ao dizer desse modo, deixa de dizer que “guardar segredos” é um modo de se reconhecer nesse discurso sobre o mineiro queijeiro, que, apesar das “pequenas diferenças”, se homogeneiza em nome do mercado, além de indistinguir se é o proprietário do modo de fazer ou se é o empregado, por exemplo. Como nos diz Orlandi (2007), as formas de dizer “recortam o interdiscurso (o dizível, a memória do dizer) e refletem as diferenças ideológicas, o modo como as posições sujeitos, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes” (ORLANDI, 2007, p. 20). Neste contexto, a memória discursiva vem sendo atualizada conforme as características do processo dinâmico de “construção cultural” que teve suas marcas por uma reprodução tradicional que levou as técnicas culturais ao registro do IPHAN.

Esses sentidos produzidos pelo Dossiê do IPHAN sobre os produtores do queijo remetem-nos ao que Pêcheux diz sobre “o discurso ser efeito de sentidos entre locutores”. Compreendemos aí a desigualdade do dito e do não dito são próprios do discurso institucional sobre os produtores do queijo que constitui a discursividade do lugar que os produtores devem se significar e significar o espaço da produção, e dos saberes que levam à determinada região de Minas, sobre o modo de artesanania do queijo ali produzido.

1.3 Noções sobre identidade no Dossiê/IPHAN

Na busca de compreendermos o discurso sobre identidade apresentado no Dossiê/IPHAN, no que diz respeito ao modo artesanal de fazer o queijo de Minas, percebemos a importância do que o Dossiê denomina como “valor cultural e identitário do modo de fazer que foi passado de geração a geração”.

O queijo torna-se ao mesmo tempo, espaço de discurso, linguagem, de memória, de troca de saberes e de produções de ressignificações. No texto do

Dossiê, percebemos elementos que permaneceram desde seus 'primórdios'⁵, mas que têm se apresentado sob a forma de novas interpretações.

Conforme podemos observar no Dossiê (DOSSIÊ/IPHAN, 2008):

o queijo não pode ser interpretado por nós como um produto em si. Tomamos como premissa de nossa interpretação o entendimento de que esse produto é expressão de um modo de fazer tradicional que parte da necessidade de conservação do leite em um produto menos perecível, mas que se transforma em um gosto identitário, em produto de uma cultura, identificado por seus membros, que lhe dão significados para além da simples manutenção da sobrevivência e da configuração de um produto econômico. E se o modo de fazer tradicional tem valor de patrimônio, nele estão aderidos fatores e variáveis de caráter material e humano. (DOSSIÊ/IPHAN, 2008, p.78)

Compreendemos aqui, e em nosso trabalho, que o texto do Dossiê conjuga os conceitos de identidade, cultura e tradição para dizer sobre a necessidade de patrimônio – nesse recorte acima, entendemos que é a identidade que representa essa tradição do modo de fazer o queijo em Minas, uma nova forma de interpretação possibilitando a análise para a significação dos discursos identitários e para a construção cultural.

Afinal, os produtores, queijeiros⁶ e trabalhadores rurais das três regiões distintas do estado de Minas: Serro, Serra da Canastra e Alto Parnaíba (Serra do Salitre) que compõem o Dossiê de registro, são ditos como aqueles que, igualmente, apresentam uma preocupação com a preservação dos modos de fazer o queijo artesanal, possuem uma prática tradicional e identitária específica em cada região, que, ao invés de os diferenciar, os homogeneiza como um grupo que responde às exigências de um mercado já sempre lá. O conceito sobre saberes também vem atravessado pelos sentidos de cultura, tradição e

⁵ O termo 'primórdios' é utilizado no Dossiê para marcar tempos antigos da tradição que se utiliza do leite de vacas para a produção do queijo. (DOSSIÊ/IPHAN, 2008, p.29)

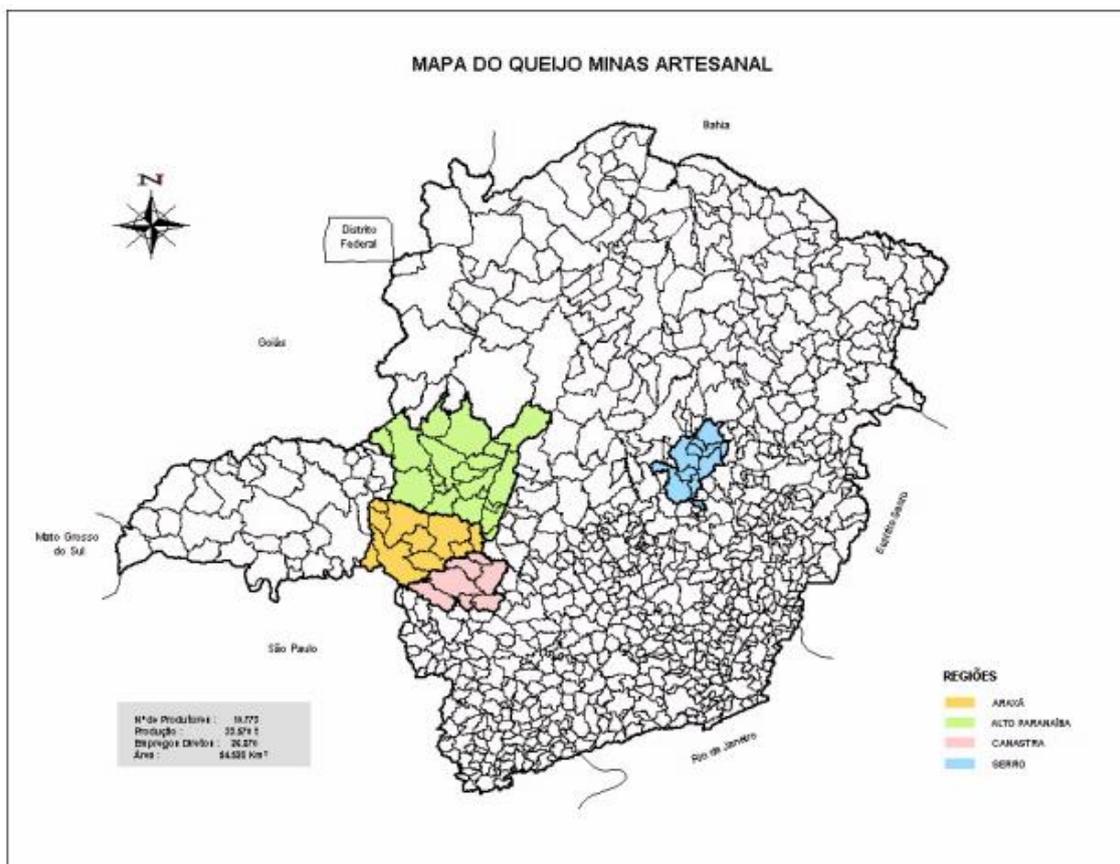
⁶ Queijeiro é expressão que denota atividades distintas nas várias regiões produtoras de queijo artesanal em Minas Gerais. Na região do Serro é quem faz o queijo em todo o seu processo. Nas regiões da Serra da Canastra, do Alto Parnaíba (Serra do Salitre) e de Araxá é aquele que comercializa o queijo, comprando-o nas fazendas e vendendo-o no mercado consumidor, diretamente ou para um intermediador. Chamamos a atenção para o fato de o texto do Dossiê manter uma mesma palavra (queijeiro) para denominar o que é diferente: denominar é já dar sentido (DOSSIÊ/IPHAN, 2008, p. 32).

identidade. São saberes que foram passados pelos avôs, pais, “de geração a geração”, e isto nos remete ao l’egado cultural” de uma região. Sentidos que se sustentam a partir de um consenso.

Compreendemos consenso como o que não é posto em questão e que todos têm como evidente, como verdade e explicação e justificativa para as práticas sociais cotidianas. Dessa forma, é pelo consenso, que esses saberes produzem como efeito sentidos como naturais e preexistentes. A diversidade está ancorada numa hierarquização de sujeitos e culturas em que a diferença é formulada em termos de uma desigualdade que decorre de "'capacidades' e 'incapacidades' intrínsecas as quais, sendo naturais e predestinadas, não podem ser modificadas ou adquiridas (pela via da educação, por exemplo, como propõe o projeto iluminista” (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2010, p. 135). E o consenso é produzido pela unidade da comunidade que podemos definir em termos de uma totalidade orgânica, em que o todo é idêntico às partes, pois resulta de uma unidade original das “vontades naturais” dos sujeitos de uma determinada formação social. Esse consenso é instituído pelo “passado comum”, e determinado pelos “costumes e tradições comuns” que deve ser herdado ou transmitido (BRANCO, 2013). Dizer desse modo sobre esse vínculo comunitário no passado aponta sentidos na direção da exclusão, por exemplo, impedindo que "os estranhos" se integrem como membros efetivos da comunidade.

Voltando ao espaço simbólico dessa produção artesanal do queijo que também constitui o sujeito queijeiro em suas diversas posições discursivas, no Dossiê, encontramos esse espaço demarcado como podemos verificar adiante. Para melhor visualizar e compreender, demonstramos no mapa abaixo que demarca o território geográfico da produção artesanal do queijo de Minas.

Mapa 1 – Região do queijo artesanal de Minas



Fonte: Dossiê/IPHAN, 2008

Essa imagem corresponde às regiões de produção do queijo artesanal, no Estado de Minas Gerais. Nela, encontramos informações como o número de produtores, a produção, e a empregabilidade que isso proporciona para a região.

Observamos, com base delimitada no Dossiê/IPHAN (2008), a região destacada em azul que é compreendida como 'região da produção do queijo artesanal de Minas', composta por municípios, onde se produz o queijo tipo Serro (marca) integram os municípios do Serro, Alvorada de Minas, Conceição do Mato Dentro, D. Joaquim, Materlândia, Paulistas, Rio Vermelho, Sabinópolis, Santo Antônio do Itambé e Serra Azul de Minas, localizados na vertente oriental da Serra do Espinhaço.

A área designada registra condições favoráveis, conforme dito no Dossiê/IPHAN (2008, p. 40) "a região reúne condições geomorfológicas, edáficas⁷ e microclimáticas que propiciaram o surgimento de pastagens naturais

⁷ O termo refere-se a níveis de qualidade do solo em determinada região, é expressão utilizada pela agronomia, podemos compreender como composição química e física dos solos, profundidade e ciclagem de nutrientes. (CAMARGOS, 2008, p.76).

onde predominam o capim gordura (meloso) e capins típicos de campos de altitude”. Condições estas que agregam características para a produção do queijo, no que tange a pastagens naturais, fatores climáticos, rede de drenagem e um rebanho majoritariamente composto de animais mestiços destinados à produção leiteira.

Outra área destacada, em verde, conhecida como microrregião da serra do Salitre, produz o queijo da serra do Salitre (marca), tendo essa nomenclatura constituída como uma forma de expressar a produção de toda a área do Alto Paranaíba. O rebanho predominante na região do Alto Paranaíba segue as mesmas características da Serra do Serro, formado por animais mestiços. A região apresenta uma produção tipicamente de agricultores de pequena propriedade, na maioria de economia familiar. E a comercialização do produto se estende por outros Estados.

Outra microrregião que faz parte do território do queijo é a serra da Canastra, que tem o queijo tipo Canastra região compreendida pelos municípios de Bambuí, Delfinópolis, Medeiros, Piumhi, São Roque de Minas, Tapiraí e Vargem Bonita. A produção desse tipo (marca) do queijo é mais popular que as outras; a ligação histórica da produção pecuária dessas terras acompanha a população que aí se fixou no decorrer do século XVIII. A identificação da região nesse quesito traz fortes traços culturais de persistência de valores agrários. A Canastra tem no queijo artesanal de leite cru uma raiz norteadora de seu fazer cultural.

Essas microrregiões destacadas no mapa foram delimitadas por estudos técnicos, principalmente, os efetivados pela EMATER-MG, mas, ainda por instituições de ensino superior e de pesquisas. A individualização da região produtora em territórios distintos do queijo artesanal mineiro teve fundamental relevância para o reconhecimento e registro no IPHAN – todas trazem os mesmos modos de fazer, baseados na mesma técnica original portuguesa dos tempos coloniais. Sendo que, essa tradição se mantém, portanto, para as margens das regiões de mesmo padrão de produto e identifica a região, os pequenos produtores e o produto que mereceu registro no IPHAN.

Podemos notar com clareza, no Dossiê/IPHAN (2008), o seguinte dizer:

O território do queijo, em Minas, é um território de cultura, material e imaterial, mensurável e passível de interpretações. É um território transformado, construído e reconstruído em sua paisagem. É natureza transformada e re-apropriada em dinâmica e lenta mudança e é paisagem produzida em integração de necessidades, costumes, hábitos e saberes. (DOSSIÊ/IPHAN, 2008, p. 54)

De acordo com o recorte, compreendemos que o queijo de Minas artesanal, que é produzido nestas três regiões, valoriza a identidade cultural desta região pelas práticas cotidianas deste sujeito (que produz o queijo) valorizando sua construção histórica, reinventando e ressignificando suas necessidades, costumes, hábitos e saberes. Contudo arriscamos dizer que, se essa mudança se processar diferentemente do que já está imaginado e previsto pelos sentidos de patrimonialização institucionalizados, essa mudança não advirá sem resistência e luta.

Sendo assim, o DOSSIÊ/IPHAN (2009) diz que:

Interpretar os saberes e as técnicas de fatura de um produto artesanal é, sobretudo, enquadrá-lo em um repertório de expressões da cultura que referenciam a constituição identitária de grupos sociais. É tomá-lo como prática enraizada nas relações humanas que se forjaram em um processo histórico específico, identificável e interpretável e que continua em processo de construção cultural, mesmo que marcado por uma reprodução tradicional em seu lento processo de mudanças e de adaptações. DOSSIÊ/IPHAN (2009, p.23)

Todo movimento em prol do reconhecimento de patrimônio imaterial desemboca numa esfera de valorização de práticas que são tradicionais, em uma relação híbrida, obrigatoriamente, na qual, há troca de conhecimentos entre o sujeito (produtor) e o próprio espaço, a própria comunidade em si. Mas, acrescentamos, esse sujeito, esse espaço e essa artesanaria deverão estar “enquadradas em um repertório de expressões da cultura que referenciam a constituição identitária de grupos sociais”. Assim, o espaço para mudança é ínfimo, apesar de ser admitido, como vimos.

O registro de “bens culturais imateriais” documenta estas práticas culturais do modo de saber fazer, nas quais, o passado e o presente dessas

manifestações culturais estão em constante movimento, valorizando a identidade e a especificidade daquela cultura. Chamamos a atenção para o modo como cultura e passado estão relacionados e funcionam ideologicamente determinando sujeito/espáço/artesania/língua.

Neste sentido, em consonância com os sentidos de identidade e cultura que predominam no Dossiê, Hall (2006) diz que:

Possuir uma identidade cultural nesse sentido é estar primordialmente em contato com um núcleo imutável e atemporal, ligando ao passado o futuro e o presente numa linha ininterrupta. Esse cordão umbilical é o que chamamos de “tradição”, cujo teste é o de sua fidelidade às origens, sua presença consciente diante de si mesma, sua ‘autenticidade’.
(HALL, 2006, p. 29)

A esse respeito, retornamos com o que já observamos com relação aos sentidos produzidos para patrimônio e cultura que se atravessam no Dossiê. Aqui, notamos que os sentidos de identidade e cultura se atravessam e se intersustentam. Compreendemos que nesse dizer a relação identidade/cultura vai se construindo pela homogeneidade, sentido comum já analisado no item sobre historicidade (1.1). Mais uma vez, nos afastamos desse modo de dizer sobre identidade, e observamos que essa relação entre identidade e cultura é ideológica e política, portanto, da ordem do efeito. Compreendemos que, ao se identificar, o sujeito não escapa ao modo como é determinado ideologicamente nas formações discursivas que o constituem e determinam. Assim, consideramos a relação de contradição nesse funcionamento ideológico entre identidade e cultura, dizendo que essa relação pode se constituir pela diferença e pela diversidade. Podemos ter, por exemplo, um sujeito mineiro que produz o queijo com as técnicas artesanais (“pode tudo”) *versus* o mineiro que não é produtor do queijo (“nem sempre pode tudo”). Esse sujeito mineiro pode ainda gostar de queijo e também pode não gostar, ou, ainda, pode não sabe fazer. Há existência de contradição, de falha no ritual de identificação é constitutiva. Também há aquele que não é mineiro e gosta de queijo e produz com as mesmas técnicas. Isso é um reflexo de um olhar sobre os processos de identificação que não “brotam” espontaneamente no mundo cultural; a identidade

e a diferença são produtos sociais, “fabricados” pela/na linguagem (SILVA, 2014), que produzem saberes, os quais, por sua vez, constituem verdades de uma época, consoante condições específicas, inexistindo, assim, enquanto essências e/ou verdades absolutas.

Dessa forma, observamos que o ‘outro’ que não seja mineiro, possa também se adequar à identidade regional da cultura/tradição do queijo, desde que se utilize das pequenas diferenças, tratadas como “segredos bem guardados”, das fazendas produtoras no território do queijo artesanal mineiro. Assim com intuito de dar uma especificidade ao seu produto, mesmo reconhecendo as qualidades do outro produtor e, até, indicando quem está fazendo um queijo “de dar gosto”, como é expressão corriqueira entre eles. E aí percebemos que não há processo de identificação que trabalhe produzindo apenas relações de homogeneidade, porque para se identificar é preciso estar constituído como sujeito do discurso.

A tessitura de um lugar para si se institui na diferença com o outro, por isso a identidade é relacional, sendo formada a partir do que “não se é”. Ao dizer “sou queijeiro/mineiro”, estou dizendo também “não sou queijeiro/sulista”, “não sou queijeiro europeu” e assim por diante. Para SILVA (2014), a identidade se constitui pela diferença, sendo esta, pois, a condição de existência daquela. Silva (2014) acrescenta que as identidades não existem espontaneamente no mundo cultural, mas a identidade e a diferença são produtos sociais, “fabricados” pela /na linguagem. De acordo com ele,

A identidade e a diferença não podem ser compreendidas, pois, fora dos sistemas de significação nos quais adquirem sentido. Não são seres da natureza, mas da cultura e dos sistemas simbólicos que a compõem. (...) Somos nós que as fabricamos no contexto de relações culturais e sociais. (SILVA, 2014, p. 76-78).

Além disso, não há mais, na sociedade contemporânea, uma identidade fixa, única, as identidades são cambiantes, estando em permanente movimento. Basicamente aquele que se significa pela tradição cultural do queijo e pratica seu modo de fazer, da feitura artesanal e segue uma técnica bem assentada na tradição é denominado como um queijeiro tradicional. Lembramos que essa

classificação se materializa a partir de um imaginário de sujeito queijeiro que segue as tradições culturais, ou seja, estamos dizendo que esse discurso é ideológico e político, já inscrito no interdiscurso e atualizado por uma memória que significa cultura, identidade e patrimônio sem reconhecer a contradição constitutiva dessa relação sócio-histórica.

Afinal, sempre que falamos em Minas Gerais, associamos “a terra do queijo, do pão de queijo”, ou seja, o queijo faz parte da identidade cultural de Minas, da nossa tradição mineira que está presente no imaginário da população. Vale ressaltar aqui Esteves (2014) quando diz que:

[...] um representado pela FD médica, outro representado pela FD geopolítica. O primeiro discursiviza a comida e a alimentação como práticas naturais, biológicas, indispensáveis para um funcionamento dito normal, fisiológico, dos corpos dos sujeitos. O segundo se caracteriza por dividir o mundo, os continentes, as nações, as regiões em distintas áreas alimentares que teriam, cada uma, uma base alimentar típica, representada por uma quantidade limitada de ingredientes. (ESTEVES, 2014, p. 275)

Ou seja, o lugar social e a posição sujeito de que se enuncia importam na produção de sentidos sobre um determinado objeto, no caso o modo de saber fazer o queijo artesanal. Além disso, o queijo artesanal do modo como é feito ter-se tornado um referencial simbólico que alude diretamente aos sujeitos mineiros não é por acaso. A região determinada em que esse fazer se dá e no modo como se dá também não é devido ao acaso. Há condições de produção históricas e sociais que determinam a produção de certas discursividades e silenciam a produção de outras.

Nesse sentido, sabemos que existem ditados e expressões que parecem tornar evidente e natural a força identitária do queijo, como podemos observar no Dossiê (2008):

No cotidiano, a gente de Minas, quando está confusa, “avança na lua pensando que é queijo”. Ela diferencia claramente as coisas e age sem subterfúgios, pois “pão pão, queijo queijo” e essa franqueza é valor que não se perde. Quando tem facilidade

de dar soluções para situações está “com a faca e o queijo na mão. (DOSSIÊ/IPHAN, 2008, p. 35)

Cabe ressaltar que a busca de uma identidade cultural é a busca de afirmação de uma diferença e de uma semelhança. Quando se busca a identidade cultural, procura-se identificar aqueles que apresentam traços em comum, que se identificam entre si, o que fortalece o sentimento de solidariedade grupal, conforme Dias, em sua anuência aos sentidos produzidos pelo Dossiê (DIAS, 2006). Neste sentido, o queijo artesanal de Minas é indissociável da identidade mineira, a categoria cultura ultrapassa o material, sendo carregada de viveres e afazeres que se apresentam na ação do homem que, para poderem atuar em sociedade, têm que constantemente produzir e utilizar “bens culturais”.

De acordo com o Dossiê em seus sentidos de patrimonialização, uma das características desse processo de construção cultural reside exatamente no fato de que, quanto maior a carga simbólica conferida no passado a um “bem cultural”, tanto mais ricas serão as possibilidades de sua utilização futura. Tal causa simbólica está presente na produção do queijo artesanal de Minas que traz em seu seio experiências e tradições que são passadas de geração a geração. O valor social destas práticas culturais aumenta e estas consolidam sua função de símbolo que identifica grupos culturais determinados.

Visando verificar esse processo de “construção cultural” sempre referido ao passado comum, encontramos essa textualidade no Dossiê (DOSSIÊ/IPHAN, 2008) que apresentamos como mais um recorte:

Ao circular pela região de Minas Novas, em 1817, Auguste Saint'Hilaire escreveu: Enquanto que nas florestas que se estendem de Rio de Janeiro a Barbacena (...) não se obtém das vacas senão um leite quase insípido, o de Alto dos Bois poderia rivalizar com o melhor da Europa, e os queijos desse mesmo lugar são igualmente de gosto muito agradável. Sente-se que as ervas aquosas da floresta não podem tornar o leite tão cremoso como as plantas e as gramíneas de consistência seca que cobrem as colinas de Minas Novas (...). (DOSSIÊ/IPHAN, 2008, p. 2).

Essa citação recortada do Dossiê aponta para os sentidos de identidade social, sobre a qual falamos no decorrer desse subitem que é conhecida/significada pela cultura com orientação ao passado da região de Minas, especialmente quando o assunto é queijo. A região tornou-se amplamente identificada pela cultura de seu principal produto, essa identidade foi construída em uma longa história de escolhas, dizeres que circulam nessa região, desde o século XVIII. A produção do queijo artesanal de Minas caracteriza o lugar, o valor dos instrumentos, os saberes, as matérias-primas e as técnicas, do produto e dos seus significados, formando uma unidade complexa. O sentido do processo é dado pelo conjunto da prática, o que é chamado de modo de fazer.

Tornamos a alertar o leitor que esses sentidos de identidade e cultura que se atravessam e se sustentam são produzidos sócio-historicamente. Dizer que há um sujeito mineiro não é da ordem da evidência, e caracterizá-lo como tal também não o é. Portanto é preciso estar advertido de que as relações de sentido produzidas entre cultura, identidade e patrimônio se atravessam e fabricam um consenso sobre Minas Gerais, sobre o que é o mineiro, sobre o que é o queijo de minas artesanal e sobre a região que melhor o produz.

Considerações parciais

Neste primeiro capítulo, apresentamos o *corpus* da pesquisa para que o leitor possa conhecer o funcionamento do órgão IPHAN e também, seu Dossiê, o Livro dos Saberes. O instituto designa, classifica, e registra os bens que, segundo critérios de atribuição de valores adotados pelo órgão, constituem o patrimônio nacional. Buscamos aqui apresentar o *corpus*: memória e identidade – modos de fazer – do queijo artesanal de Minas, registrado no Livro dos Saberes do IPHAN, como ele foi delimitado e a sua organização para nossa análise que parte do processo discursivo, para compreender o funcionamento discursivo sobre o Dossiê/Ipphan sobre o modo de fazer do queijo artesanal.

Observamos, na exposição do *corpus*, que o momento em que a patrimonialização ganhou maior amparo foi com o advento da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, que resultou de todo um percurso de debates entre governo e sociedade, representando as novas demandas sociais e adequando-se aos novos contextos históricos e políticos em que vivia a nação brasileira. Esse cenário favoreceu a mudança das diretrizes das ações de preservação do IPHAN, principalmente, no que tange ao reconhecimento de culturas regionais.

Por isso, como mostramos, foi necessário mobilizar o Dossiê/IPHAN e localizá-lo como um documento do Patrimônio Cultural, que trata do registro de bens culturais de natureza imaterial, executados pelo IPHAN, no qual encontramos o reconhecimento e o registro do queijo artesanal de Minas, como um bem cultural. Nesse movimento, produzimos análises que nos apontaram como a patrimonialização desses ditos bens produz o apagamento da sua historicidade, memória e identidade social.

Ao falarmos da identidade social do queijo mineiro, destacamos o mapa do referido espaço geográfico, conhecido como região do queijo. Sendo que a mesma é compreendida por abarcar três microrregiões, composta de vários municípios que são identificados pela tradição da fabricação do queijo, de seus valores históricos, familiares (para os pequenos produtores), que tem sua economia fundada nessa prática cultural cotidiana, que fez o povo da região ter uma identidade pelo produto e, principalmente, pelo seu modo de fazer. Mostramos também pelas análises como é contraditória essa identificação em seu processo, relação de sentido que fica também silenciada nos documentos que dizem sobre esse saber fazer o queijo.

A identidade social, que há no território do queijo artesanal, no seu modo de fazer é constituída pela relação entre as lembranças e os esquecimentos do que se foi e as implicações desse passado num presente que guarda relações com o passado dito comum.

Considerando a apresentação desde primeiro capítulo em que discorreremos sobre o *corpus*, destacamos para conhecimento de nosso leitor o 'bem cultural imaterial' o queijo artesanal de Minas, do modo como significado,

ou seja, como é reconhecido e registrado no Livro dos saberes do IPHAN, pelo Dossiê (modos de fazer do queijo artesanal de Minas).

Nesse capítulo, a análise de recortes apresentados nos levou a formular sobre os sentidos de cultura. Concluimos que, para falar em cultura, é necessário buscar o processo histórico que a produz, assim como as relações de poder e os conflitos de interesses dentro da sociedade. É Mariani (2009) que nos adverte sobre a importância da produção discursiva de sentidos sobre essa palavra.

como resultante de práticas dos sujeitos e entre sujeitos que remetem para um estado de coisas num determinado momento e em um determinado lugar em uma formação histórica; práticas vinculadas a maneiras de se relacionar em sociedade. Ao mesmo tempo, são práticas não dissociadas dos modos sócio-históricos de produção, reprodução, resistência e transformação dos sentidos. Práticas expostas também à errância e à não totalidade dos processos de significação. (MARIANI, 2009, p. 45)

Pêcheux (2012), ao fazer menção à noção de cultura deixa marcas de como tratá-la discursivamente dando visibilidade a seu funcionamento ideológico. Segundo ele,

Encarada seriamente (isto é, de outro modo que apenas uma simples "troca cultural") essa aproximação engaja concretamente maneiras de trabalhar sobre as materialidades discursivas, implicadas em rituais ideológicos, nos discursos filosóficos, em enunciados políticos, nas formas culturais e estéticas, através de suas relações com o cotidiano, com o ordinário do sentido. (PÊCHEUX, 2012, p. 49)

É em texto de Ferreira e Alvim (2014) que vamos encontrar formulação sobre a palavra cultura e seu processo discursivo de produção de sentidos. Elas nos enriquecem o modo de formular sobre cultura em relação ao que nos interessa na pesquisa – em relação a patrimônio e identidade. Assim elas formulam,

Falar de cultura implica trazer a história de um coletivo e as relações deste com outras culturas, a maneira como se organizam socialmente, se adaptam ao ambiente em que vivem e as regras que estabelecem para essa organização. Trata-se de um processo sem sujeito, nem fim, trazendo Althusser. Isso

quer dizer que os sujeitos são agentes das práticas históricas de produção e reprodução, no entanto, são sujeitos que atuam sob determinações das formas de existência histórica e agem atravessados de uma forma-sujeito que é a própria existência histórica dos indivíduos, agentes das práticas sociais. Como diz Althusser (1978, p. 67) "os agentes-sujeitos só são ativos na história sob a determinação das relações de produção e de reprodução, e em suas formas". (FERREIRA; ALVIM, 2014, p. 141)

A seguir, tratamos das condições de produção dos modos de fazer do queijo artesanal de Minas.

CAPÍTULO 2

MODOS DE FAZER DO QUEIJO ARTESANAL DE MINAS - CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

É mais um símbolo do brasileiro
O famoso queijo mineiro
Acho que é conhecido no mundo inteiro
Pelo sabor e o seu cheiro

Não precisa muito dinheiro
Pra comprar o queijo mineiro
Já estou escrevendo e com desejo
De saborear um biscoito ou pão de queijo

(Valeriano Luiz da Silva)

Considerações iniciais

Neste segundo capítulo, discorreremos sobre as condições de produção do modo de fazer o queijo artesanal de Minas, analisando os efeitos de sentido das condições de produção do queijo que significaram a produção de um documento para o patrimônio cultural e o discurso do patrimônio cultural.

Afinal, pelo modo como os sentidos de patrimonialização são produzidos pelo Dossiê, é necessário que o queijo artesanal de Minas apresente um valor simbólico, particularidades, especificidades e técnicas que são “passadas de geração a geração” do modo de fazer o queijo. Trata-se, portanto, de uma prática sociocultural, que implica um processo de (res)significação do que é dito como cultural.

Entretanto, perguntamos: ressignificar cultura, identidade e tradição não descaracterizaria e/ou desconfiguraria a artesanaria dos modos de fazer o queijo de acordo com as normativas do IPHAN? É possível interpretar a cultura, a

patrimonialização dessas culturas sem considerar a falha constitutiva do sujeito e do processo de produção de sentidos?

O queijo artesanal de Minas Gerais, conforme aponta o Dossiê/IPHAN (2008), teve sua origem na Serra da Estrela em Portugal; entretanto, sua confecção em Minas Gerais tem suas características específicas, em função das condições físico-naturais, econômicas e socioculturais particulares que a região apresenta. Ou seja, são condições de produção diferentes da fabricação do queijo em Portugal, afinal, o sujeito é constituído como efeito, a partir de suas condições de produção.

Sendo assim, para dimensionarmos essa descrição, recorreremos aos seguintes dizeres de Orlandi (2015):

[...] por isso a Análise de Discurso se propõe construir escutas que permitam levar em conta esses efeitos e explicitar a relação com esse “saber” que não se aprende, não se ensina, mas que produz seus efeitos. (ORLANDI, 2015, p. 32).

Estes efeitos de sentido produzem o sujeito e são produzidos por ele, sujeito este ideológico e histórico, inscrito num determinado dizer sobre o espaço e o tempo em que habita. Na produção do queijo artesanal de Minas, ao espaço denominado como regiões do Serro, Canastra e Alto Parnaíba (serra do Salitre ou do Cerrado), além de ser historicizado por descrições de fatores “físico-naturais” relativos a cada uma dessas regiões, somam-se vários aspectos socioculturais que determinaram um modo de fazer próprio na manipulação do leite, dos coalhos, das massas, das formas de prensagem, da cura, e da tradição comercial. A esse modo de fazer acrescentam-se formas de viver, práticas sociais já significadas histórico-ideologicamente.

Neste sentido, entender o processo do saber fazer o queijo artesanal nos remonta a uma reflexão de práticas socioculturais cotidianas nas fazendas destas três regiões mineiras, que se constituem numa interpretação sobre um saber tradicional, no qual, os saberes e fazeres são construídos e estão em construção, durante todo o processo. No que diz respeito à interpretação, Orlandi (1996) diz que:

a interpretação está presente em toda e qualquer manifestação da linguagem. É compreendida como um “gesto”, ou seja, é um ato no nível o simbólico (PÊCHEUX, 1969). Sem esquecer que a palavra gesto, na perspectiva discursiva, serve justamente para deslocar a noção de “ato” da perspectiva pragmática; sem, no entanto, desconsiderá-la. O gesto da interpretação se dá porque o espaço simbólico é marcado pela incompletude, pela relação com o silêncio. A interpretação é o vestígio do possível. É o lugar próprio da ideologia e é “materialidade” pela história. Ela sempre se dá de algum lugar da história e da sociedade e tem uma direção, que é o que chamamos de política. (ORLANDI, 1996, p. 18).

Buscando compreender o que foi dito na citação anterior, observamos que a interpretação é política e, por isso, a incompletude se constitui. Assim, ao dizermos do espaço, do sujeito e do patrimônio a partir do que está materializado no texto do Dossiê, produzimos gestos de leitura. Ao falarmos aqui de incompletude, compreendemos que todo discurso sobre os modos de fazer do queijo está determinado por condições de produção específicas. O que quer dizer que tudo não pode ser dito, significado, interpretado, pois falta algo/há algo que falha no dizer, que pode tomar outro sentido, ter significado e efeitos outros. Segundo Orlandi (2013), todo discurso gera discursos outros e aponta para outros. Observamos aqui que o modo de fazer, a artesanaria é também linguagem e cobertura de linguagem que a descreve, a significa. Assim, o modo de fazer é um processo que pode/deve ser lido em seu curso de existência histórica. Por isso é possível interpretar e compreender esse gesto da artesanaria do queijo de Minas. Tanto é assim que o Dossiê busca determinar e estabilizar sentidos para esse gesto político-histórico-ideológico, definindo-o como “bem imaterial.”

Compreendemos, ainda, da citação acima, que a interpretação é marcada pela relação com o silêncio, no dizer sobre os modos de fazer do queijo artesanal de Minas, de suas práticas. Aqui, o entendimento de silêncio não deve ser atrelado ao falar/comunicar para ter significado. Para isso, Orlandi (1997, p. 33) observa: “O silêncio não fala. O silêncio é. Ele significa. Ou melhor: no silêncio, o sentido é.” Nesse contexto, o silêncio de alguns produtores/responsáveis pela tradição/cultura das técnicas de produção do queijo ratifica a materialidade significativa do que é silenciado no Dossiê, como, por exemplo, que a patrimonialização é benéfica a todos e desejada por todos.

Ao silenciar a contradição, nos dizeres sobre as técnicas de produção do queijo, o Dossiê corrobora/faz circular o efeito de verdade, de conformação, de aceite de que todos, apesar de possuírem diferenças, são homogêneos em sua produção e a artesanaria se torna industrial. Dessa forma, os sentidos de tradição buscam sua estabilização como consenso e produz a atualização de uma memória de homogeneidade e não de disputa.

Desse modo, a interpretação marcada pela relação com o silêncio se faz pelo estabelecimento do 'dito' em relação ao 'não-dito'. Assim, dizer tradição cultural, transmitir de geração em geração um passado comum como um legado histórico se torna dominante e institucional e adequado e desejado, silenciando o que não pode e nem deve ser dito, a saber, que as condições de produção de cada sujeito/espço/artesania produzem diferentes dizeres e leituras sobre o que está sendo dito e realizado.

Desse modo, a compreensão do dizer (silenciado) sobre os modos de fazer do queijo artesanal, assim como sobre o sujeito e seu imaginário vínculo com o ambiente (espço) a partir do conjunto de práticas sociais, de saberes e fazeres requer que compreendamos as condições de produção em que esses mesmos saberes e fazeres aconteceram.

2.1 Condições de Produção no/do Dossiê/IPHAN

Tratamos, nesse subitem, do conceito das condições de produção, referenciado na teoria da Análise de Discurso francesa, na qual, temos como principal teórico o filósofo francês Michel Pêcheux, e, no Brasil, Eni P. Orlandi.

Quando pensamos nas condições de produção, procuramos compreender os sujeitos, que são produtores rurais e/ou queijeiros, que produzem o queijo artesanal de Minas e o acontecimento discursivo das técnicas e os modos de fazer o queijo, para que este possa ser reconhecido, registrado como um patrimônio cultural. Importante lembrarmos que o sujeito situa-se em um contexto sócio- histórico que irá determinar a produção discursiva.

Podemos, então, considerar as condições de produção que, conforme Orlandi (2015):

Em sentido estrito temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as consideramos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico. (ORLANDI, 2015, p. 28).

Sobre esse aspecto, Fuchs e Pêcheux (2001 [1975]) esclarecem que o problema que havia na formulação do termo "condições de produção" apresentada, em 1969, em "Análise Automática do Discurso (AAD-69)" relaciona-se ao momento em que eles, reconhecem uma determinada visão idealista que permeava a natureza do sujeito e de sua situação de interação. E, acrescentam:

As condições de produção: essa ambiguidade residia no fato de que o termo 'condições de produção' designava ao mesmo tempo o efeito das relações de lugar nas quais se acha inscrito o sujeito e a 'situação' no sentido concreto e empírico do termo, isto é, o ambiente material e institucional, os papéis mais ou menos conscientemente colocados em jogo etc. No limite, as condições de produção neste último sentido determinariam 'a situação vivida pelo sujeito' no sentido de variável subjetiva ("atitudes", "representações" etc.) inerentes a uma situação experimental. (PÊCHEUX; FUCHS (2001 [1975], p.169).

Neste dizer, vale ressaltar que as condições de produção possuem esta ambiguidade porque, ao mesmo tempo em que ela designava o sujeito, e o efeito das relações de lugar, também os sentidos ideológicos e os fatores socioculturais na arte de utilizar as tecnologias e técnicas para a manufatura do queijo artesanal de Minas se mantinham presentes.

Vale ressaltar que o sujeito é social e interpelado pela ideologia, e determinado pelas condições de produção específicas da formação social em que se encontra inscrito. Nesse sentido, Orlandi observa que, por isso, temos necessidade de formular sobre o sujeito e os processos de individu(aliz)ação do sujeito na sociedade. Assim, Orlandi (2012) destaca que:

Face à necessidade de pensar o sujeito e os processos de individu(aliz)ação, começamos pela interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia, no simbólico, constituindo a forma sujeito-histórica (ORLANDI, 2003). Como sabemos, esta forma é a do sujeito capitalista, sustentada no jurídico (direitos e deveres). Com esta forma-sujeito constituída, teríamos, então, os modos de individu(aliz)ação do sujeito pelo Estado (instituições e discursos). Como dissemos, a forma-histórica do sujeito moderno é a forma capitalista caracterizada como sujeito jurídico, com seus direitos e deveres e sua livre circulação social. (ORLANDI, 2012, p. 228).

Sendo assim, o sujeito é interpelado pela ideologia e afetado pela linguagem, na qual, se inscreve em diferentes formações discursivas, e, assim, se constitui em uma posição sujeito na sociedade. Como nos afirma Orlandi (2015), dos modos como se processa a individuação do sujeito pelo Estado (ou pela falha do Estado), pela articulação simbólica, política, através dos próprios discursos, resulta sua inscrição em uma formação discursiva e sua posição sujeito que se inscreve, então, na formação social. Sendo assim, Pêcheux (2009) salienta:

O funcionamento da Ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos (e, especificamente, em sujeitos de seu discurso) se realiza através do complexo das formações ideológicas (e, especificamente, através do interdiscurso intrincado nesse complexo) e fornece “a cada sujeito” sua “realidade”, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas. (PÊCHEUX, 2009, p.149).

Compreendemos que quando Pêcheux diz que fornece “a cada sujeito” sua “realidade”, notamos no Dossiê do registro do queijo artesanal de Minas que, cada sujeito aqui, significado, como produtores rurais ou queijeiros das três regiões aqui estudadas são assujeitados pela ideologia, ou seja, mesmo produzindo o mesmo produto, queijo artesanal de Minas com as mesmas técnicas e com o leite cru, radicadas na tradição dinâmica da serra da Estrela em Portugal, a ideologia, os sentidos e os discursos produzidos por estes sujeitos não são os mesmos, pois, cada um, apesar da mesma técnica, tem suas

especificidades mínimas para a produção, manuseio, tratamento da terra, dos animais, ensinamentos e aprendizados particulares.

Diante disso, podemos observar no Dossiê/IPHAN (2008) os sentidos de “cultura” sustentados pelos sentidos de “herança histórica” e os de “tradição”, e todos esses atravessados e sustentados pelos sentidos de mercado como “economicamente *sui generis*”:

A dinâmica das culturas, no entanto, nos leva a pensar a história como processo de construção de saberes, de fazeres, de estruturas materiais e simbólicas, de sentidos e de representações da realidade. Assim, entendendo como patrimônio cultural a herança histórica e a sua dinâmica transformação (da mesma forma histórica) é que podemos pensar na interpretação e no reconhecimento de modos de fazer tradicionais de um produto *sui generis* importante economicamente para um determinado território cultural. (DOSSIÊ/IPHAN, 2008, p. 7).

Em relação à dinâmica das culturas, e entendendo o patrimônio cultural sustentado pelos sentidos de herança histórica e a sua dinâmica transformação, vale ressaltar, neste momento, segundo o DOSSIÊ/IPHAN (2008), que o queijo de Minas, mesmo, hoje, sendo manufaturado, industrialmente, em todo o Estado, não deixou de se constituir em uma prática cultural cotidiana nas propriedades rurais, onde existe uma reflexão sobre este saber tradicional e de como é importante culturalmente e economicamente em seu modo de fazer original, artesanal. Sentidos que apontam, podemos compreender, para a não necessidade da patrimonialização, se formos considerar como um discurso que favorece o desenvolvimento e estabelecimento de mercado no sentido neoliberal do termo.

Em outro trecho que recortamos para análise, compreendemos como a necessidade da patrimonialização quando não passa pela determinação de constituir mercado, passa pela determinação de gerir e controlar (“em nome da segurança alimentar”) o que pode e deve ser controlado de acordo com o discurso institucional-governamental. No trecho a seguir do Dossiê (DOSSIÊ/IPHAN, 2008), lemos,

No caso do queijo artesanal de Minas, é preciso considerar, dentre outras, o embate entre uma realidade e uma legalidade, na medida em que existe um aparato legal sobre a produção e a comercialização de queijos artesanais, feitos a partir de leite cru que, em nome da segurança alimentar, inibem a prática artesanal. Há, ainda, o cuidado movido pela ideia de que a tradição está se perdendo e corre o risco de ser extinta, muito embora, fosse natural pensar que a tradição é um facilitador da continuidade de ações e do processo interpretativo dos modos de fazer tradicionais, uma vez que permanece materializada na sobrevivência de várias comunidades. A interpretação desse patrimônio, que esse dossiê almeja desvelar, tem como premissa essa tarefa de dar visibilidade ao imaterial, materialidade ao intangível. (DOSSIÊ/IPHAN, 2008, p.10).

Diante disso, ainda conforme o DOSSIÊ/IPHAN (2008), o queijo foi e é importante forma de conservação de um alimento natural, o leite, e o queijo adquiriram enorme variedade tipológica durante seu processo histórico, buscando, mesmo assim, apesar das inovações tecnológicas e processos industriais, manter os queijos que são manufaturados, artesanalmente, como um facilitador da continuidade de ações e do processo interpretativo dos modos de fazer tradicionais, buscando preservar, exatamente, como identidade regional, e, também, atendendo ao gosto alimentar.

Nessa mesma direção de sentidos segue o discurso midiático⁸ sobre o queijo. Nesses dizeres, observamos que em relação aos queijos pasteurizados, ou seja, fabricados industrialmente, quem ganha cada vez mais terreno são os queijos artesanais, que, antes mesmo de serem regulamentados, já acumulam prêmios em concursos internacionais. Talvez seja um ponto de reflexão importante perguntar como o objeto/produto/queijo é formulado, significado nesse discurso midiático? Que conhecimento é esse que todos devem saber ou sabem sobre esse alimento? De que modo esse alimento é discursivizado?

Assumimos que não analisaremos o discurso midiático sobre a produção de queijo artesanal de Minas neste trabalho, apesar de esse material constituir nosso arquivo de leitura. Compreendemos que o discurso midiático produz efeitos de sentidos que circulam e buscam hegemonizar aqueles sentidos que podem e devem ser dominantes de acordo com as condições de produção e as

⁸Com 25% da produção nacional, MG aposta no queijo como saída para crise e geração de renda. Disponível em: <<http://www.abras.com.br/clipping.php?area=1&clipping=67836>>. Acesso em: 19jun.2020

relações de força numa determinada formação social. Os sentidos, algumas vezes, se (re)produzem, outras se modificam, produzindo novas interpretações e novos dizeres. Os discursos assim produzidos, quer por mídias que se identificam com o discurso institucional quer com os produzidos pelas que se contraidentificam, inscrevem-se no interdiscurso, repetindo os já ditos, e/ou produzindo novos sentidos. “Tais dizeres, por polissemia e deslocamento de sentidos, provocam rupturas nos processos de significação” (ORLANDI, 2012, p. 36)

Vale salientar que, conforme o DOSSIÊ/IPHAN (2008):

Em Minas Gerais, os produtores de queijo artesanal se associam, há alguns anos, na tentativa de organizar, definir padrões e melhorar a qualidade biológica do produto, através do gerenciamento da produção e da comercialização, bem como de práticas sanitárias controladas para o rebanho e formas de produção higiênicas. Visam a segurança alimentar de seu produto para os consumidores e têm apoio de instituições públicas, privadas e organizações não governamentais. Destacam-se o trabalho de credenciamento 17 dos produtores e controle sanitário do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA que, seguindo a Lei Estadual número 14.185, objetiva controlar sanitariamente os rebanhos e a produção do queijo artesanal, via o citado credenciamento. (DOSSIÊ/IPHAN, 2008, p. 16).

Cabe, aqui, ressaltar que a Lei Estadual número 14.185, citada acima conforme consta no Dossiê (DOSSIÊ/IPHAN, 2008), foi revogada pela Lei nº 20.549, de 18 de dezembro de 2012, na qual consta que:

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É considerado Queijo Minas Artesanal o queijo que apresente consistência firme, cor e sabores próprios, massa uniforme, isenta de corantes e conservantes, com ou sem olhaduras mecânicas, mecânicas, confeccionado a partir do leite integral de vaca fresco e cru, retirado e beneficiado na propriedade de origem.

§ 1º O Queijo Minas Artesanal confeccionado conforme a tradição histórica e cultural da área demarcada onde for produzido receberá certificação diferenciada.

§ 2º O poder público promoverá o registro dos processos de produção do Queijo Minas Artesanal de que trata este artigo nas áreas demarcadas do Estado, para fins de proteção do patrimônio cultural, quando couber. (redação dada ao artigo pela Lei nº 19.492, de 13.01.2011, DOE MG de 14.01.2011).

No que diz respeito à produção de queijo artesanal de Minas, dizemos, também, segundo Dossiê (2008), que as organizações de produtores utilizam-se, ainda, dos sistemas das cooperativas regionais de produtores rurais, sobretudo, no processo de padronização e comercialização do produto, e que as associações deste tipo se formaram nestas três regiões aqui estudadas e registradas no livro dos saberes do IPHAN (Serra, serra da Canastra e na serra do Salitre), em níveis municipal ou regional, objetivando, nos moldes europeus, implantar a chamada Denominação de Origem Controlada – DOC, que significará o controle, pelos próprios produtores, da produção, padronização, reconhecimento e registro do produto, para a segurança do consumidor.

Ainda, conforme este Dossiê, não é somente o Brasil que busca preservar, legalmente, seus queijos artesanais de leite cru através de instrumentos formais de reconhecimento e de interpretação de modos de fazer, mas, também, vários outros países, como é o caso, a título de exemplo, da *Appellation d'origine contrôlée*, na França, Portugal, Espanha, Itália, Suíça e Holanda que têm instrumentos legais de registro e controle de queijos artesanais de leite cru.

Desta maneira, verificamos que as condições de produção do queijo artesanal de Minas também apresentam uma necessidade de padronização nos modos de fazer (com o leite cru) em outros países para que seja patrimoniável. Esse modo de fazer caracteriza-se, segundo o Dossiê, por uma prática tradicional do processamento, ou seja, o modo como é utilizado na produção não passa por técnica de tratamento térmico, a confecção se baseia em uma tradição histórica e cultural da região. E é importante ressaltar a necessidade de se conhecer a relação cultural das pessoas envolvidas no processo produtivo.

2.2 O modo artesanal de produção de queijo para o patrimônio cultural

A partir do que discutimos no subtítulo anterior, das condições de produção do queijo artesanal de Minas pela Análise de Discurso, compreendemos que a posição sujeito mineiro desenvolveu seu próprio modo de saber fazer através das técnicas, tecnologias que envolvem todo o processo de produção do queijo, e, mesmo cada região tendo queijos de aparência e sabor específicos, há aspectos comuns entre eles, ou seja, todos os queijos artesanais de Minas, destas três regiões, aqui pesquisadas, são produzidos com leite cru com a adição de pingo, conforme escrito no Dossiê/IPHAN (2008):

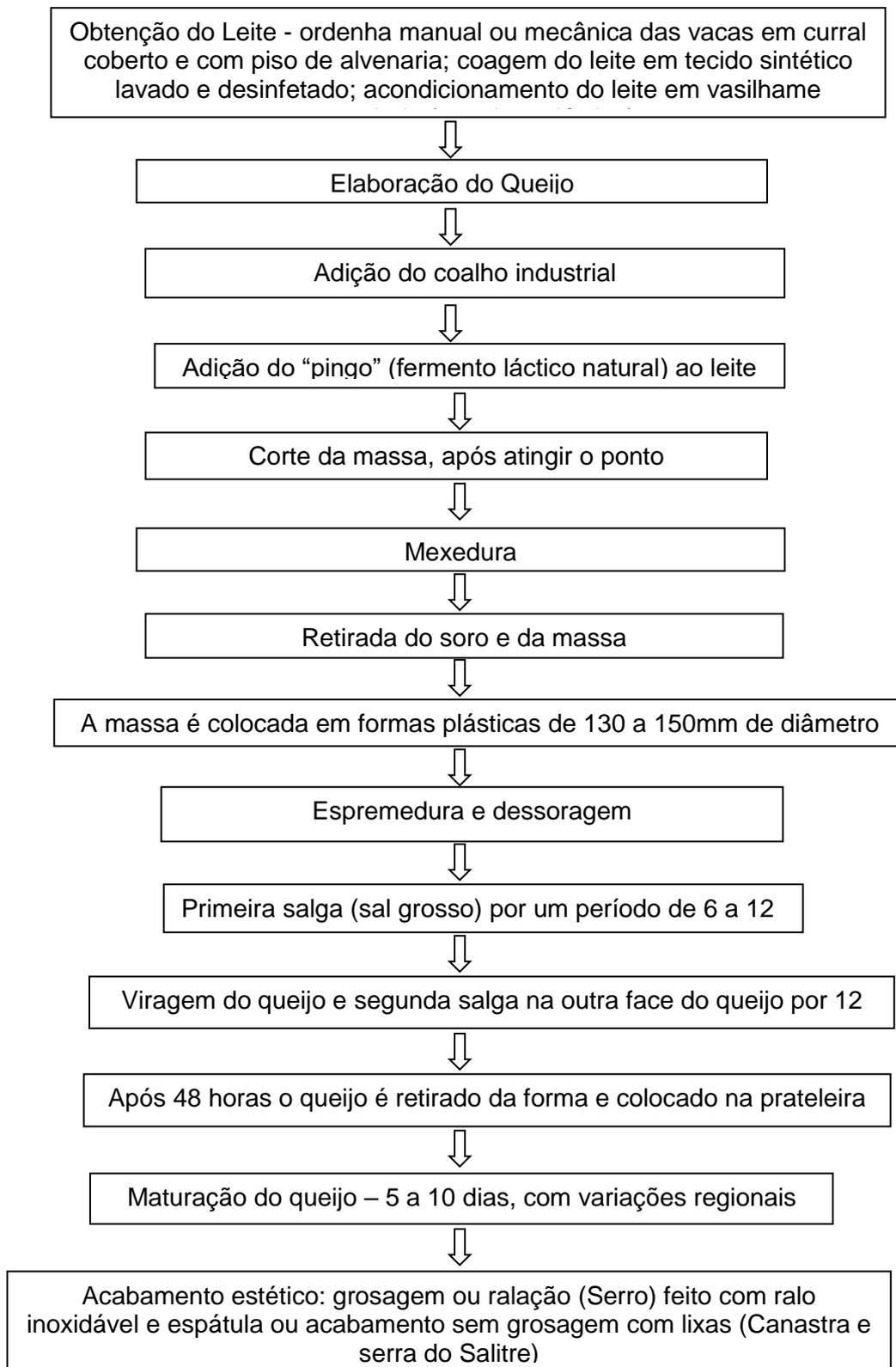
Pingo é um fermento que dá as características específicas ao queijo, é composto por um grupo de bactérias lacto-fermentativas típicas de cada região. Ele é obtido com o soro que drena dos queijos recém manufaturados durante a tarde e a noite do primeiro dia de maturação. É um acervo bacteriano responsável pelo padrão de cada região e reflete a ambiência de cada território, em suas especificidades. (DOSSIÊ/IPHAN, 2008, p. 30).

No entanto, apesar de ter desenvolvido seu próprio modo de fazer o queijo, suas técnicas e a arte de saber fazer, ainda assim, esse conhecimento é baseado no mesmo modo original português, dos tempos coloniais. Porém, a fabricação, ou seja, o processo de produção apresentado pelo nosso modo de fazer do queijo artesanal de Minas envolve procedimentos de higienização e uma maior eficácia, além de eficiência, na manutenção dessa higiene. Observamos que, também, há cuidado especial com a higiene do estábulo⁹, do procedimento de ordenha, dos animais, do vasilhame e dos instrumentos utilizados na manufatura do queijo. Também, a água no local deve ser de boa qualidade e em quantidade farta, sendo este fator fundamental para a transformação do leite em queijo. Para entender melhor esse procedimento, apresentamos o fluxograma que segue:

⁹ Local de manejo dos animais durante a ordenha/nos dizeres regionais é de praxe chamá-lo por curral região ou sala de ordenha, o termo varia de região para região. Dizemos em termos, rústico que é o lugar (cercado, área coberta) onde se abriga o gado para tirar o leite.

Processo da fabricação do queijo artesanal de Minas

Figura 1 – Fluxograma básico da fabricação do queijo Minas artesanal



Fonte: DOSSIÊ/IPHAN, 2008, p. 63.

Após a exposição do fluxograma, acima, no qual demonstramos as etapas da produção do queijo, ainda cumpre-nos apresentar a caracterização artesanal que é mantida pela tradição que se busca preservar, exatamente, como identidade regional, atendendo ao gosto alimentar, e, também, buscando não dissociar o alimento do homem que o produz, o consome e o transforma, dando significados especiais ao seu modo de fazer. Desde modo, expomos a seguir, detalhadamente, as etapas que perfazem o percurso histórico do queijo.

Figura 2 - ORDENHA



Nessa imagem, observamos o processo de higienização das tetas da vaca. O primeiro processo no momento da ordenha (F1-A2 012).



Nessa imagem, observamos o início da retirada do leite das tetas da vaca.



Teste de CMT ou da caneca para diagnóstico de mamite que antecede a ordenha. (F1-A2 013 e 014)



Mecânica ou manual a ordenha acontece em ambiente higienizado. (F1-A2 015)

Figura 3 - ADIÇÃO DO COALHO



O coalho químico substitui o coalho natural usado nos primórdios que era feito com pequenas porções de estômago de bezerros. (F1-A2 016).

Figura 4 - ADIÇÃO DO “PINGO”



Fermento natural que contém todo um acervo de bactérias lácticas específicas de cada região. (F1-A2 017)

Figura 5 - COAGULAÇÃO E CORTE DA MASSA



Cerca de 40 minutos após a adição do coalho e do “pingo”, a massa está pronta para ser “cortada” e dessorada. (F1-A2 018)



O corte da massa, após a coagulação, é feito com pá de madeira ou conta com a criatividade do queijeiro que utiliza e improvisa instrumentos de metal para aprimorar a ação, seguindo iniciativas próprias e exemplificando a utilização de saídas criativas e “segredos” que mudam de fazenda para fazenda. (F1-A2 019 e 020)

Figura 6 – MEXEDURA



Após o corte da massa faz-se a mexedura, usando-se pá de madeira ou haste de metal, como na foto. (F1-A2 021)

Figura 7 - DESSORAGEM



Pequenas diferenças nos modos de fazer reforçam a dinâmica e complexidade cultural da prática: em cada região a dessoragem, como as outras etapas, têm distinções. (F1-A2 022, 023 e 024).

Figura 8 - ENFORMAÇÃO E PRENSAGEM MANUAL



Nas regiões da serra da Canastra e no Alto Paranaíba, usa-se o tecido “volta ao mundo” para a prensagem/dessoragem da massa antes de enformá-la. (F1-A2 025)



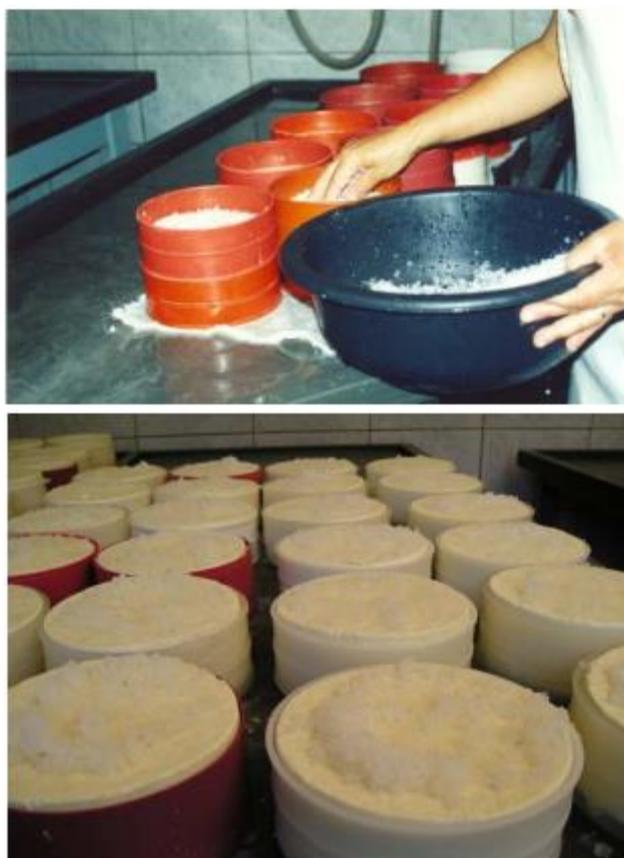
Na região do Serro não se usa tecido para a prensagem manual que é feita diretamente na forma, pelas mãos do queijeiro. (F1-A2 026)

Figura 9 – VIRAGEM



No Serro, diferente das outras regiões estudadas, durante o processo de enformação e prensagem manual, vira-se o queijo na forma e efetua-se a prensagem na sua outra face. (F1-A2 027)

Figura 10 – SALGAS



Cerca de 8 horas após a 1ª salga, vira-se o queijo e faz-se a 2ª salga. (F1-A2 029)

Figura 11 – MATURAÇÃO



O processo de maturação exige cuidados especiais como a viragem diária e a higienização com água. (F1-A2 030)

Figura 12- GROSAGEM / TERMINAÇÃO



Atividade praticada na região do Serro, visando dar um acabamento estético ao produto. Usam-se ralos artesanais feitos com uso de prego e tampas de latas (F1-A2 031).

A reflexão sobre um saber tradicional, disposta acima, nas figuras de 2 a 12, trata as etapas do modo de fazer do queijo artesanal de Minas, enfatizando cada uma das técnicas artesanais que se constitui em uma prática cultural cotidiana capaz de enquadrar tais modos de fazer na construção antiga que lhe sustenta e justifica costumes e ações. Essa reflexão sinaliza ao sujeito, envolvido nessa tradição, sentimentos de ser ele pertencente aos seus saberes (modos de fazer artesanais do queijo, a partir do leite cru, tradição persistente e dinâmica) construídos em seu passado.

Além disso, embasa a sobrevivência de numerosas famílias e fundamenta a economia de municípios e de regiões, que tem aí, um envolvimento com a própria dinâmica cultural, na qual, se instala esse saber. Isto nos leva a pensar sobre a dinâmica cultural de tais técnicas/práticas sociais que movem a história como condições de produção desses saberes, de fazeres, de estruturas materiais e simbólicas, de sentidos e de interpretações da realidade, que compreendemos como patrimônio cultural – a herança histórica e sua dinâmica da transformação do leite cru em um produto alimentício (queijo).

Cabe, ainda, ressaltar que o queijo impulsiona a economia e uma cultura agropastoril, nas regiões, relevante para a composição da renda de fazendeiros tradicionais e para a manutenção de suas propriedades rurais, conforme Dossiê (2008).

Observamos que o processo de produção de sentidos sobre o modo de produção do queijo vai produzir diferentes efeitos de sentido para cada produtor de queijo de cada região; afinal, cada localidade constitui-se por distintas características e produz sentidos sobre o cotidiano da propriedade rural, na fabricação do queijo, para o social e para a história. É constituído pelas condições de produção que o sujeito (produtor do queijo) formula seu dizer sobre seu modo de produção, sobre si como sujeito produtor e sobre seu produto, o queijo de Minas; isso significa que, de acordo com a Análise de Discurso, trabalhamos com o processo de constituição pelo qual o sujeito passa a (re) significar, produz sentido – ou seja, no discurso, temos o social e o histórico em constante movimento.

Sendo assim, Orlandi (2007) nos explica que:

Compreender o que é efeito de sentidos é compreender que o sentido não está (alocado) em lugar nenhum, mas se produz nas relações: dos sujeitos, dos sentidos, e isso só é possível, já que o sujeito e sentido se constituem mutuamente, pela sua inscrição no jogo das múltiplas formações discursivas (que constituem as distintas regiões do dizível para os sujeitos). (ORLANDI, 2007, p. 20).

Podemos, então, dizer, em outras palavras, que a análise das condições de produção do discurso implica, necessariamente, em considerar o lugar social e a posição sujeito. Portanto, o discurso, a ideologia e a língua afetam, diretamente, o sujeito e o sentido, afinal, segundo Pêcheux (1999, p.) “a AD é uma posição enunciativa que é também aquela de um sujeito histórico (seu discurso, uma vez produzido, é objeto de retomada), que se esforça por estabelecer um deslocamento suplementar em relação ao modelo”.

Cabe, ainda, ressaltar que estes fatos vividos no cotidiano da comunidade rural das fazendas produtoras de queijo artesanal de Minas são importantes para compreendermos a complexidade das relações sociais, a produção de sentidos e suas condições de produção considerando, como posto acima, a relação com as instituições, o ideológico, o político e o simbólico.

O produtor do queijo (sujeito) também chamado de queijeiro, segundo o Dossiê (2008), preferencialmente deve ser alguém nascido e criado na fazenda, muitas vezes ele é o próprio fazendeiro. O bom queijeiro é aquele que trata os animais com carinho e que tenha tranquilidade e educação na relação com os outros vaqueiros e com a família. O sujeito queijeiro deve ter um valor, uma preocupação com a higiene na produção do queijo, ser fiel à tradição conforme a narrativa do Dossiê/IPHAN e estar atento às exigências sanitárias (DOSSIÊ/IPHAN, 2008).

De acordo com o DOSSIÊ/IPHAN (2008):

Os queijeiros, em suas simplicidades, demonstram certa plasticidade na percepção da fazenda e de suas atividades e se consideram, de modo geral, capazes de estarem atentos a tudo, “fazer de tudo um pouco” e cuidar do produto do curral ao processo de grosagem (rala) ou acabamento para mandar o queijo para o mercado. Têm senso da responsabilidade que lhes é exigida e se valorizam como trabalhadores essenciais na fazenda. Como nos disse um deles, “fazenda sem queijo é casa com velório”. A alegria da fazenda (assim consideram seu trabalho, uma alegria) é produzir queijo; fazenda para eles é a própria produção do queijo. (DOSSIÊ/IPHAN, 2008, p. 76).

Percebemos, então, que o discurso sobre o sujeito queijeiro (produtor do queijo) está em constante movimento e “atrelado ao valor identitário, econômico

e social para a melhoria de qualidade de vida” da comunidade rural de cada uma das três regiões aqui pesquisadas. É importante notar que por sujeito queijeiro, no Dossiê em análise, são tomados/significados indistintamente o sujeito fazendeiro/proprietário do espaço de produção e os empregados que trabalham nessa artesanaria do queijo de Minas. A contradição nesse modo de significar fica apagada, pois este é um modo de dizer sobre o sujeito queijeiro que torna irrelevante a divisão política de sentidos, ou seja, significa como irrelevante a divisão em classes sociais, como se esse fato histórico e ideológico não determinasse o próprio dizer do Dossiê.

Assim, pensando em como o discurso sobre comida e alimentação abordado por Esteves (2014) vai produzindo uma separação entre o que é natural e o que é cultural, e como o que se diz cultural vai sendo significado pelo que se diz sobre a alimentação de uma formação social, pode ser produtivo neste momento considerarmos as noções de ‘cultura fluida’ e de “cultura imaginária” propostas por Esteves (2014). Segundo o autor,

Podemos falar de efeito-cultura e, analogamente, de cultura imaginária, em oposição a cultura fluida: cultura imaginária seria aquela normatizada e imposta, que não deixa espaço para a falha e para o equívoco, também impossibilitadora de deslizamentos e com ilusão de homogeneidade/estabilidade. A cultura imaginária está presente, entre outras materialidades, em enciclopédias, livros de receita, revistas. E vai se produzindo também nesses espaços (...) Em oposição a esse efeito imaginário, há uma cultura fluida que foge à regulamentação, que é sujeita ao equívoco e que também (se) equivoca, que possibilita que uma prática cultural possa ser outra (...) Cultura que (se) equivoca, ao mesmo tempo expondo a contradição. Cultura como prática, como laço, como suporte de identificação. (ESTEVES, 2014, p. 292)

Sendo assim, conforme citação acima, quando falamos da cultura fluida que foge à regulamentação, que é sujeita a equívoco e que também (se) equivoca, que possibilita que uma prática cultural possa ser outra (...), que se constitui pelas falhas, nos indagamos novamente sobre o processo de artesanaria do queijo como um processo harmonioso e homogêneo; perguntamos: onde as falhas estão e parecem não se mostrar nesse dizer do Dossiê? Os sentidos de cultura neste documento é o de cultura imaginária, conforme propõe Esteves

(2014)? Todas as normas institucionalizadas no discurso institucional do IPHAN têm que ser seguidas para considerarmos o queijo como cultura? Seria o queijo então uma cultura imaginária e/ou fluida? A quem e por que interessa que seja uma cultura imaginária? A partir do exposto, compreendemos que no Dossiê do IPHAN, os sentidos de cultura são impossibilitadores “de deslizamentos e com ilusão de homogeneidade/estabilidade”.

No Dossiê (2008), os fatores socioculturais que construíram um modo de fazer específico do queijo são fundamentais para a interpretação e registro deste patrimônio cultural. Compreendemos então que, além da diferença de classes que divide as posições sujeito queijeiro, podemos considerar mais uma divisão nesse processo de dizer sobre o sujeito queijeiro. Agora a posição sujeito e as condições de produção do sujeito produtor do queijo artesanal de Minas são distintas em cada uma das três regiões, os sentidos são produzidos de outra forma devido a suas condições de produção; pois, afinal, os sentidos sempre podem ser outros. Orlandi (2004) nos adverte que “as relações entre os homens são relações de sentidos e procuramos compreender como isso funciona produzindo efeitos de tal modo que, ao significar, os sujeitos se significam” (ORLANDI, 2004, p.149).

Além disso, o espaço simbólico em que essa artesanaria se produz a significa também. Consideramos aqui o espaço como discurso que significa seus sujeitos e suas práticas e que é, ao mesmo tempo, significado por ele. O modo como o Dossiê diz do espaço, entendemos, não contempla esse funcionamento discursivo presente na relação sujeito/espaço/artesania/língua. Apesar de se referir a ele como território, está aí presente, fazendo efeito, sentidos de cultura como amálgama natural de sujeitos e suas práticas, silenciando a divisão dos sujeitos em classes e, portanto, a disputa por significar esse espaço, essa artesanaria, e por significar-se aí nesse processo. Podemos ler, de acordo com o Dossiê (2008), que:

O território do queijo, em Minas, é um território de cultura, material e imaterial, mensurável e passível de interpretações. É um território transformado, construído e reconstruído em sua paisagem. É natureza transformada e re-apropriada em dinâmica e lenta mudança e é paisagem produzida em integração de necessidades, costumes, hábitos e saberes. (DOSSIÊ/IPHAN, 2008, p. 54).

Conforme Orlandi (2004), depois de ler a citação do no Dossiê (2008), verificamos que, conforme expusemos anteriormente quando relatamos as etapas do modo de fazer do queijo, há relações entre os homens (sujeitos que são identificadas por esta tradição) que são entendidas como relações de sentidos que produzem determinado funcionamento das práticas culturais daquela região que produzem sentidos e permitem àqueles sujeitos significar(-se). Compreendemos - e porque compreendemos, nos afastamos desse modo de significar - que o Dossiê contempla como verdade a relação entre tradição e cultura, que inscrita nos saberes, referencia a constituição identitária de grupos sociais. Isto significa como o patrimônio cultural interpreta os saberes e as técnicas de manufatura de um produto artesanal, ou seja, buscando, sobretudo, enquadrá-lo em um repertório de expressões da cultura como algo que homogeneíza e que se faz enraizado de forma natural e não histórica nas relações humanas; relações estas que, compreendemos, se constituem pela contradição, em processos históricos específicos, como o do reconhecimento dos modos de fazer tradicionais de um produto determinante para a formação social regional.

2.3 O discurso do patrimônio cultural sobre o queijo artesanal de Minas

Ao tecer considerações do discurso do patrimônio cultural sobre o queijo artesanal de Minas, consideramos, inicialmente, o discurso resultante das técnicas/modos de fazer do saber oriundos da memória social que há no processo laboral desse produto, queijo (patrimônio cultural). Pois, as formações discursivas diversas sobre as técnicas/práticas sociais de produção do queijo remetem em processos de produção do discurso que tornou tais dizeres reconhecidos como patrimônio cultural.

Deste modo, o patrimônio desse bem (modos de fazer/saber) foi se constituindo, ao longo dos anos, calcado na crença de uma representação universal da identidade, da memória de um povo, apagando os conflitos e as diferenças. O patrimônio foi imposto à sociedade significando os sentidos de

efeitos sobre o passado e a manutenção dessa tradição, como se ela fosse homogênea e se enxergasse como herdeira dos bens patrimoniais.

Sustentamos essa ideia, na obra *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*, de Orlandi (2012), a autora nos ensina que os processos de produção do discurso são compreendidos como:

Os processos de produção do discurso implicam em três momentos igualmente relevantes: 1. Sua constituição, a partir da memória do dizer, fazendo intervir o contexto histórico-ideológico mais amplo; 2. Sua formulação, em condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas e; 3. Sua circulação que se dá em certa conjuntura e segundo certas condições. Esse livro trata mais diretamente da formulação dos discursos e de circulação. É na formulação que a linguagem ganha vida, que a memória se atualiza, que os sentidos se decidem, que o sujeito se mostra (e se esconde). (ORLANDI, 2012, p. 9).

Sobre esse entendimento da autora, percebemos que o momento em que o sujeito diz (o dito e o não-dito) em relação às circunstâncias das condições de produção dos modos de fazer do queijo, isso determina o discurso pelos seus modos de individualização e pelos mecanismos institucionais e de socialização. E, desta maneira, o discurso do patrimônio do queijo artesanal de Minas acontece e ganha forma (vida), isto é, significa e circula como sendo as técnicas/modos de fazer um “bem cultural imaterial”, que se atualizam, ao passo que tiveram sua tradição reconhecida e registrada no Livro dos saberes do IPHAN.

A partir disto, de acordo com Orrico (2011), entendemos que o discurso do patrimônio cultural sobre as técnicas/práticas sociais do modo de produção do queijo mobiliza a

memória no sentido em que é da mesma forma criada, construída, forjada, ou seja, objeto socialmente construído e resultado das condições históricas, ideológicas, culturais, políticas; em outras palavras, dos imperativos do contexto no qual está sendo gestado. (ORRICO, 2011, p. 44).

Com isto, é primordial mobilizar o arcabouço teórico da Análise de Discurso, que nasceu com Michel Pêcheux, sob o horizonte do Marxismo, da

Psicanálise e da Linguística, e, que, como o próprio nome indica, toma como objeto de estudo não a língua como um sistema abstrato, mas o discurso, definido pelo seu fundador como “efeito de sentido entre locutores” (PÊCHEUX, 1997a, p. 82).

Orlandi (2012) ensina que a linguagem funciona como mediadora indispensável entre o homem e o meio social e natural em que ele vive. Assim, o discurso – objeto sócio-histórico e lugar onde a ideologia se materializa – é produzido por um sujeito interpelado pela ideologia. Trata-se, portanto, de estudar a relação que se estabelece entre a língua, o sujeito e a história, pois conforme Orlandi (2012, p. 17), “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido”.

Quando falamos do discurso do Patrimônio Cultural Imaterial, que se circunscreve às técnicas/modos de fazer do queijo artesanal de Minas, compreendemos que há circulação no âmbito de duas instituições estatais: ao executivo e ao legislativo brasileiros, nos exercícios de suas funções de sancionar e elaborar leis, respectivamente, e principalmente, ao IPHAN que é vinculado ao executivo pelo Ministério da Cultura e no legislativo liga-se pelas leis e decretos que regulamenta. E, deste modo, o discurso emanado do patrimônio cultural, consiste no seu funcionamento em atribuir valor aos “bens de natureza imaterial”, bem como conferir-lhes o registro de Patrimônio Cultural, no caso de nossa pesquisa, das técnicas/Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas, nas Regiões do Serro e das Serras da Canastra e do Salitre: Livro de Registro dos Saberes, 13/06/2008.

Os sentidos depreendidos do discurso do patrimônio cultural têm por função mobilizar os valores atribuídos aos objetos que passam a ganhar estatuto de bens e se mantêm, em nossa questão, as técnicas artesanais/modos de fazer do queijo. E, ainda, os valores históricos e regionais são os que pautam as ações de proteção do patrimônio, ou seja, do discurso auferido por ele. Os bens constitutivos dessa “herança” construída, chamada de patrimônio, são representativos das classes dominantes e, por elas, manipulados de modo a forjar uma narrativa oficial do que seriam a cultura, a história e a arte revestidas de uma legitimidade, que difundem como inerente e/ou intrínseca ao objeto.

Entretanto, nota-se que os valores atribuídos e legitimados/reconhecidos seguem predominantes por conta da manutenção de um funcionamento ideológico que se mantém no poder e, por seu turno, privilegiam seus códigos culturais e produzem o discurso que o faz ser reconhecido como patrimônio.

A noção de discurso diferencia-se daquela apresentada pelo modo positivista da teoria da comunicação que descreve a enunciação e o enunciado, simplesmente, como mensagem. Para a Análise de Discurso, não se trata, puramente, de transmissão de informação. Orlandi (2015), em sua obra “*Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*”, ocupa-se da materialidade ligada ao:

Funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. São processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade etc. Por outro lado, tampouco assentamos esse esquema na ideia de comunicação. A linguagem serve para comunicar e para não comunicar. As relações de linguagem são relações de sujeitos de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. (ORLANDI, 2015, p. 21)
[...]

O discurso não corresponde à noção de fala, pois não se trata de opô-lo à língua como sendo esta um sistema, onde tudo se mantém, com sua natureza social e suas constantes, sendo o discurso, como a fala, apenas uma ocorrência casual, individual, realização do sistema, fato histórico, a-sistemático, com suas variáveis etc. O discurso tem sua regularidade, tem seu funcionamento que é possível apreender se não opomos o social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo ao objetivo, o processo ao produto. (ORLANDI, 2015, p. 22)

Para a Análise de Discurso, não se trata, simplesmente, da transmissão de informação, mas, de uma materialidade revestida de valores e significados, que implica uma relação (um batimento) entre o dizer e o não-dizer. Ou ainda, constitui-se pelo funcionamento ideológico, que inscreve seus efeitos de sentidos entre locutores (produtores/responsáveis pelos modos de fazer do queijo), assim, articulando língua/história e fazendo os sentidos circularem de acordo com suas condições de produção que determinam a memória social, isto é, se considerarmos as circunstâncias de enunciação na confluência da linguagem com o contexto sócio-histórico em que ela se inscreve.

A nosso ver, o discurso do patrimônio cultural busca produzir estabelecimento de dizeres a cerca das técnicas/saber que caracterizam a manifestação de uma tradição em que ecoa a identidade de grupos sociais envolvidos (produtores/fazendeiros/queijeiros) que marcam/delimitam o espaço geográfico e reafirmam o pertencimento em cada geração. Por esse discurso de patrimonialização, compreendemos que essa artesanaria é, ainda, capaz de propiciar o desenvolvimento socioeconômico da região que ficou/é conhecida como terra do queijo, lugar caracterizado por essa cultura.

No entanto, o discurso do patrimônio cultural buscou mobilizar a referência cultural sobre as técnicas de fazer do queijo (o conhecimento) e para sedimentar isso, o desafio consistiu em regulamentar os direitos de propriedade sobre os saberes das comunidades mantenedoras de tradições ancestrais, em face de um mercado (sociedade plural), cuja expansão de fronteiras se apropria, instrumentalmente, das manifestações populares. Para isso, houve a necessidade de um decreto que institucionalizou o discurso do patrimônio. Porém, tal discurso não é inaugural, pois há uma memória discursiva que vem se constituindo anteriormente a ele. Em síntese, para referenciá-lo, citamos o anexo II, ao final desta tese, que confirma a discursividade dos dizeres, que levaram o produto (“bem cultural” – modos de fazer de o queijo de Minas) a ser reconhecido/registrado pelo IPHAN.

Ainda dizemos que o discurso, principalmente, de um lado na sua formulação, se constitui por formações discursivas diversas. Orlandi (2012, p. 10) nos ensina que formulação “é o acontecimento discursivo pelo qual o sujeito articula manifestamente seu dizer”. Para compreendermos isso, trazemos Orlandi (2015):

podemos dizer que o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. (ORLANDI, 2015, p. 40)

Corroborando o dizer da autora, em nossa pesquisa, quando ela diz as ‘posições ideológicas colocadas em jogo’, observamos a posição dos produtores fabricantes do queijo, ou seja, daqueles que estão assujeitados pela tradição que

se fez naquela região. Isso nos faz compreender o imbricamento de todas as posições ideológicas, sejam elas: do pequeno produtor daquele que fabrica o queijo, daquele que apenas fornece o leite para outro fabricar, do vaqueiro (profissional/ empregado apto a realizar práticas relacionadas ao trato, ao manejo e à condução de mestiços, que alimenta os animais e auxilia nos cuidados necessários à reprodução das espécies). Também, daquele que cuida das pastagens, daqueles que têm um comércio que compra e vende o produto, queijo; daquele que cria os mestiços leiteiros, daqueles que fornecem a ração, vacinas; daqueles que fornecem os utensílios/vasilhames para a produção do queijo; daqueles que usam de técnicas ou de qualquer atividade que associe a construção de saberes, de fazeres, de estruturas materiais e simbólicas, de sentidos e de representações da realidade da tradição artesanal do queijo de Minas ser o 'discurso' produzido pelo que se tornou patrimônio cultural.

De outro lado, dizemos a respeito do batimento do discurso do patrimônio cultural sobre sua circulação, conforme entendimento sustentado por Orlandi (2012, p. 14) que diz: "o discurso é um processo contínuo que não se esgota em uma situação particular". Compreendemos, aí, que o discurso vai além do lugar de sua formulação por isso, aproveitamos para dizer sobre a circulação que se faz pelo reconhecimento, registro das técnicas dos modos de fazer do queijo no IPHAN, pela normatividade que foi estabelecida pelo Decreto nº 3.551/2000. E, ainda, quando se apresenta os modos de fazer do queijo para serem apresentados, discutidos em palestras, eventos, seminários e reuniões de aprimoramento das técnicas. Momento em que se promovem as técnicas de qualidade da manufatura do queijo que tornam conhecidas a tradição.

A circulação do discurso do patrimônio cultural do queijo se faz pela historicidade que significa pela memória social que busca atualizar como verdadeira e única, assim, possibilitando apresentar o produto, queijo de Minas em mercados nacional e internacional, congressos, feiras, e ainda, despertar interesse de pesquisadores de escolas federais como a Escola de Veterinária da UFMG, que se viram motivados a realizar estudos que viabilizassem o maior conhecimento e domínio das técnicas de elaboração e propriedades desse queijo. De pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Microbiologia da Universidade Federal de Lavras em Microbiologia Agrícola da Universidade

Federal de Lavras (UFLA) que desenvolveram uma tecnologia que usa leveduras para melhorar a qualidade dos queijos. Da Universidade Federal de Uberlândia, Viçosa e outras. Também, o discurso do patrimônio cultural tem sua circulação quando se participa de eventos como concursos mundiais, por exemplo, o *Mondial du Fromage*, realizado de dois em dois anos, na França. Conforme mostrado no Anexo III.

Quando mencionamos, acima, sobre a formulação e circulação dos efeitos de sentidos do discurso do patrimônio cultural do queijo, é justificável utilizarmos os dizeres de Orlandi (2012), quando se refere à política da língua que se materializa no corpo do dizer, em sua formulação. E, nesse ponto, observa que, nessa análise, interessam:

a determinação histórica dos processos de significação, os processos de significação, os processos de identificação e de individualização dos sujeitos e de constituição de sentidos, assim como sua formulação e circulação. (ORLANDI, 2012, p. 35)

Nesse entender da autora, é possível observar a produção de sentidos que se materializa nos dizeres institucionais sobre os processos de fabricação artesanal do queijo de Minas e, principalmente, no discurso produzido pelo patrimônio cultural que significa como determinante “os valores desta tradição”.

Considerações parciais

Encerrando este capítulo, inicialmente, coube-nos discutir as condições de produção, observando os fundamentos pautados pela Análise de Discurso Francesa, para referenciar essa noção que nos permitiu compreender a conjuntura sócio-histórica do funcionamento discursivo dos modos de fazer do queijo artesanal de Minas. E, desta maneira, recorreremos aos ensinamentos de Orlandi (2015) que salienta:

que as condições de produção estão presentes nos processos de identificação dos sujeitos trabalhados nos discursos. E as identidades resultam desses processos de identificação, em que o imaginário tem sua eficácia. (ORLANDI, 2015, p. 39)

Com esse dizer da autora, percebemos que as condições de produção, ou seja, os contextos histórico, social, político e ideológico, são a base nas quais as práticas de preservação do patrimônio se inscrevem para significar.

Ainda, com referência à noção de condições de produção, foi fundamental observarmos como o sujeito significa numa situação discursiva dada e como se articula em relação à memória que, por sua vez, tem suas características determinadas pelo contexto sócio-histórico, quando pensada sobre o patrimônio cultural/tradição dos modos de fazer do queijo artesanal de Minas.

Apresentamos os efeitos de sentidos das condições produção do queijo artesanal para o patrimônio cultural, e nos coube demonstrar como o sujeito é concebido como sujeito de linguagem pela significação que há na tradição das técnicas/práticas sociais do queijo, sendo aí, historicamente, constituído pelos efeitos de sentidos, que são gerados pelas condições de produção desse dizer do patrimônio cultural sobre ele. O modo absoluto e significativo dos modos de dizer do discurso institucional circula, na sociedade e no grupo social em que essa cultura imaginária se insere, como hegemônico.

Por fim, tratamos do discurso do patrimônio cultural sobre o queijo artesanal observando como esse discurso significa e representa os modos de fazer do queijo como uma conquista do povo envolvido, e damos visibilidade a como esse dizer possibilitou espaço e reconhecimento dessa tradição (passado comum), especialmente, no âmbito nacional e internacional não deixando de buscar estabilizar as suas origens e efeitos, ao silenciar o equívoco, ao desconhecer a falha constitutiva de qualquer dizer. A citação seguinte (ORLANDI, 2008b [1990]) nos ajuda a compreender essa relação de disputa por sentidos:

A ciência, a política social e a religião se apresentam como três modos de domesticar a diferença: a primeira pelo conhecimento, a segunda pela mediação e a terceira pela salvação (catequese). (ORLANDI, 2008b [1990], p. 67).

E, deste modo, nos cabe trazer para o próximo capítulo a relação entre prática social de proteção ao patrimônio cultural do queijo artesanal em relação a seus sujeitos queijeiros.

CAPÍTULO 3

O SUJEITO QUEIJEIRO E SUA ARTESANIA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL

Por mais que se avance na modernidade e que se aprimorem a tecnologia e os equipamentos, o modo artesanal de fazer o queijo será sempre uma forte referência da melhor tradição mineira (...) Tradição que está no gestual próprio dos queijeiros, homens e mulheres, e nos utensílios (...) das belíssimas cozinhas.

(Ângela Gutierrez)

Considerações iniciais

Neste capítulo, o objetivo é discutir a noção sobre sujeito na Análise de Discurso, na tradição do processo de fabricação do queijo artesanal de Minas, e sobre os significados da prática social para o sujeito que reconhece a importância do registro no patrimônio cultural. Desenvolvemos a noção de sujeito, e para essa ideia buscamos fundamentos na Análise de Discurso que se atem à língua, à história e à ideologia dessa injunção observamos a constituição do sujeito. Verificamos que o sujeito se faz pela ou na relação da língua, da história e da ideologia. Percebemos dessa forma que não existe ideologia sem sujeito e nem sujeito sem ideologia, o que nos leva a considerar que esse sujeito inscreve-se em um contexto sócio-histórico que irá determinar a produção de seu discurso. Para a nossa pesquisa, essa produção discursiva é aquela que diz sobre os modos de fazer do queijo artesanal de Minas, que identifica e significa o sujeito daquele espaço, de acordo com o Dossiê do IPHAN.

Observamos, então, que o sujeito envolvido na produção, nas práticas sociais da região conhecida pela tradição do queijo, é ideologicamente significado por um imbricamento da estrutura da formação sócio-histórica que o determina e o significa como sujeito queijeiro responsável pela produção do queijo com o fato de suas técnicas artesanais terem efeitos de sentidos culturais, para a região e para os outros sujeitos. Isto é, imbricamento da relação entre estrutura do espaço/sujeitos/cultura fluida com o acontecimento do registro das técnicas culturais imaginárias no livro dos Saberes do Iphan. Esse dizer institucional significa o sujeito e faz esse mesmo sujeito significar ser determinado por uma cultura imaginária que o homogeneiza e as suas práticas artesanais.

Para melhor compreender isto, trazemos Pêcheux (2009), que pressupõe pela teoria materialista do sujeito sua interpelação histórica e ideológica, ou seja, o sujeito, socialmente constituído, produz seu discurso a partir de determinadas posições ilusoriamente suas, igualmente ideológicas, marcadas pelo regionalismo, pela cultura fluida que significa e que dá sentidos ao assujeitados. E a partir disso aproveitamos para explicitar que o sujeito filiado à cultura imaginária do queijo artesanal, nas considerações de Pêcheux (2009, p.161), são indivíduos interpelados “em sujeitos de seu discurso pelas formações discursivas ideológicas que lhe são correspondentes”. Ou seja, são os sujeitos significados nas práticas sociais do queijo em relação aos modos de fazer na direção de sentidos que o discurso institucional, como o do IPHAN, produz.

Em seguida, ao compreendermos sobre o sujeito pela Análise de Discurso, discorreremos sobre ele, retomando o dizer institucional sobre ele pela via da tradição do processo de fabricação do queijo artesanal de Minas. Vimos que o processo de constituição do sujeito nas bases da Análise de Discurso se dá pela língua, que o assujeita para que seja sujeito de e a ela. Podemos dizer que o processo é contingencial; as identidades/identificações movimentam-se, deslocam-se e significam em razão das contingências (GRIGOLETTO, 2006)¹⁰

¹⁰ Aproveitamos o estudo de Grigoletto (2006, p. 24) para explicar o termo “contingências”, este busca descrever a transitoriedade e indeterminação dos processos identificatórios. Segundo a autora, “todas as identidades, entendidas como resultados provisórios de práticas identitárias, existem apenas como estratégias, no sentido de que podem sempre ser reformuladas, daí a sua contingência e indeterminação.

que passam por constantes transformações fundadas em questões sociais, econômicas e políticas, formas mediante as quais o 'sujeito' é interpelado pelos sistemas sociais em que está inserido (HALL, 2006).

Em outras palavras, por esses sistemas sociais entendemos aqui aqueles que envolvem os mecanismos da produção de queijo artesanal, seus modos de fazer e, principalmente, os sujeitos que dizem sobre as e das técnicas culturais, o que os torna mais conhecidos naquela região pelas práticas sociais/culturais. E os sujeitos, de certo modo, são instados, nesse processo de patrimonialização, a dizer (modos de fazer do queijo) não só naquele espaço da artesanaria do queijo como também fora dele, como vimos quando os produtores/responsáveis venceram o concurso "*Mondial du Fromage et des Produits Laitiers*", realizado entre os dias 2 e 4 de junho de 2019 na cidade de Tours¹¹, na França. Este fato de os sujeitos participarem de eventos externos é também um modo de produção de sentidos para estabilizar a circulação de como o seu produto será interpretado externamente ao espaço regional da artesanaria, movimentos de sentidos e sujeitos.

E, ao final, propomos discutir os significados da prática social para o sujeito que reconhece a importância do registro no patrimônio cultural. Os sentidos que dizem sobre os modos de fazer do queijo artesanal de Minas são produzidos pelos discursos que se sustentam em sentidos de tradição antes do registro/reconhecimento das técnicas culturais pelo IPHAN e, principalmente, depois desse registro/reconhecimento, pelos efeitos de sentido que circulam na sociedade e região.

3.1 Sobre a noção de sujeito na Análise de Discurso

Neste subitem, buscamos compreender a noção do sujeito na Análise de Discurso, formulado como categoria e funcionando pela divisão político-ideológica como posição(ões) sujeito. O sujeito é sempre sujeito de um discurso, de um dizer. No caso desta pesquisa os produtores rurais e/ou queijeiros que fabricam o queijo artesanal de Minas são os sujeitos discursivizados no Dossiê

¹¹ Veja anexo, III, ao final desta tese.

e os que significam o Dossiê e a patrimonialização do queijo artesanal e se significam a partir desse discurso ou não. Esse sujeito sofre a determinação do lugar social que ocupa, da ideologia e da história, lembrando que o lugar social e a posição do sujeito no discurso discursivo, apesar de se constituírem, mutuamente, podem não coincidir, pois o que funciona no discurso é a posição do sujeito.

Para a posição do sujeito que se inscreve nos sentidos de que a arte dos saberes e os modos de fazer o queijo artesanal de Minas são passados de geração a geração, estando presentes na memória e na prática de seus produtores como uma tradição ressignificada (já que é cotidianamente recriado em função das novas tecnologias, das diferentes formas de interagir com o ambiente, com as suas histórias de vida e constantemente vivida por esses produtores rurais das três regiões aqui pesquisadas), o discurso do IPHAN, o discurso do patrimônio cultural do bem imaterial faz sentido, pois cada produtor rural e/ou queijeiro, ou seja, o sujeito, são interpelados pela ideologia e afetados pelo simbólico.

É neste sentido que Pêcheux (2009) diz:

O funcionamento da Ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos (e, especificamente, em sujeitos de seu discurso) se realiza através do complexo das formações ideológicas (e, especificamente, através do interdiscurso intrincado nesse complexo) e fornece “a cada sujeito” sua “realidade”, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas experimentadas. (PÊCHEUX, 2009, p. 149).

O sujeito é afetado, submetido pela língua e interpelado pela ideologia e é constituído pelo efeito do simbólico. Afinal como nos diz Orlandi (2015, p. 50) “se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história, ele não se constitui, ele não fala, ele não produz sentidos”. Ao se inscrever em diferentes formações discursivas resulta em distintas posições do sujeito, porque toma posição(ões) político-ideológica(s) ao falar, já que não há discurso sem sujeito e nem sujeito sem ideologia, conforme Orlandi nos adverte.

A ideologia produz efeitos de verdade e de evidência para valores sociais, culturais, dentre outros que nos relacionam com nossas condições de existência; e isso funciona pelo imaginário. Segundo Orlandi (2015, p. 45), “a ideologia não é ocultação, mas função da relação necessária entre linguagem e mundo. Linguagem e mundo se refletem no sentido da refração, do efeito imaginário de um sobre o outro”.

Para Pêcheux (2009, p. 198), “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos falantes (em sujeitos de seu discurso) por formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes”. O autor diz ainda que a “interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação (sujeito) com a formação discursiva que o domina”.

Cabe aqui ressaltar que “a linguagem não é transparente, os sentidos não são conteúdos. É no corpo a corpo com a linguagem que o sujeito (se) diz” (Orlandi, 2015, p. 51). Portanto, a linguagem tem uma materialidade, ou seja, a materialidade é um processo, o movimento de discurso e não o objeto ou *corpus* de análise; além disso, a linguagem tem opacidade porque é material, é histórica, e é carregada de sentidos determinados pela ideologia, ou seja, pelas formações ideológicas nas quais estes sujeitos se constituem e se inscrevem, pois como nos aponta Orlandi (2015):

Quando dizemos materialidade, estamos justamente referindo à forma material, ou seja, a forma encarnada, não abstrata nem empírica, onde se separa forma e conteúdo: forma linguístico-histórica, significativa. (ORLANDI, 2015, p. 51).

Ainda, conforme a autora (2012, p. 83), “a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, estabelecendo a relação material da língua com a ideologia”. Sendo assim, cada um faz uma interpretação do acontecimento em função da ideologia, ou seja, o sujeito do discurso é compreendido pela formação discursiva que o domina, que permite que tome posição em relação ao contexto histórico e ideológico.

Os processos de produção do discurso em Análise de Discurso implicam em três momentos igualmente relevantes como nos aponta Orlandi (2012):

Sua constituição, a partir da memória do dizer, fazendo intervir o contexto histórico-ideológico mais amplo; sua formulação, em condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas e sua circulação que se dá em certa conjuntura e segundo certas condições. É na formulação que a linguagem ganha vida, que a memória se atualiza, que os sentidos se decidem, que o sujeito se mostra (e se esconde). (ORLANDI, 2012, p. 9).

Como dissemos, anteriormente, com base na citação de Orlandi (2012), em Análise de Discurso, o sujeito se desenvolve com base em três momentos igualmente relevantes.

No primeiro momento, ele se faz pela sua constituição, ou seja, o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, para que se produza o dizer; é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos, em suma, o efeito ideológico elementar, conforme Orlandi (2015), é a constituição do sujeito. Devemos nos ater a que o sentido também é produzido de acordo com a posição sujeito histórico social no discurso, sua tomada de posição, determinada pelas condições de produção e, também, pelo efeito da ideologia em sua materialidade.

Nesse seguir sobre a constituição do sujeito, pensamos o sujeito e a situação como constitutivos da relação com a linguagem, ou seja, pelo acontecimento da formação discursiva que afeta o materialismo do funcionamento discursivo da memória e do sócio-histórico em que o sujeito está inscrito, está assujeitado em sua formação social. Com isso, observamos que o sujeito se constitui pela circunstância do discurso e também neste momento notamos o funcionamento ideológico que compreende os efeitos de sentido extraídos do contexto socioideológico e da historicidade que tornam possível sua constituição e sua compreensão em relação à questão dada/posta em jogo para a relação sujeito/história/sentido.

No segundo momento (o da formulação), ele produz efeitos de sentidos diferentes ou não ao enunciar. Uma forma particular de produzir sentido e de se

significar, é o acontecimento discursivo pelo qual o sujeito, como nos diz Orlandi (2012), “articula manifestamente seu dizer, dá o contorno material ao dizer instaurando o texto”. Assim, entender os modos de significação, individuação e processos de identificação do sujeito (o produtor rural e/ou queijeiro que produz o queijo artesanal de Minas nas três regiões aqui pesquisadas) é necessário para compreendermos o discurso da produção do queijo que produz condições para outras possibilidades de sentidos para o sujeito em sua materialidade.

Para melhor compreendermos a formulação em Análise de Discurso e o fato de o movimento de dar ‘corpo’/materialidade aos sentidos, ou seja, a significação que se encontra articulada na materialidade língua/história e no simbólico com o político, afirmamos com Orlandi que o simbólico faz o homem constituir-se “em sujeito pela e na linguagem, que se inscreve na história para significar” (ORLANDI, 2012, p. 9). Repetimos com Orlandi (2012): “é na formulação que a linguagem ganha vida, que a memória se atualiza, que os sentidos se decidem, que o sujeito se mostra (e se esconde).

Corroborando essa fala da autora com nossa pesquisa, observamos que esse momento da formulação é visto quando o sujeito (queijeiros/produtores e fabricantes do queijo artesanal de Minas) manifesta o seu dizer, na direção de sentidos produzidos pelo Dossiê, sobre a tradição e o valor da cultura que há na região que motivou o registro do queijo artesanal como um ‘bem imaterial cultural’ junto ao IPHAN. Ou seja, manifesta o seu dizer sobre a artesanaria do queijo sustentado nos sentidos de valor cultural que este “bem imaterial” representa para eles (queijeiros, produtores) de acordo com suas formações ideológicas, filiados aos sentidos já determinados pelo discurso de patrimonialização. Sentidos que se reproduzem para os modos, a arte de saber fazer o queijo e que significam estes sujeitos. Aqui, também, verificamos o momento das condições de produção (do saber cultural da tradição do queijo – dos modos de fazer) e das circunstâncias de enunciação específicas, que se deram pelo fato de os modos de fazer do queijo se tornarem conhecidos, terem o mérito e os requisitos para o registro.

Com vistas a evidenciar fragmentos do recorte, trouxemos o que é dito segundo o Dossiê/IPHAN (2008):

Expressões e ditados populares evidenciam a força identitária do queijo artesanal. No cotidiano, a gente de Minas, quando está confusa, “avança na lua pensando que é queijo”. Ela diferencia claramente as coisas e age sem subterfúgios, pois “pão pão, queijo queijo” e essa franqueza é valor que não se perde. Quando tem facilidade de dar soluções para situações está “com a faca e o queijo na mão”. Ao demonstrar consciência dos lugares sociais assumidos pelas pessoas diz que “em festa de rato não sobra queijo”. Enfim, “um abraço, um beijo e um pedaço de queijo” é expressão que saúda os amigos em tempo de felicitação e diz que amizade, mais que presente, é o que tem importância. (DOSSIÊ/IPHAN 2008, p.35)

Podemos então dizer que conforme citação acima, que os gestos de interpretação são diferentes de acordo com a posição sujeito e suas condições de produção. Estes gestos de interpretação nos ditados populares presentes no cotidiano de Minas não é fechado, não é rígido, há um deslizamento de sentidos, existe um movimento de dispersão onde o sujeito está em movimento na historicidade, movimento que rompe, acontece, que desliza e também silencia, afinal, conforme a autora Orlandi (2012, p. 9), “sendo atualização da memória discursiva, a formulação se faz materialmente pela colocação do discurso em texto, pela textualização”. Esta caracterização que descreve e determina como mineiro o sujeito que habita a região em questão e produz ou consome o queijo reduz a queijo o ser mineiro, significando essa materialidade artesanal como essência do sujeito, como característica fundamental do ser mineiro. Ao trazer a materialidade linguística como prova do ser mineiro, esquece que diz de uma posição institucional que precisa reduzir a uma essência o que é irreduzível para caber nos sentidos de patrimônio/cultura imaginária/tradição/herança, etc.

No terceiro momento (circulação), podemos dizer que os efeitos de sentido se dão ideologicamente pela inscrição do sujeito em uma formação discursiva dominante, ou seja, de acordo com a posição sujeito do discurso há um significado, um sentido produzido conforme determinadas condições de produção. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas, a relação com sua exterioridade. Para isso, Orlandi (2007) diz que não é direta a relação do sujeito com a exterioridade, e nem de causa e efeito; essa passa pelo jogo das formações imaginárias em relação às condições de produção do dizer.

Em outras palavras, o momento da circulação se apresenta em certas conjunturas e segundo certas condições, aí dizemos que a circulação é dependente dos momentos anteriores de constituição e formulação, pois para que haja circulação faz-se necessário estabelecer uma distinção do trabalho da constituição e da formulação. A primeira como dimensão (ou interdiscurso) que referencia os elementos do saber, os objetos do discurso, ou seja, a apropriação do sujeito em uma situação dada. Ou, ainda, essa dimensão vertical (estratificada) tem seu funcionamento no contexto histórico-ideológico. Já, a segunda, vista como a dimensão horizontal (ou intradiscursiva), ocorre em uma sistemática inferior, ou seja, naquilo que tem por base uma 'fala', uma frase. Ao dizer assim, estamos dizendo que o interdiscurso (constituição: dimensão vertical, estratificada) determina o intradiscurso (formulação: dimensão horizontal, da linearização do dizer).

Para entender isso, Orlandi (2012) diz: "todo dizer (intradiscurso, dimensão horizontal, formulação) se faz num ponto em que (se) atravessa o (do) interdiscurso (memória, dimensão vertical estratificada, constituição)" (ORLANDI, 2012, p. 11). É por esta razão que falamos, inicialmente, que ambos os momentos são dependentes para chegar ao terceiro momento da circulação. Ou ainda, conforme Orlandi (2012), "os sentidos são como se constituem, como se formulam e como circulam (em que meios e de que maneira: escritos em uma faixa, sussurrados como boato, documento, carta, música, etc.)".

Afinal, na Análise de Discurso, os sentidos dependem do modo como cada um vai articular, (res)significar, produzir sentido, e, assim, Pêcheux (1988, p. 88) diz que "o discurso é mais do que transmissão de informação (mensagem), é efeito de sentido entre locutores", e Orlandi diz que "o discurso é um processo contínuo que não se esgota em uma situação particular" (ORLANDI, 2012, p. 14). E, a partir desta citação, percebemos, no objeto de nossa tese (discurso do DOSSIÊ/IPHAN sobre os modos de fazer do queijo artesanal de Minas), que para compreendermos o sujeito institucional/lphan foi necessário falar de constituição, formulação e circulação. Observar o contexto sócio-histórico (outras coisas que foram ditas antes e outras que serão ditas durante e depois) sobre a tradição do queijo artesanal, as formações discursivas que envolvem regras de família, relações familiares no contexto da tradição, do trabalho que ali

é desenvolvido. E, também, se observaram as condições de produção que envolvem os familiares produtores do queijo da região. E, ao final, em seu modo de circulação: que entendemos ser o discurso sobre a tradição que o fez ser reconhecido como um “bem imaterial cultural”, seu modo de tornar o saber conhecido.

Para evidenciar o modo de circulação do queijo artesanal, observamos o seguinte recorte do DOSSIÊ/IPHAN (2008):

As comunidades municipais costumam comemorar a produção de queijo artesanal em festas e em concursos de produção de queijo. São ocasiões de exercício de sociabilidade entre as famílias dos produtores e, também, de confraternização comunitária, de retorno à cidade natal e de eventos técnicos para aprimorar a mão-de-obra da fatura do produto. (DOSSIÊ/IPHAN, 2008, p. 38).

O discurso é uma palavra que podemos dizer que está em constante movimento, que é produzido de maneira social, através da língua, não a língua enquanto sistema formal, mas sim pela língua na história, na produção de sentidos, pois a língua conforme Orlandi (2015), “é assim condição de possibilidade do discurso”. É através do discurso que observamos os sentidos, como estes são formulados, constituídos e o modo de sua circulação como já dissemos, anteriormente. O discurso tem seu funcionamento, sua regularidade por se tratar de uma análise do processo de sua produção, dos fatores sociais e históricos, da posição sujeito e da maneira como os sentidos são inscritos na história.

Nesta perspectiva, podemos dizer, então, que, conforme, Orlandi (2009, p. 85), “não podemos pensar o sujeito, nessa perspectiva, sem a ideologia, e a ideologia sem a materialidade, a história e os processos da vida social e política”.

Ainda salientando a respeito da questão do sujeito, podemos dizer que Orlandi fala que “o sujeito se submete à língua(gem) – mergulhado em sua experiência de mundo e determinado pela injunção a dar sentido, a significar(se) – em um gesto, um movimento sócio-historicamente situado em que se reflete sua interpelação pela ideologia” (ORLANDI, 2012, p.103). Para a autora, não há discurso sem língua, e não há língua sem discurso.

Malidier (2003) parece concordar com essa afirmação ao dizer que

O discurso me parece, em Michel Pêcheux, um verdadeiro nó. Não é jamais um objeto primeiro ou empírico. É o lugar teórico em que se intrincam, literalmente, todas as suas grandes questões sobre a língua, a história, o sujeito. A originalidade da aventura teórica do discurso prende-se ao fato de que ela se desenvolve no duplo plano do pensamento teórico e do dispositivo da análise de discurso, que é seu instrumento. (MALDIDIER, 2003, p. 15-16).

Pêcheux (1990), ao formular sobre discurso afirma que “não existe prática sem sujeito (e, em particular, prática discursiva sem sujeito)” (PÊCHEUX, 1990, p. 197). Isso nos mostra que para que haja o discurso é fundamental que tenha um sujeito e que este sempre estará intrincado, literalmente, no contexto sócio-ideológico em todas as suas grandes questões que envolvem a língua, a história e o próprio sujeito. Por esta razão é primordial refletirmos no próximo subitem a respeito do sujeito que está aí envolvido e faz parte da cultura imaginária que levou à tradição (passado comum, herança cultural), ou seja, o processo de fabricação (modos de fazer) do queijo artesanal de Minas passa a ser conhecido e significado a ponto de ser registrado como um “bem imaterial”.

3.2 Do Sujeito na “tradição” do fazer artesanal do queijo de Minas

Neste subitem, iremos discutir o sujeito, no caso desta pesquisa, o queijeiro e/ou produtor rural que produz o queijo artesanal de Minas das três regiões distintas do estado de Minas: Serro, Serra da Canastra e Alto Parnaíba (Serra do Salitre) que compõem o Dossiê de registro; ou seja, o modo de saber fazer, o legado cultural, a tradição que é passada de geração a geração, a importância deste “bem imaterial” registrado no Livro dos Saberes do IPHAN como reconhecimento e valorização da cultura típica local, destes saberes, fazeres que lhes sejam próprios, que passam por um processo contínuo de transformação, de ressignificação ao longo do tempo, se adaptando inclusive às novas técnicas em função do melhor manuseio artesanal para fazer o queijo,

segundo as normas da vigilância sanitária sem perder sua característica de ser um queijo fabricado artesanalmente com técnicas semelhantes usadas na Serra da Estrela em Portugal conforme já discorremos em outros momentos desta pesquisa.

Podemos observar estas adaptações, esse processo contínuo de transformação, de ressignificação, por exemplo, no Dossiê de registro do queijo artesanal, quando neste documento se encontra dito que antigamente as formas e as bancadas queijeiras que dão suporte material à fatura do queijo eram feitas de madeira por marceneiros locais, e, atualmente, em função das normas da vigilância sanitária, e também por ser mais fácil a higienização, as bancadas são de ardósia e as formas de plástico, conforme Dossiê/IPHAN (2008):

Atualmente, é rara a utilização da madeira nas bancas e as formas de madeira deixaram de ser usadas há muitos anos. Elas guardam a memória de um fazer tradicional e são objetos que documentam essa identidade da fazenda mineira e do fazendeiro das Minas, em museus, centros de memória, hotéis, restaurantes, centros de recepção turísticos e casas mineiras. São símbolos, são emblemas de uma ruralidade que permanece em padrões tradicionais e em dinâmica transformação. Utilizam-se, em nossos dias, bancas de pedra ardósia e formas plásticas, materiais de fácil higienização. A dinâmica da tradição reflete, mesmo que lentamente, as mudanças de concepções técnicas, de padrões de higiene e de valores culturais. (DOSSIÊ/IPHAN, 2008, p. 29).

Isto implica em compreender que o patrimônio cultural imaterial, no caso o registro do queijo artesanal de Minas significa o sujeito, o espaço e a artesanaria pelo valor que as práticas culturais tradicionais supõem, mesmo que haja reinvenções, mesmo que sejam ressignificadas pela dinâmica que possuem seus modos de fazer, peculiares e próprios. Podemos, então, dizer que, conforme o discurso institucionalizado do IPHAN, e seguindo as normativas do fazer o queijo artesanal de Minas, o registro do queijo artesanal é uma forma de manutenção das tradições, um “veículo dinâmico de demonstração da tradição”, que está em constante transformação, conforme necessidades do presente.

Compreendemos, ainda, que o patrimônio refere-se às pessoas, às origens, à história de toda uma comunidade, aqui as três regiões pesquisadas, e refere-se à posição sujeito (queijeiro e/ou produtor rural) que fabrica o queijo, ou seja, a posição sujeito que significa o modo de produção do queijo artesanal como patrimônio – o IPHAN. Sendo assim, o conhecimento gerado no processo de registros, sobre essas formas de expressão permite identificar as dimensões no tempo, experiências e tradições que existem desde a época colonial na fabricação, na arte de saber fazer o queijo, consiste num processo de construção cultural que confere uma carga simbólica conferida no passado.

Isto implica dizer que o queijo faz parte do "nosso" cotidiano, se retomarmos as expressões e ditados populares referentes ao leite e a seus subprodutos, como já apresentado, como *“avança na lua pensando que é queijo”*, *“pão pão, queijo queijo”*, *“com a faca e o queijo na mão”*, *“em festa de rato não sobra queijo”* (DOSSIÊ/IPHAN, 2008, p. 37). Podemos então dizer que o queijo, estas expressões e os ditados populares são construídos como uma forma de significar/identificar Minas e os mineiros. É fato que, como nos lembra o Dossiê (DOSSIÊ/IPHAN, 2008), utilizamos do queijo e de sua cultura como forma de mercado, pois estes compõem a renda dos fazendeiros tradicionais de Minas que produzem o queijo artesanal nas fazendas mineiras.

A comercialização do queijo artesanal criou lugares de comércio que funcionam, ainda, como espaços de tradição e de memória identitária. As bancas de laticínios mantêm padrões de comercialização que remontam os sistemas construídos ao longo do século XX e da transformação da capital do Estado em centro administrativo e comercial. Aí podemos distinguir práticas que utilizam das associações de produtores, das cooperativas rurais e dos mediadores comerciais, a intermediarem um produto de sua origem, a fazenda, à mesa do consumidor, no espaço urbano da metrópole. (DOSSIÊ/IPHAN, 2008, p. 31).

Com esta citação acima percebemos como o sujeito fez/faz o ‘discurso’ circular e ter sentidos outros, que ultrapassam “um modo de pensar a vida cotidiana, uma economia da fazenda mineira produtora de queijo, uma vivência familiar integrada ao processo econômico, uma significação do saber-fazer por parte dos queijeiros” (DOSSIÊ/IPHAN, 2009, p. 2).

Esse momento que o sujeito sustenta e divulga seu discurso, chamamos de circulação que pode ser observado tanto pelo trabalho dos produtores, fabricantes, queijeiros, quanto pelo trabalho dos distribuidores, fornecedores, pelos clientes/consumidores, por enunciados específicos de venda em catálogo e por transações comerciais/venda no varejo e no atacado, como vimos na figura que segue.

Figura 13 – Mercado Central de Belo Horizonte - Imagem dos comércios e produtores de queijo na Serra da Canastra



O setor de laticínios do Mercado Central de Belo Horizonte tem no comércio de queijo artesanal mineiro um atrativo do mercado alimentício e do turismo. (F1-A 2002).



Lei abre mercado para queijo Minas artesanal n...



A comercialização do queijo meia-c...



O Queijo da Canastra – SERRA DA CANASTRA – ww...



Conheça os melhores produtores de queijos a...

A partir da figura 13 disposta acima, refletimos sobre o modo de fazer o comércio do queijo artesanal de Minas. O queijo é produzido e comercializado em várias regiões de Minas desde o século XVIII. Foi, a partir da década de 1920, com a construção das estradas, que o queijo passou a ganhar mercado para outras cidades e regiões.

Com base nessa perspectiva econômica, portanto, observamos que também cresce a formação de associações de produtores que buscam preservar o produto e a sua fatura tradicional. É o caso da Associação dos Produtores do Queijo Artesanal do Serro, do queijo artesanal da serra do Salitre ou Alto Paranaíba e da Serra da Canastra, conforme o DOSSIÊ/IPHAN, (2008). Devemos, ainda, ressaltar que estas associações têm o objetivo de estimular a produção e a manutenção da qualidade dos queijos artesanais de Minas, que são produtoras de queijos distintos e reconhecidos no Dossiê.

Os queijos artesanais em Minas, de modo geral, têm formato cilíndrico, com 15 a 16 centímetros de diâmetro e 4 a 8 centímetros de altura. Têm bordas retas e faces planas, sendo bem trabalhados esteticamente após o processo de maturação e antes de serem enviados para o consumo. Pesam, em geral, de 1 a 1,2 quilograma. Na região produtora do queijo do Serro, faz se, eventualmente, o queijo **merendeiro**, que é um queijo menor, geralmente destinado ao consumo da família e fruto de sobra de massa no processo de prensagem. Dependendo do tempo de maturação, a casca é mais ou menos amarelada; a consistência é macia, tendendo a mais dura; a textura é lisa, podendo, eventualmente, apresentar pequenos buracos mecânicos; a cor é branco-creme homogênea. O padrão estético do queijo é um cuidado característico de importância na comercialização do produto e na apresentação individual dos queijos pelos produtores artesanais. (DOSSIÊ/IPHAN, 2008, p. 39).

Percebemos, então, como nos diz o Dossiê (2008), que os sujeitos (queijeiros e/ou produtores rurais) que fabricam o queijo, na atualidade, eles valorizam o processo de maturação do queijo, e ainda reconhecem que o queijo bem produzido aprimora sabor e qualidade com a maturação, além de memorizar um período antigo, onde o processo de comercialização e as dificuldades de transportes da fazenda para as cidades mantinham o queijo nas prateleiras de

maturação das queijarias por mais tempo. Vale ainda ressaltar que, ainda, conforme DOSSIÊ/IPHAN (2008), dos 853 municípios de Minas Gerais, mais de 500 municípios produzem queijo artesanal; ou seja, a dinamicidade dessa construção histórica e econômica e a sua permanência até hoje através dos modos de fazer o queijo, o saber fazer, toda esta tradição que é passada de geração a geração, ressignificada ao longo do tempo, tornou o queijo um patrimônio cultural e importante fonte de renda para os produtores rurais e/ou queijeiros. E, hoje, a existência dessas associações, cooperativas e do fácil acesso para outras cidades faz com que o queijo da fazenda possa chegar à mesa do consumidor, no espaço urbano da cidade.

Neste sentido, cabe aqui dizermos da importância deste “bem imaterial” (o queijo) ser considerado como patrimônio cultural, como nos aponta a Unesco (2003)¹² na “Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial” em seu Artigo 2:

Os usos, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhe são inerentes – que as comunidades, os grupos e em alguns casos os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração a geração, é recriado constantemente pelas comunidades e grupos em função de seu entorno, sua interação com a natureza e sua história, infundindo-lhes um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito da diversidade cultural e criatividade humana. (UNESCO, 2003)

Compreender o sujeito, aqui nesta pesquisa o queijeiro e/ou produtor rural, significa considerar essa divisão que se mostra apagada no texto como o Dossiê diz sobre o sujeito produtor do queijo. Além de remeter-nos à ideia de cultura, o texto do Dossiê a significa pela ideia de tradição(ões) que, apesar de afirmar que está(ão) em constante transformação, atualização, absorvendo e rejeitando coisas, dialoga com uma memória atualizada na homogeneidade e na

¹² UNESCO, *Convención para la salvaguarda del patrimonio cultural inmaterial*. 32ª Conferencia General de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura. Paris, 29 septiembre al 17 de octubre de 2003.

origem e passado comuns. O texto do Dossiê esquece do paradoxo que se inscreve na ideia de cultura – ao trazer a cultura como base dessa patrimonialização do modo de fazer e seu sujeito silencia que, nesse lugar mesmo que parece unir, esgarça-se e esgarça as relações como um ponto de tensão e confronto ao mesmo tempo, que é produtora de um mundo presente – dinâmico e em movimento conforme as necessidades e expectativas que acontecem. Ou seja, sujeito à deriva.

O sujeito é significado nesta pesquisa, por ser ‘aquele’ que está envolvido na prática social dos modos de fazer do queijo artesanal, é aquele que produz a “fala”, o “discurso” das interações entre as práticas sociais e as entidades e os grupos detentores da materialidade que constitui a cultura, ou seja, que fez a tradição ser reconhecida pelo registro no IPHAN, a própria patrimonialização. O fato dos detentores do “discurso” sobre a tradição da cultura do queijo, ser o sujeito que se constitui pelos seus saberes, pelo modo como dialogam e por ter na cultura regional do queijo valores que são significados pela linguagem, pela história e, principalmente, pelas imagens construídas socialmente sobre o produtor, o artesão e o produto.

O sujeito que analisamos constitui-se pela historicidade regional da tradição dos modos de fazer do queijo, pelos sentidos e significados de identidade, de pertencimento à região, onde ‘o fazer queijo’ é atividade inerente à vida cotidiana, ou seja, o saber de um conhecimento, da transmissão de um saber fazer passado de “pai para filho” em um longo processo histórico de construção de identidades e padrões de sociabilidade, se transforma em um discurso que significa hegemonicamente um “bem imaterial cultural” como identificador que também vai significar a região e, principalmente, as cidades e municípios produtores, do queijo artesanal. Esses sentidos, insistimos não surgem por acaso e do nada. São sentidos já-ditos que se atualizam e se materializam em uma memória oficial sobre a necessidade da patrimonialização desse saber fazer, do produto e de seu sujeito artesão. Esses sentidos circulam como verdades naturais, e é preciso que assim o seja para que a instituição do patrimônio signifique de forma característica e harmoniosa esse saber fazer, o produto, seu sujeito artesão e o espaço simbólico em que essas condições de

produção determinam o modo de funcionamento e, portanto, de significação desse processo discursivo.

E como s o sujeito na tradição do processo de fabricação do queijo artesanal de Minas, é conveniente dissertarmos, no próximo subitem, sobre os significados da prática social para o sujeito que (não) reconhece a importância do registro no patrimônio cultural, posto que a contradição é constitutiva do processo discursivo de produção de sentidos.

3.3 Significados da prática social para a(s) posição(ões) sujeito queijeiro

Neste subitem, iremos abordar os significados da prática social para o sujeito, no caso desta pesquisa, os queijeiros e/ou produtores rurais que utilizam os modos de fazer e saberes para confeccionar o queijo artesanal que desde 2008 foi registrado como um bem patrimonial cultural no IPHAN e sua importância para o sujeito das três regiões abordadas não somente como fonte de renda, mais a preservação e conservação da tradição no processo de fazer o queijo como forma até mesmo de sentimento de pertença daquela comunidade. Cabe, ainda, ressaltar, conforme DOSSIÊ/IPHAN (2008), que as regiões do Serro, da Canastra e do Salitre, as três regiões aqui abordadas na pesquisa possuem práticas sociais diferentes, são atribuídos significados e sentidos que os representa em formas de vida e de sociabilidade que se tornam visíveis nas expressões, na culinária, na instrumentação da vida. Afinal, como descrito no Dossiê/IPHAN (2008):

O território do queijo, em Minas, é um território de cultura, material e imaterial, mensurável e passível de interpretações. É um território transformado, construído e reconstruído em sua paisagem. É natureza transformada e re-apropriada em dinâmica e lenta mudança e é paisagem produzida em integração de necessidades, costumes, hábitos e saberes. (DOSSIÊ/IPHAN, 2008, p. 55).

Podemos, então, dizer que o queijo artesanal de Minas é uma atividade inseparável das práticas sociais vividas pelo sujeito na sua propriedade rural. A

cozinha, por sua vez, segundo DOSSIÊ/IPHAN (2008), é “um espaço de intermediação entre o fazer da fazenda e o fazendeiro e sua família”. Ainda, conforme o presente autor, é na cozinha da fazenda onde trabalhadores, patrão, filhos e demais funcionários dialogam, convivem, um espaço que produz sentido de sociabilidade, de convivência e troca de saberes, diferente do curral de ordenha e a queijaria que conforme DOSSIÊ/IPHAN (2008):

São espaços de tranquilidade e não de convivência e sociabilidade. Aí, exige-se serenidade e parcimônia, higiene e pouco trânsito de pessoas. As vacas “escondem o leite” e o queijo “incha” se eles não forem ambientes saudáveis. Todos os cuidados aí são responsabilidades do queijeiro/vaqueiro e cobrados ou divididos com o proprietário da fazenda, quando esse está presente na propriedade. (DOSSIÊ/IPHAN, 2008, p. 58).

Ressaltamos, ainda, que as queijarias, em função deste processo de ressignificação, de transformações de adaptações socioculturais, estão sendo valorizadas e formando novos espaços para não, somente, atender às exigências sanitárias, mas, também, dar uma maior proteção e segurança alimentar ao consumidor do queijo artesanal de Minas. Nos últimos anos, conforme DOSSIÊ/IPHAN (2008), um esforço conjugado entre Estado – por suas empresas e institutos – e associações de produtores melhoram as condições de produção do queijo artesanal investindo em controle sanitário do rebanho e melhoria das queijarias das fazendas. O objetivo é conjugar a tradição da produção com boas práticas produtivas, que visem à segurança alimentar dos consumidores de queijo artesanal de Minas.

A significação que houve ao longo do tempo, visando proporcionar melhorias para o desenvolvimento do produto/queijo, buscando sempre mais adequações à qualidade das técnicas artesanais do trabalho, as condições higiênico-sanitárias e boas práticas na manipulação e fabricação. Por estas razões, as queijarias foram inovadas e adaptadas para alcançar mais apreço a excelência do produto, vejamos, nas figuras abaixo, exemplos de investimentos feitos pelos proprietários para atingir o objetivo:

Figura 14 – Melhoria das queijarias para atender maior qualidade



Queijaria antiga, em propriedade privada, do Município de Medeiros, na serra da Canastra.



A mesma propriedade, mostrando a nova queijaria reformada.

Percebemos, conforme a figura, acima, as adaptações, ressignificações, transformações pelas quais as queijarias passaram para buscar uma melhor qualidade e higienização para a produção do queijo artesanal de Minas. Almejava-se, também, fazer o queijo com as especificidades de cada uma das três regiões, no entanto, sempre reconhecendo as qualidades dos outros sujeitos produtores de queijo, utilizando as técnicas adaptadas de Portugal e todos os “segredos” que cada região, fazenda produtora de queijo artesanal possui, ao produzir um queijo “de dar gosto, conforme expressão corriqueira entre eles” (DOSSIÊ/IPHAN 2008).

Sendo assim, para elucidar estas distinções regionais cabe ressaltar conforme o Dossiê/IPHAN (2008) afirma que:

No Serro, fazer queijo é atividade masculina, quase exclusiva. Nas outras duas regiões estudadas – serra da Canastra e serra do Salitre/Alto Paranaíba –, a mulher ocupa parcela considerável dessa atividade, sendo, em alguns municípios, a maioria da mão-de-obra na fatura do queijo. Na maior parte dessas situações ela é a esposa do fazendeiro e divide com ele a responsabilidade pela produção do queijo. Na opinião desses homens/maridos, a mulher é mais cuidadosa, mais higiênica e mais dedicada na produção.

No Serro não se houve muitas justificativas para a exclusividade masculina na queijaria. É costume enraizado na tradição de que o espaço rústico é para o trabalho do homem e o espaço doméstico é para o exercício laboral feminino.

Se homem ou se mulher, importa que o cotidiano da fazenda tem na fatura do queijo uma atividade de 365 dias no ano. É costume que apenas na sexta feira santa não se faça queijo. Nesse dia, o leite é distribuído às pessoas da vizinhança e destinado ao doce de leite e às quitandas. (DOSSIÊ/IPHAN, 2008, p. 58).

Conforme DOSSIÊ/IPHAN (2008), o fazer e comer queijo, bem como saboreá-lo são parte do modo de ser do mineiro, faz parte da nossa cultura e tradição. É o prazer pelo gosto do alimento, tão marcante, com texturas e sabores distintos, que valoriza, em essência, a busca pela manutenção e permanência dos modos de fazer do queijo artesanal. Sobre isso, acrescenta-se:

O prazer de seu gosto vivo que muda a cada momento em seu tempo de maturação; o prazer e o gosto de elaborar o produto que se destina ao consumo da família produtora ou do consumidor exigente; o gosto pelo alimento tradicional e elaborado em modos antigos (DOSSIÊ/IPHAN, 2008, p. 72).

Portanto, um bem registrado no Dossiê como patrimônio cultural é um direito cultural¹³ como forma de proteção deste patrimônio, destacado nesse trabalho, como o queijo artesanal de Minas, lembrando que seu registro, como já dito e discutido no capítulo 1, não é uma forma de engessamento, fossilização

¹³“Direitos Culturais são aqueles afetos às artes, à memória coletiva e ao repasse de saberes, que asseguram a seus titulares o conhecimento e uso do passado, interferência ativa no presente e possibilidade de previsão e decisão de opções referente ao futuro, visando sempre à dignidade da pessoa humana.” (CUNHA FILHO, 2000, p. 34).

do modo artesanal de fazer o queijo, mas, sim, de manter as técnicas e os processos dessa fabricação em funcionamento naquelas regiões, manter a tradição local e os saberes que são passados de geração a geração, afinal, a cultura está em constante movimento, e há uma variedade de sujeitos de cada região de Minas, aqui pesquisada, que participam da produção do Dossiê, com respectivos discursos em função da posição sujeito que ocupam e de suas condições de produção. Sendo assim, o IPHAN, visando facilitar o acesso ao conhecimento dos bens nacionais, a gestão do patrimônio é efetivada segundo as características de cada grupo: Patrimônio Material, Patrimônio Imaterial, Patrimônio Arqueológico e Patrimônio Mundial, no caso do queijo artesanal, patrimônio imaterial.

O significado do registro do queijo artesanal de Minas como um “bem imaterial” traz para os sujeitos, no caso, os queijeiros e/ou produtores rurais, um sentimento de identidade, de pertença àquela localidade, região de Minas, uma forma de preservar os modos de fazer e os saberes tradicionais, que dão continuidade e promovem o respeito à diversidade cultural. Além disso, os sujeitos que fabricam o queijo artesanal, de acordo com o DOSSIÊ/IPHAN (2008, p. 76), dizem que: “a alegria da fazenda (assim considerar seu trabalho, uma alegria) é produzir queijo, a fazenda, para eles, é a própria produção de queijo”.

Percebemos, então, o queijo como um patrimônio cultural imaterial, identificador de cada região e das cidades e municípios que o produzem, utilizam destas práticas socioculturais como uma forma de sociabilização, de integração e instrumentos desse processo e os saberes do modo artesanal de produzir o queijo nas práticas sociais dos mineiros.

O queijo artesanal de Minas está sempre presente na mesa dos brasileiros, quer seja fresco ou maturado, assim como, nos mercados, feiras, bares, eventos, dentre outros lugares, carregado de sentidos e significados, que representam a cultura, a identidade e a história mineira.

O queijo artesanal de Minas é resultado, portanto – muito mais da qualidade ou especificidade do leite -, de um conhecimento, de um saber fazer passado de “pai para filho” em um longo processo histórico de construção de identidades e padrões de sociabilidade característicos daqueles que fazem o queijo artesanal. (DOSSIÊ/IPHAN, 2014, p. 43).

Podemos, então, dizer que a materialidade, no processo de fazer o queijo, é distinta, pois é composta por sentidos e formações discursivas distintos, em função das condições de produção do sujeito. Ou seja, cada uma das regiões, aqui pesquisadas, é interpelada pela historicidade, ideologia do sujeito, queijeiros e/ou produtores rurais, em seus processos de significação, identificação. Entretanto, os sentidos outros desta tradição fizeram com que o produto artesanal do queijo de Minas se tornasse um festival com uma diversidade de sabores e textura saborosos, conforme mostrado na figura abaixo.

Figura 15 - Queijo de Minas se torna um festival/sentido outro para o produto



Fonte: <https://www.festivalqma.com.br/>, 2019.

Propaganda do Festival do Queijo Artesanal de Minas, feito com leite cru, na cidade de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais.

Com a figura acima, notamos a significação ampla e que ganhou espaço no seu modo de circulação, de sentidos outros, isto é, de torná-la as técnicas, a tradição do modo de fazer/saberes mais populares e para tornar o queijo artesanal mais difundido e prestigiado. Ainda dizemos que o festival significou uma valorização da diversidade cultural na produção alimentar que eleva o significado econômico da produção artesanal em nível local e regional.

Em suma, conforme o Dossiê, DOSSIÊ/IPHAN (2014), podemos dizer que:

O registro e o reconhecimento formal devem promover a efetiva preservação desse o patrimônio e contribui para a sua valorização social e econômica – pois não se pode preservar o queijo artesanal de Minas sem valorizar seus produtos, seus modos de vida, seus modos de ser. O modo artesanal de fazer queijo de Minas é um modo único e especial, que caracteriza um ofício com procedimento, utensílio e formas próprias de produção, comercialização e consumo. (DOSSIÊ/IPHAN, 2014, p. 76).

Assim, o registro do Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas e o seu reconhecimento como patrimônio implicam três valores fundamentais, a serem considerados como possibilidades de fortalecimento e desenvolvimento dos seus produtores e comunidades rurais conforme nos aponta DOSSIÊ/IPHAN (2014, p. 76): “valor identitário, gerador de sentidos de pertencimento e de identificação; valor econômico, gerador de oportunidades econômicas; valor social, gerador de autoestima e de melhoria coletiva da qualidade de vida”.

Neste sentido, esses valores fundamentais nos fornecem o sentimento de pertença e afirmação da identidade local das três regiões aqui pesquisadas (Serro, Canastra e Alto do Parnaíba – Salitre) produtoras do queijo artesanal de Minas como uma orientação para o planejamento de ações no sentido de preservar este bem patrimonial cultural (o queijo) e fortalecer as práticas socioculturais no processo de fabricação, dos “saberes” e os “modos de fazer”, além de produzirem e fortalecer, também, significados e sentidos outros em relação aos sujeitos que fabricam o queijo, ou seja, conforme DOSSIÊ/IPHAN, (2014): “para que o Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas possa ser um fator de afirmação coletiva que permaneça como elemento de identidade sociocultural”.

Sendo assim, de acordo com o DOSSIÊ/IPHAN (2014):

(...) as ações de salvaguarda devem ter os seguintes objetivos primordiais: fortalecer sentimentos de pertencimento e de afirmação da identidade local, por parte dos habitantes das regiões produtoras; contribuir para a construção de imagens que singularizem os produtos de cada região e que convidem a conhecer o seu território; criar instrumentos de informação que sejam foco de atração e estímulo ao consumo dos queijos

artesanais; potencializar comercialmente o produto cultural reconhecido por suas marcas coletivas de origem e procedência: Queijo do Serro, Queijo da Canastra, Queijo do Salitre, Queijo do Alto Paranaíba, Queijo Araxá. (DOSSIÊ/IPHAN, 2014, p. 76).

Portanto, podemos dizer que este processo de salvaguarda, de preservação do modo artesanal de fazer queijo artesanal de Minas Gerais, deve contemplar todas as regiões aqui abordadas.

Tal processo citado acima, ou de construção e afirmação que se revela existir em uma estrutura de poder, ou ainda, do poder/valorativo da cultura das práticas sociais do modo de fazer queijo é conferida pelo 'discurso' dos sujeitos envolvidos nessa tradição. Assim, os significados que foram auferidos nos efeitos da tradição, após o reconhecimento do registro no patrimônio cultural, decorreram de reflexões simbólicas e representações das práticas sociais, no que tange a atribuição de valores e de sua legitimidade perante o Iphan, e principalmente, o que isto significou para os fabricantes.

No âmbito da Análise de Discurso, dizemos que esses sujeitos, envolvidos nas significações das práticas sociais e culturais do queijo artesanal de Minas, possuem uma estrutura discursiva que implicam os sentidos ditos e não-ditos, ou ainda, de "um conhecimento partilhado que lhes permita inferirem os significados" (GREGOLIN, 1995, p. 16). Esse conhecimento de mundo/tradição envolve o contexto sócio-histórico e ideológico da constituição do sujeito, momento em que se articulam as significações com a história e a sociedade que o produziu.

Na Análise de Discurso, há uma imbricação entre a constituição de um indivíduo em sujeito e a produção de sentido resulta das significações que é determinante, como função, para o discurso ou o destino do sujeito. Desta forma, investigando as relações de constituição de sujeito e sentido, observamos o efeito socioideológico e, principalmente, o funcionamento das relações de produção e de sua reprodução. Sabemos que a constituição do sujeito se faz ideologia que interpela o indivíduo pela linguagem e estes indivíduos tornam sujeitos que "compreende o mundo o mundo e a si próprios de maneira naturalizada, como se as interpretações e os valores que lhes foram passados

fossem o conteúdo genuíno das coisas, sua razão de ser” (SANTOS, 2013, p. 157).

Empreender a Análise do Discurso significa, neste estudo, tentar entender e explicar como se constrói o sentido nas práticas sociais, ou seja, como se significam as técnicas artesanais do modo de fazer queijo e como seus sujeitos se significam a partir delas. Ademais, possibilitou-nos observar a constituição do sujeito no seu grupo social constituído por uma exterioridade socioideológica, pela historicidade e por formações discursivas outras, que identificam o sujeito pela cultura de pertencimento ao espaço vivo de memórias significado institucionalmente por valores identitários, valores econômicos e valores sociais. Assim, encerramos este subitem e partimos para as considerações parciais fechando a ideia deste capítulo, que tratou de noções de sujeito, tradição e significados da prática social do modo de fazer queijo.

Considerações Parciais

Neste terceiro capítulo, tratamos da noção sobre sujeito, na Análise de Discurso, na tradição do processo de fabricação do queijo artesanal de Minas, e sobre os significados da prática social para o sujeito, que reconhece a importância do registro no patrimônio cultural. Assim, se fez, também, relevante traçar considerações acerca de sujeito, no caso desta pesquisa, os queijeiros e/ou produtores rurais que fabricam o queijo artesanal de Minas, que sofrem determinação do lugar social e discursivo que se constituem. O que funciona, no discurso, é a posição sujeito desse, pois como nos aponta Coracini (2007, p.17) “o sujeito é uma construção social e discursiva em constante elaboração e transformação”.

No caso desta pesquisa, o sujeito das três regiões, aqui pesquisadas, Canastra, Serro e Alto do Parnaíba, é interpelado por uma ideologia institucional dominante e afetado pelo simbólico. Ou seja, mesmo os saberes sendo fluidos, passam a significar pelo discurso do Dossiê como algo que é “passado de geração a geração”, e que, mesmo ressignificados, constantemente, pelas diferentes formas de interagir com o espaço, pela historicidade dos sujeitos e da arteficialidade, e pelas diferentes formações discursivas que os constituem, ainda

assim, esses saberes são significados como produtos (~segredos bem guardados~) que podem garantir uma homogeneização entre os modos de fazer o queijo artesanal. Podemos, então, dizer que o registro do queijo artesanal de Minas, significado como um patrimônio imaterial produz sentidos sobre a valorização de práticas culturais tradicionais, que buscam impedir uma real transformação e, que parece cristalizar essas práticas, no dia-a-dia do sujeito mineiro, com expressões e ditados populares referente ao queijo e seus derivados.

Sendo assim, o sujeito fez/faz o discurso circular e ter sentidos outros, como nos leciona Orlandi (2015, p. 50) “se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e a história, ele não se constitui, ele não fala, ele não produz sentidos”. O sujeito é significado nesta pesquisa, por ser ‘aquele’ que também está envolvido na prática social dos modos de fazer do queijo artesanal, é aquele que produz a “fala”, o “discurso” das interações entre as práticas sociais e as entidades e os grupos detentores da autoridade/oficialidade, que significa a cultura como imaginária, ou seja, que fez a prática social transformadora ser lida como tradição para ser reconhecida pelo registro no Iphan, ou seja, que se tornasse uma prática apropriada à patrimonialização.

Neste contexto, podemos afirmar que as transmissões, o processo de transformação dos costumes cotidianos desses saberes e as ações para preservar, salvaguardar este “bem cultural imaterial” contribuem para manter vivos esses sentidos de tradição de fazer o queijo artesanal de Minas e garantem favorecer a melhoria das condições de vida de seus produtores. Salientamos, ainda, que este “bem imaterial” faz parte de uma lista composta pelos bens que contribuíram para a formação da sociedade brasileira, e está registrado conforme previsto no Decreto nº 3.551/2000, no Livro dos Saberes. Sendo assim, conforme DOSSIÊ/IPHAN (2014), “a permanência dessa tradição até a atualidade e sua referência para a identidade de tantos grupos sociais de Minas Gerais são, em si mesmos, elementos significativos do valor patrimonial do Modo de Fazer Queijo de Minas”.

Observamos que os sentidos tidos como naturais das práticas culturais do modo de fazer queijo cristalizam-se pelo efeito ideológico, que faz parecer existir

apenas um modo de enunciar, e instala uma relação aparentemente direta entre o sujeito e a tradição. A compreensão da cristalização do efeito ideológico nos permitiu compreender os significados da prática artesanal, nesses locais que denotou um padrão diferencial de envolvimento humano com a cultura imaginária, com a terra, com a (sobre)vivência, com os saberes e com os fazeres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura que fizemos, no percurso desta pesquisa, foi centrada no “Dossiê do queijo artesanal de Minas – Patrimônio Cultural do Brasil”, que nos serviu como *corpus* central. Para compreendermos os sentidos materializados na palavra “patrimônio” e na expressão “patrimônio cultural”, recorreremos às textualidades produzidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e, posteriormente à seleção do *corpus*, coube-nos estabelecer os recortes desta pesquisa. O que mais nos interessou foi o o processo de produção de sentidos para a expressão “patrimônio imaterial”, que abriga em seu escopo semântico os bens registrados, e dentro destes, a subdivisão em “bens imateriais” nos Estados, e, dentro desta, a subdivisão por região, mais especificamente, a que nos interessou: a região Sudeste, onde encontramos, em Minas Gerais, o registro do “Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas, nas Regiões do Serro e das Serras da Canastra e do Salitre” e, vinculado a este, está o Dossiê, que é nosso objeto de análise, que nos possibilitou a análise para compreendermos o processo discursivo sobre o significado do registro do queijo artesanal de Minas.

Ao longo do trabalho percorrido nesta tese, consideramos o funcionamento discursivo sobre o Dossiê/Iphan do queijo artesanal de Minas como patrimônio do Brasil: memória e identidade, buscando compreender em especial o modo como esse discurso circula (re)produzindo efeitos de sentidos sobre a produção do queijo artesanal de Minas.

Para o desenvolvimento desta tese, problematizamos a compreensão que pudesse responder a seguinte questão: como o discurso dos modos de fazer do queijo artesanal de Minas do Dossiê/Iphan significa e circula? e que efeitos isso produz quando patrimonializa esse saber, ou seja, decide sobre a preservação e a conservação deste objeto como “bem imaterial”?

Diante disso, buscamos compreender a necessidade do discurso patrimonial de fazer um juízo de valor sobre as técnicas artesanais do modo de fazer o queijo, dando ênfase ao discurso do sujeito envolvido com a atividade e

saberes, com a transmissão do conhecimento; e, principalmente, compreender o modo como o fato do “bem imaterial cultural” ter sido/ser reconhecido como patrimônio cultural do Brasil, significado como uma prática tradicional e identitária que possibilitou o produto/queijo ter o mérito de ser registrado no Iphan, compreendendo as três regiões distintas do Estado de Minas: Serro, Serra da Canastra e Alto Paranaíba (serra do Salitre).

Observamos que essa região conhecida como terra do queijo, os produtores de queijo artesanal se associam, há alguns anos, na tentativa de organizar, definir padrões e melhorar a qualidade biológica do produto, através do gerenciamento da produção e da comercialização, bem como de práticas sanitárias controladas para o rebanho e formas de produção higiênicas. E, isso atualizou a memória cultural de modo a identificar a organização e transmissão dos repertórios culturais, sendo primordial o empreendimento comunitário, já que a memória tem inflexão eminentemente coletiva. Esse movimento, do modo como está significado, foi fundamental para viabilizar o registro como patrimônio cultural.

Em sua historicidade, observamos que o patrimônio ganhou novos contornos no Brasil por ampliar a concepção de patrimônio inserindo todo o legado cultural de um povo. Os bens imateriais, contudo, foram instituídos somente em 04 de agosto de 2000, por meio do Decreto 3.551. O registro do patrimônio cultural brasileiro e a criação do programa nacional do patrimônio imaterial tem como objetivo implementar uma política pública de identificação, inventário e valorização desse patrimônio, em que os bens selecionados são inscritos em livros denominados: Livro de registro dos saberes; Livro das celebrações; Livro das formas de expressão e Livro dos lugares.

No primeiro capítulo, colocamos em suspenso os sentidos da palavra “patrimônio” e da expressão “patrimônio cultural” que comparecem no documento produzido pelo Iphan, dando visibilidade, pelas análises dos recortes, às formações discursivas, que ali significam o espaço e os processos da produção de queijo artesanal de Minas como um “bem imaterial” do patrimônio cultural nacional. Discutimos e compreendemos, a partir da textualidade do referido Dossiê, os modos de dizer do *discurso sobre* os “modos de fazer do queijo artesanal de Minas”, a arte de saber fazer, “passada de geração a

geração”, identificada pela “tradição” da fabricação do queijo artesanal de Minas, seus “valores”, sua historicidade nas três regiões aqui pesquisadas e fundadas nessa prática cultural cotidiana, que significou o sujeito local, da região e fez com que ele se significasse, buscando se reconhecer nesses sentidos produzidos pelo discurso institucional. Observamos pelas análises que essa tradição dos modos de fazer o queijo artesanal de Minas não se reduz a uma simples receita passada de geração a geração apontando para o sentido de cultura como imaginária, já que a cultura é fluida, errante e está em constante movimento e ressignificação. Contudo, compreendemos que os sentidos do discurso institucional reforçam a existência e a necessidade de um sentimento identitário da “mineiridade”, legitimado através do registro no livro dos saberes, tornando esse sentimento identitário em patrimônio cultural.

No segundo capítulo, tratamos sobre as condições de produção do modo de fazer o queijo artesanal de Minas, analisando os efeitos de sentido produzidos pelas condições de produção do queijo no dizer do patrimônio cultural. Esse discurso buscou mobilizar a referência cultural (cultura imaginária) sobre as técnicas de fazer do queijo (o conhecimento) e para sedimentar isso, o desafio consistiu em regulamentar os direitos de propriedade sobre os saberes das comunidades mantenedoras de tradições ancestrais (significadas como passado comum), em face de um mercado (sociedade neoliberal), cuja expansão de fronteiras se apropria, instrumentalmente, das manifestações populares. Para isso, houve a necessidade de um decreto que acabou por institucionalizar o discurso do patrimônio. Sabemos que esse dizer sobre e do patrimônio não é inaugural, já que há uma memória discursiva, um interdiscurso que se constitui anteriormente a ele, alhures, independentemente. Essa é a discursividade que levou o produto – os modos de fazer o queijo de Minas – a ser reconhecido/registrado pelo IPHAN como “bem cultural imaterial”.

No terceiro capítulo, apresentamos a noção de sujeito para a Análise de Discurso, considerando as condições de nosso objeto de estudo, os modos de produção do queijo artesanal da região de Minas e os significados dessa prática social para o sujeito que reconhece e se identifica com a importância do registro no patrimônio cultural. Em seguida, buscamos compreender o processo de constituição do sujeito, nas bases da AD, em seu processo de

identificação/identidade atravessado pela língua, interpelado pela ideologia e significado/conhecido por uma cultura imaginária. Em outras palavras, procuramos dar visibilidade a como o sujeito se posiciona em relação aos mecanismos da produção de queijo artesanal, seus modos de fazer e, principalmente, suas técnicas artesanais significadas pelo discurso institucional do IPHAN em seu Dossiê.

Através do discurso patrimonial analisado, em que observamos os sentidos em funcionamento – como estes são formulados, constituídos e o modo de sua circulação –, a posição sujeito predominante é a do sujeito queijeiro como produtor artesanal de queijo filiado ao discurso do Dossiê. O sujeito, pela análise do *corpus*, se significa como ‘aquele’ que está envolvido na prática social dos modos de fazer do queijo artesanal, é aquele que (re)produz, pelos sentidos de tradição como passado comum e de cultura imaginária, o dizer sobre a artesanaria do queijo de Minas de modo a ser reconhecido pelo registro no Iphan, a ser patrimonializado. Os sentidos que filiam esses sujeitos ao discurso institucional são reproduzidos nesse mesmo discurso e retornam como consenso que se tornou oficial, institucional, autorizado pelo gesto de patrimonialização do Estado, e tudo que isso implica.

Ao dizermos isso, compreendemos a força hegemônica produzida por esse discurso institucional que vem oficializar sentidos de cultura não como prática transformadora (cultura fluida) mas como impossibilitadora de mudanças (cultura imaginária). Nessa direção, buscamos, na leitura do arquivo, em um batimento entre teoria e análise do *corpus*, marcas na materialidade significativa do material que apontasse para uma posição sujeito que se contraidentificasse com o discurso institucional já dominante. Foi num artigo científico sobre patrimonialização que compareceu como possibilidade teórica a posição sujeito de contraidentificação ao discurso de patrimonialização hegemônico.

Concluimos que o Estado, por meio do discurso institucional da patrimonialização forja um lugar de identificação para os sujeitos, no qual estes devem/podem se reconhecer, ao serem significados como parte de um todo homogêneo (local, regional, nacional, internacional).

Compreender o processo discursivo que se produz pela palavra patrimônio nos permitiu perceber como tanto sujeito quanto objeto são

patrimonializáveis, pois, no caso de um e de outro significa estar sujeito à língua do Estado, à língua de madeira que determina quem e o que deve/pode ser/estar patrimonializado.

Estar escrito, descrito, circunscrito ao dizer pelo registro – estar/ser registrado – significa estar sendo interpelado pelo Estado a um determinado sentido como sujeito queijeiro, como artesão do queijo que passa a se ver observado e fiscalizado em sua artesanania e seu modo de ser sujeito queijeiro, ou deixar de sê-lo.

Assim, pelo simbólico, registra-se, autentica-se, como se houvesse relação direta entre linguagem e coisa.

Suspendermos os sentidos de patrimônio, cultura, herança, bem imaterial, e restituir-lhes a opacidade foi necessário para a leitura do arquivo construído para compreender o funcionamento dos processos discursivos que produzem efeitos de sentidos sobre o objeto, o espaço, o sujeito e sua prática. A artesanania do queijo de Minas das regiões do Serro, Serra da Canastra e Alto Paranaíba (serra do Salitre) praticada culturalmente (cultura fluida) pelo sujeito queijeiro existe porque é significada. E, ao ser escrita, descrita, registrada como patrimônio produzem-se sobre essa artesanania sentidos que tomam outra direção, porque são ditos pelo discurso institucional do Estado como patrimonializáveis, e, depois, como patrimonializados.

Esse é um processo, compreendemos, discursivo. E, por isso, foi preciso considerarmos em sua formulação o sujeito que o produz, as condições de produção em que foi produzido, para quem foi produzido. Assim, compreendemos que nesse discurso, por ser institucional, ficou silenciado os sujeitos que resistiram a essa interpelação institucional¹⁴.

Compreendemos por essa pesquisa que um dos sentidos de patrimônio, ou seja, estar patrimonializado é interesse para o Estado e para o sujeito que está aí interpelado, posto que patrimonializar aponta para sentidos que necessitam valorizar o objeto em relação ao mercado como objeto

¹⁴ Sobre isso é interessante relembrar a busca realizada no espaço da Internet sobre os sujeitos queijeiros que não quiseram se patrimonializar ou que eram contra a patrimonialização. Essa busca retornou com zero opções. Nada retornou. Sabemos que não há ritual sem falha. A contradição é o real da história. Considerar que a patrimonialização é o único meio para estar par e passo com o mercado é colocar na invisibilidade a diversidade, as diferentes tomadas de posição sujeito sobre como a artesanania deve e pode ou não ser praticada.

mercadológico. E, nesse caso, se o objeto é mercadológico, o sujeito também o é, porque há aí a relação entre objeto/sujeito/fazer artesanal.

Gostaríamos de terminar esse texto com um dizer de Régine Robin sobre sentidos de patrimônio. Neste caso, a patrimonialização se faz necessária para conter o movimento do esquecimento e da cultura fluida. Assim ela formula,

O que está em jogo no gesto patrimonial é o controle do memorável, a conjuração do singular, do inconveniente, da surpresa, do indeterminado. Trata-se de impedir o perigo de uma transmissão que seria vaga, não entraria nos parâmetros daquilo que se quer entregar ao tempo e daquilo que se quer expor como memorável a transmitir.

[...] Procura-se conter o movimento natural do esquecimento. Ora, a verdadeira transmissão nos escapa, ela não é controlável, digitalizável, nem simulável de antemão. Ninguém sabe o que restará. Essa fantasia da “gestão da memória” é mortal. Entramos, efetivamente, na era de uma memória programada. Comemoramos com base em uma programação, calendário planejado, aniversários, reconstituímos, simulamos, museificamos, restauramos os centros das cidades, sem sombras, sem surpresa, sem intempestividade. (ROBIN, 2016, p. 436-437)

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. “Tesouros humanos vivos” ou quando as pessoas transformam-se em patrimônio cultural – notas sobre a experiência francesa de distinção de “Mestres da Arte”. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DPA&A, 2003. cap. 01, p. 81-108.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê, 2003.

BRANCO, Luiza K. Castello. **A língua em além-mar: sentidos à deriva – o discurso da CPLP sobre língua portuguesa**. Campinas, SP: [s.n.], 2013. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 maio 2020.

BRASIL. **Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0378.htm. Acesso em: 19 maio 2020.

BRASIL. **Decreto nº 3551**. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. *In*: O registro do patrimônio imaterial; Dossiê final das atividades da comissão e do grupo de trabalho patrimônio imaterial. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

BRETTAS, Aline Pinheiro. O dossiê de registro do Reinado de Nossa Senhora do Rosário em Betim: discursos paralelos ou entrecruzamentos?. **Transinformação**, Campinas, v. 26, n. 1, p. 51-60, Apr. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862014000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 jul. 2020.

CAMARGOS, Virginia Londe de *et al.* Influência de fatores edáficos sobre variações florísticas na Floresta Estacional Semidecídua no entorno da Lagoa Carioca, Parque Estadual do Rio Doce, MG, Brasil. **Acta Botanica Brasilica**, v. 22, n. 1, p. 75-84, 2008.

CERVO, Larissa Montagner. **Língua, patrimônio nosso**. Tese de Doutorado da Universidade Federal de Santa Maria – RS. Programa de pós-graduação em Letras. Santa Maria: UFSM, 2012.

CHAUÍ, Marilena. Apresentação. Os trabalhos da memória. 1979. *In*: BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança dos velhos. 5ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

CORACINI, Maria José. **A celebração do outro: arquivo, memória e identidade**: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2007.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Direitos culturais como direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro**. Brasília: Brasília Jurídica, 2000.

DIAS, Reinaldo. **Turismo e patrimônio cultural** – recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006.

DIAS, Reinaldo. **Patrimônio cultural como recurso turístico local**. Texto em primeira versão (mimeo). Belo Horizonte: Mestrado em turismo e meio ambiente/ Centro Universitário UNA, 2005. 36p.

DOMINGUES, Andrea Silva; CARROZA, Newton Guilherme Vale. História Oral, Discurso e Memória. **Tempos Históricos**, Paraná, v. 17, p. 141-161, 2013.

DOSSIÊ/IPHAN. **Dossiê Interpretativo do Modo de Fazer Queijo artesanal em Minas Gerais nas regiões do Serro, Serra da Canastra e Alto Paranaíba**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2008. Autor: José Newton C. Meneses.

FERREIRA, M. L. M. (2006). **Patrimônio**: discutindo alguns conceitos. *Diálogos*, 10(3), 79-88.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DPA&A, 2003. p. 56-76.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ; MinC-Iphan, 2005.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Cidades da mineração**: memória e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do século XX. Cuiabá, MT: Carlini & Caniato, 2006.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. A análise do discurso: conceitos e aplicações. ALFA: **Revista de Linguística**, 1995.

GRIGOLETTO, Marisa. Leituras sobre a identidade: contingência, negatividade e invenção. *In*: MAGALHÃES, I.; CORACINI, Maria José; GRIGOLETTO, Marisa. (Orgs.). **Práticas identitárias**: língua e discurso. São Carlos: Claraluz, 2006, p.15-26.

HALL, Stuart. Pensando a diáspora: reflexões sobre a terra no exterior. *In*: HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 25-48.

IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). **Bens culturais registrados**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/bcrE/pages/conOrdemE.jsf?ordem=3>. Acesso em: 31 maio 2020.

LOPES, T. Rotas nacionais: fragmentando os roteiros turísticos sobre Ouro Preto. *In*: BARRETO, M.; JÚNIOR, A. B. **Turismo e identidade local**: uma visão antropológica. Campinas: Papirus, 2001.

MALDIDIER, Denise. A inquietação do discurso (re) ler Michel Pêcheux hoje. *In*: **A inquietação do discurso (re) ler Michel Pêcheux hoje**. 2003. p. 110-110. Magda Regina Lourenço

MARIANI, Bethania S. Correa. Sujeito e discurso contemporâneos. *In*: INDURSKY, Freda; LEANDRO--FERREIRA, Maria Cristina; MITTMANN, Solange. (Orgs.). **O discurso na contemporaneidade**: materialidades e fronteiras. São Carlos: Editora Claraluz, 2009. p. 43-53.

MARIANI, Bethania S. Correa. Da incompletude do arquivo: teorias e gestos nos percursos de leitura. **Resgate** - Rev. Interdiscip. Cult., Campinas, v. 24, n. 1 [31], p. 9-26, jan./jun. 2016.

MARTINS, Helena. Três caminhos na Filosofia da linguagem. *In*: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. (Orgs.). **Introdução à linguística**: fundamentos epistemológicos v. 3. São Paulo: Cortez, 2011. p. 439-473.

MENESES, José Newton Coelho. Modos de fazer e a materialidade da cultura “imaterial”: o caso do queijo artesanal de Minas Gerais. **Patrimônio e Memória**, v. 5, n. 2, p. 19-33, 2007.

NEVES, B. A. C. Patrimônio cultural e identidade. *In*: MARTINS, C. (Org.). **Turismo, cultura e identidade**. São Paulo: Roca, p. 49-61, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso** – princípios e procedimentos. 12ed. Pontes Editores. Campinas, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em análise** – sujeito, sentido, ideologia. 2ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e texto** – formulação e circulação dos sentidos, ideologia. 4ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e políticas públicas urbanas**: a fabricação do consenso. Campinas: RG, 2010.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Cidade dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Do sujeito na história e no simbólico. **Escritos**. Campinas: Labeurb, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

ORRICO, Goyannes Dill. **Memória e Discurso**: múltiplos sentidos do Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil. Dissertação. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**. 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. *In*: ACHARD, Pierre *et al.* (Org.). **Papel da memória**. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso. Trad. Eni P. Orlandi. *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Unicamp, 1993.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento? Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1965). Trad. Péricles Cunha. *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso**. 3ª ed. 1ª reimpressão. Campinas: Ed.Unicamp, 2001.

RAMOS, Thaís Valim; FERREIRA, Maria Cristina L. Para além de rituais e costumes: o que podemos dizer sobre a noção de cultura em análise do discurso? **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, v. 14, n. 2, p. 139-154, dezembro de 2016.

ROBIN, Régine. **A memória saturada**. Tradução Cristiane Dias e Greciely Costa. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016 [2003].

RODRIGUES, Eduardo Alves; BRANCO, Luiza Castello. Ousar (re)ler o poético: uma experimentação teórica. *In*: NOGUEIRA, Luciana; FARIA, Joelma; SANTANA, Juliana. (Org.). **Linguagem, arte e o político**. Pouso Alegre, MG: Editora da Univás, 2020.

RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. *In*: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (orgs.). **Turismo e patrimônio cultural**. 3ª ed. rev.ampl. São Paulo: Contexto, 2003.

RODRIGUEZ-ALCALÁ, Carolina M. Políticas públicas de "direito à língua" e "consenso etnocultural": uma reflexão crítica. *In*: ORLANDI, E. (org.). **Discurso e políticas públicas urbanas**: a fabricação do consenso. Campinas: Editora RG, 2010. p. 127-160.

SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DPA&A, 2003. p. 46-76.

SANTOS, Lucas de Jesus. Sujeito e Sentido na Análise de Discurso. **Revista ao pé da Letra**, vol. 15.1, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/pedalettra/article/view/231811/25955>. Acesso em: 08 jul. 2020.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. **Brasiliana**, p. 218, 1938.

SILVA, Tomaz Tadeu da Silva (org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 15ª. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

UNESCO, **Material de divulgação do sistema de tesouros humanos vivos**. 142ª reunião do Conselho Executivo, (mimeo). Paris, 1993.

ANEXOS

Anexo I: Decreto nº3.551/00 - Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial



Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000

INSTITUI O REGISTRO DE BENS CULTURAIS DE NATUREZA IMATERIAL QUE CONSTITUEM PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO, CRIA O PROGRAMA NACIONAL DO PATRIMÔNIO IMATERIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o Artigo 84, inciso IV, e tendo em vista o disposto no Artigo 14 da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998,

Decreta:

Artigo 1º - Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

§ 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

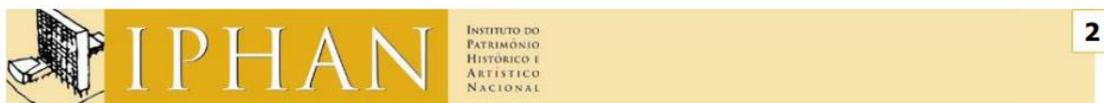
III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

§ 2º A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira.

§ 3º Outros livros de registro poderão ser abertos para a inscrição de bens culturais de natureza imaterial que constituam patrimônio cultural brasileiro e não se enquadrem nos livros definidos no parágrafo primeiro deste artigo.

Artigo 2º - São partes legítimas para provocar a instauração do processo de registro:



- I - o Ministro de Estado da Cultura;
- II - instituições vinculadas ao Ministério da Cultura;
- III - Secretarias de Estado, de Município e do Distrito Federal;
- IV - sociedades ou associações civis.

Artigo 3º - As propostas para registro, acompanhadas de sua documentação técnica, serão dirigidas ao Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, que as submeterá ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

§ 1º A instrução dos processos de registro será supervisionada pelo IPHAN.

§ 2º A instrução constará de descrição pormenorizada do bem a ser registrado, acompanhada da documentação correspondente, e deverá mencionar todos os elementos que lhe sejam culturalmente relevantes.

3º A instrução dos processos poderá ser feita por outros órgãos do Ministério da Cultura, pelas unidades do IPHAN ou por entidade, pública ou privada, que detenha conhecimentos específicos sobre a matéria, nos termos do regulamento a ser expedido pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

§ 4º Ultimada a instrução, o IPHAN emitirá parecer acerca da proposta de registro e enviará o processo ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, para deliberação.

§ 5º O parecer de que trata o parágrafo anterior será publicado no Diário Oficial da União, para eventuais manifestações sobre o registro, que deverão ser apresentadas ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural no prazo de até trinta dias, contados da data de publicação do parecer.

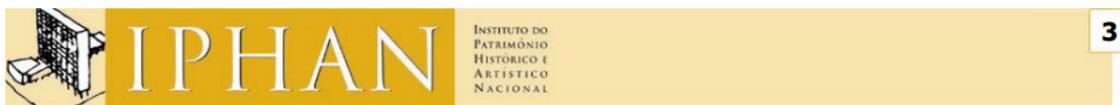
Artigo 4º - O processo de registro, já instruído com as eventuais manifestações apresentadas, será levado à decisão do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

Artigo 5º - Em caso de decisão favorável do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, o bem será inscrito no livro correspondente e receberá o título de "Patrimônio Cultural do Brasil".

Parágrafo único - Caberá ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural determinar a abertura, quando for o caso, de novo Livro de Registro, em atendimento ao disposto nos termos do § 3º do Artigo 1º deste Decreto.

Artigo 6º - Ao Ministério da Cultura cabe assegurar ao bem registrado:

I - documentação por todos os meios técnicos admitidos, cabendo ao IPHAN manter banco de dados com o material produzido durante a instrução do processo.



II - ampla divulgação e promoção.

Artigo 7º - O IPHAN fará a reavaliação dos bens culturais registrados, pelo menos a cada dez anos, e a encaminhará ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural para decidir sobre a revalidação do título de "Patrimônio Cultural do Brasil". Parágrafo único. Negada a revalidação, será mantido apenas o registro, como referência cultural de seu tempo.

Artigo 8º - Fica instituído, no âmbito do Ministério da Cultura, o "Programa Nacional do Patrimônio Imaterial", visando à implementação de política específica de inventário, referenciamento e valorização desse patrimônio.

Parágrafo único. O Ministério da Cultura estabelecerá, no prazo de noventa dias, as bases para o desenvolvimento do Programa de que trata este artigo.

Artigo 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de agosto de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Francisco Weffort

Anexo II – Queijo de Minas vira patrimônio cultural brasileiro

<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL471180-5598,00-queijo+de+minas+vira+patrimonio+cultural+brasileiro.html>

guro | g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL471180-5598,00-QUEIJO+DE+MINAS+VIRA+PATRIMONIO+CULTURAL+BRASILEIRO.html

globo.com notícias esportes entretenimento vídeos central globo.co

buscar no g1 ok

G1 / brasil / patrimônio

15/05/08 - 19h19 - Atualizado em 15/05/08 - 20h22

AGÊNCIA ESTADO

Queijo de Minas vira patrimônio cultural brasileiro

ACOF ORTC
saiba r

Queijo de Minas vira patrimônio cultural brasileiro

Próxima etapa será a homologação pelo ministro da Cultura.
Iphan vai apoiar comunidade na elaboração de política de incentivo.

Da Agência Estado

O modo artesanal da fabricação do queijo em Minas Gerais foi registrado nesta quinta-feira (15) como patrimônio cultural imaterial brasileiro pelo Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). O veredito foi dado em reunião do conselho realizada no Museu de Artes e Ofícios, em Belo Horizonte. Luiz Fernando de Almeida, presidente do Iphan e do conselho, ressaltou que a técnica de fabricação artesanal do queijo está "inserida na cultura do que é ser mineiro." Após a aprovação, a próxima etapa será a homologação pelo ministro da Cultura, Gilberto Gil.

O pedido ao Iphan partiu de uma demanda dos próprios produtores artesanais, em 2001, quando foram obrigados a se enquadrarem na legislação sanitária. A exigência da pasteurização se confrontava com a tradição secular do queijo produzido com leite cru. Os produtores sempre argumentaram que a ausência dos chamados fermentos naturais alterava o sabor do produto. Na época, as associações de queijeiros e o governo mineiro chegaram a um acordo, adotando padrões sanitários tanto para a criação do rebanho quanto para a higiene de sua produção.

Tradição

A fabricação de queijo é uma tradição diária nas regiões produtoras. Apenas na sexta-feira da Semana Santa ele não é feito, quando o leite é distribuído na vizinhança e destinado ao doce de leite e às quitandas. O Iphan inventariou as regiões da cidade histórica do Serro, a Serra da Canastra e Serra do Salitre, onde predominam fazendas que mantêm a tradição do artesanal queijo mineiro. O pedido de registro imaterial foi entregue ao Iphan pela Secretaria de Cultura de Minas, em conjunto com a Associação de Amigos do Serro. O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha/MG) já havia reconhecido, em 2002, a técnica de fabricação do queijo como patrimônio imaterial.

De acordo com o Iphan, a partir do registro, o instituto irá apoiar a comunidade na elaboração de uma política de incentivo da tradicional prática. A expectativa é que as ações de salvaguarda da cultura queijeira envolvam projetos de educação patrimonial e qualificação profissional dos atores envolvidos. Conforme a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), o estado produz mais de 26 mil toneladas somente de queijo artesanal por ano.

Anexo III – Queijo de Minas vence concurso de qualidade Internacional

19/06/2020

Queijos de MG conquistam 50 medalhas em concurso mundial na França | Minas dos Queijos | G1

SUL DE MINAS

MINAS DOS QUEIJOS

Queijos de MG conquistam 50 medalhas em concurso mundial na França

Concurso terminou nesta terça-feira (4) na cidade Tours; produtores alcançaram medalhas que vão de bronze até super ouro.

Por Régis Melo, Fernanda Rodrigues e Lucas Soares

04/06/2019 14h23 - Atualizado há um ano



Foto: José Orlando Ferreira Junior

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa [política de privacidade](#).

PROSSEGUIR

19/06/2020

Queijos de MG conquistam 50 medalhas em concurso mundial na França | Minas dos Queijos | G1

Produtores de queijo de Minas Gerais conquistaram 50 medalhas no 4º concurso "Mondial du Fromage et des Produits Laitiers", realizado entre os dias 2 e 4 de junho na cidade de Tours, na França. Segundo a organização, foram 952 inscritos de 15 diferentes países. Os queijeiros do estado levaram desde de medalhas de bronze até o super ouro, maior condecoração da disputa.

As histórias dos produtores estão sendo contadas pelo **G1** no especial "**Minas dos Queijos**", que mostra a tradição do queijo no Sul de Minas. As reportagens apresentam os detalhes da produção industrial e artesanal nas cidades da região, a influência europeia na fabricação do produto e a luta de produtores artesanais em busca de regulamentação e reconhecimento para produzir e vender para todo o país. O especial traz também dicas de harmonização e culinária envolvendo as diversas nuances do queijo.

O Mondial du Fromage é realizado de dois em dois anos. A premiação leva em consideração a qualidade dos queijos e pode ter diversos medalhistas recebendo a mesma premiação, já que a colocação é determinada pela qualidade de cada queijo em si.

Ao todo, Minas Gerais levou 50 medalhas, enquanto o Brasil levou 56. No último concurso, o estado havia levado 11 medalhas. Neste ano foram:

- 4 super ouros - 3 em MG;
- 6 ouros - 5 em MG;
- 23 pratas - 20 em MG ;
- 23 bronzes - 22 em MG.

Destaque

Entre as regiões produtoras premiadas em Minas Gerais, destaque para a Serra da Canastra, que acumulou 24 das 56 medalhas brasileiras no concurso. Três delas foram super ouro.

- três medalhas em Delfinópolis, que fica no Sul de Minas.
- duas em Piumhi
- uma em Medeiros
- uma em Bambuí
 - e 17 em São Roque de Minas, cidades que ficam no Centro-Oeste de Minas.

O melhor desempenho da Serra da Canastra, até então, havia sido em 2017, com a conquista de três medalhas de prata. O crescimento foi comemorado pelos produtores da região.

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa [política de privacidade](#).

[PROSSEGUIR](#)

19/06/2020

Queijos de MG conquistam 50 medalhas em concurso mundial na França | Minas dos Queijos | G1

"Isso mostra o trabalho da associação ao ajudar o produtor a desenvolver as suas habilidades na fazenda para produzir um produto cada vez de melhor qualidade e conquistar o mundo todo", Hygor Douglas de Freitas Faria, gerente projetos da Associação dos Produtores de Queijo Canastra (Aprocan).



Serra da Canastra ganhou 24 medalhas no concurso — Foto: Divulgação Aprocan

Sul de Minas

Os produtores do Sul de Minas ganharam 11 medalhas. Em Cruzília, foram três para a empresa que leva o nome da cidade e **tem na origem dinamarquesa uma de suas mais fortes características**. A medalha de ouro, na categoria de massa prensada e longa maturação, foi para o queijo Cruzília 300, de 6.

Como inovação na categoria de cremosos, a empresa ganhou a medalha de prata com um requeijão feio com queijo Gruyère. O terceiro prêmio de Cruzília foi a medalha de bronze para o queijo Dagano, conhecido como queijo dos "Vikings". Os três premiados estão em fase de lançamento.

"Aliado ao nosso terroir perfeito para a produção de queijos, e da nossa herança queijeira, sempre contamos com meu irmão Luiz Sergio, como diretor industrial da empresa, um amante da arte de fazer queijos inovadores. Estamos muito orgulhosos", contou o diretor geral dos Queijos Cruzília Carlos Medeiros de Almeida.

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa [nova política de privacidade](#).

PROSEGUIR

19/06/2020

Queijos de MG conquistam 50 medalhas em concurso mundial na França | Minas dos Queijos | G1



Carlos Almeida e Luiz Sérgio comemoram premiação de queijos na França — Foto: Queijos Cruzília

Já em Alagoa, a Fazenda Bela Vista levou a medalha de ouro com o Queijo Artesanal de Alagoa de 60 dias e prata com os queijos de 120 e 45 dias.

Já o empresário Osvaldo Martins de Barros Filho, conhecido como Osvaldinho, levou a medalha de prata. Ele apresentou o queijo Alagoa Pequena, de parceiros de sua empresa. Ele já havia conquistado um bronze no mesmo concurso, dois anos atrás, quando se tornou um dos responsáveis por **um processo de modernização da produção queijeira na cidade.**

"Estou imensamente agradecido a Deus por esta oportunidade de estar aqui, de poder representar Alagoa nesse concurso mundial pela segunda vez e poder levar para lá a medalha de prata. É um orgulho muito grande, uma satisfação inexplicável", afirma, o dono da Queijos D'Alagoa.



<https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/minas-dos-queijos/noticia/2019/06/04/queijos-de-mg-conquistam-serie-de-premios-em-concurso-mundial-...> 4/12

19/06/2020

Queijos de MG conquistam 50 medalhas em concurso mundial na França | Minas dos Queijos | G1



Alagoa levou medalhas de ouro e prata no concurso — Foto: Osvaldo Martins de Barros Filho

Em Carrancas, cidade que faz parte da microrregião do Campo das Vertentes, produtora de Queijo Minas Artesanal, o produtor José Orlando Ferreira Junior, do Queijo Bicas da Serra, levou a medalha de bronze. Este é o primeiro prêmio internacional do produtor, que já foi medalha de ouro no concurso estadual de São Roque de Minas, em 2018, e no prêmio nacional de queijo artesanal, em 2017, realizado em São Paulo.

"Estou na atividade produzindo este tipo de queijo há sete anos, tentando resgatar as minhas origens da época dos meus avós e bisavós que faziam esse tipo de queijo. Agora, volto com mais essa medalha para o Sul de Minas", comemora José Orlando Ferreira Junior.



Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa [política de privacidade](#).

PROSSEGUIR

<https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/minas-dos-queijos/noticia/2019/06/04/queijos-de-mg-conquistam-serie-de-premios-em-concurso-mundial-...> 5/12

19/06/2020

Queijos de MG conquistam 50 medalhas em concurso mundial na França | Minas dos Queijos | G1

Condecoração internacional

Além dos prêmios pela qualidade do queijo, a Queijos Cruzília e Queijos D'Alagoa também foram homenageadas pela 'Guilde Internationale des Fromagers' (ou Grêmio Internacional dos Queijeiros) pelo trabalho realizado em suas respectivas cidades.

Para o produtor dos queijos Cruzília, Luiz Sérgio Medeiros de Almeida, a homenagem veio de surpresa. "Teve um jantar de gala para abertura do concurso. Eu estava com minha esposa, família, irmão, mais pessoas. E não sabia de homenagem. Chamou alguns nomes e me chamou. Fiquei assustado, fui lá, receber essa homenagem, leram um texto lindo sobre mim. Fiquei super emocionado", lembra.

"É uma década defendendo o Queijo Artesanal Alagoa, divulgando nossa cidade, atraindo turistas, contribuindo com a economia local e ajudando a manter aberta a agência dos Correios. É gratificante", afirmou Osvaldinho.



Representantes do Sul de MG foram homenageados em premiação na França — Foto: Divulgação/Queijos Cruzília

Mas qual é o segredo de um queijo premiado?

Os concursos nacionais também aparecem como uma chance para que os produtores desponham na produção de queijos. Anderson Pereira Marciel é um dos produtores de Cruzília (MG) premiados em um concurso em Luiz de Fera.

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa [nova política de privacidade](#).

PROSSEGUIR

<https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/minas-dos-queijos/noticia/2019/06/04/queijos-de-mg-conquistam-serie-de-premios-em-concurso-mundial-...> 6/12

19/06/2020

Queijos de MG conquistam 50 medalhas em concurso mundial na França | Minas dos Queijos | G1

Os queijos desenvolvidos por Anderson já levaram o primeiro e segundo lugar na categoria, com o Queijo Gouda, e destaque especial com o queijo Pataca, uma nova receita baseada na tradição dos escravos.

Os concursos, segundo Anderson, funcionam como um gatilho na hora de criar novas receitas. “Vou fazendo alguns testes. Às vezes, pra manter o sigilo, eu faço um queijo aqui, fingindo que quero fazer alguma mudança, e para o processo de maturação eu levo pra minha casa, pra ninguém ficar sabendo o que está acontecendo”, brinca o queijeiro.



Para o produtor Anderson Pereira Maciel as receitas premiadas são especiais — Foto: Fernanda Rodrigues/G1

Todo processo tem o apoio do dono do laticínio onde Anderson trabalha. “Todos os prêmios a gente deve ao Anderson que sempre foi uma pessoa muito voltada a essas inovações. Antes, eu teimava com ele, eu falava que não iria dar em nada. E não foi isso não. Ele foi criando, tendo as ideias dele, e acabou que nós vencemos muitos concursos, por conta das ideias”, conta Paulo Sérgio Nogueira.

Anderson define o dia a dia de criação no laticínio como um “parque de diversões”. Com uma rotina que o mantém mais tempo na empresa do que na própria casa, o queijeiro que ama inventar receitas afirma que o prazer está no novo.

“Como será que as primeiras pessoas que inventaram o queijo sentiram quando tiveram a massa? Pra gente, que cria um produto, a sensação é essa. O prazer de criar o novo. E isso é constante. É gratificante você aquilo, uma coisa que ninguém teve a ideia de criar ainda”, lembra.

“Esse ano vai ter concurso, então a cabeça já está a mil já para criar alguma coisa. Ai vão perguntar? O que é a receita? Como é feito esse queijo?”

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa [nova política de privacidade](#).

PROSSEGUIR